



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CLAUDIA MORGANA MACHADO OLIVEIRA**

**NAS REDES DA INVISIBILIDADE: A INTEGRAÇÃO DOS REFUGIADOS  
SÍRIOS NO EGITO (2011-2019)**

**João Pessoa**

**2022**

**CLAUDIA MORGANA MACHADO OLIVEIRA**

**NAS REDES DA INVISIBILIDADE: A INTEGRAÇÃO DOS REFUGIADOS  
SÍRIOS NO EGITO (2011-2019)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito para obtenção de título de Mestre em Relações Internacionais.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico

**Joao Pessoa**

**2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48n Oliveira, Claudia Morgana Machado.  
Nas redes da invisibilidade [manuscrito] : a integração dos refugiados sírios no Egito (2011-2019) / Claudia Morgana Machado Oliveira. - 2022.  
144 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico, Coordenação do Curso de Ciências Biológicas - CCBSA."

1. Sírios. 2. Refugiados. 3. Autoassentamento. 4. Invisibilidade. 5. Integração de refugiados. I. Título

21. ed. CDD 325.21

**CLAUDIA MORGANA ACHADO OLIVEIRA**

**NAS REDES DA INVISIBILIDADE: A INTEGRAÇÃO DOS REFUGIADOS  
SÍRIOS NO EGITO (2011-2019)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito para obtenção de título de mestre em Relações Internacionais.

Aprovada em: 25/05/2022.

**BANCA EXAMINADORA**



Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Maria Calazans Pacheco Pacifico



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sílvia Garcia Nogueira (avaliadora interna/UEPB)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giuliana Redin (avaliadora externa/UFSM)

Aos 14.5 milhões de deslocados internos e refugiados sírios, que deixaram suas casas e estão tentando reconstruir suas vidas.

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado de dois anos de muito aprendizado e dedicação. Meu agradecimento vai primeiramente para Deus, que proporcionou o momento e a oportunidade de trabalhar e observar em campo, de adquirir experiência e ampliar o meu olhar para além do que os olhos viam, e me deu a oportunidade de fazer este mestrado no momento certo. Somente com sua força e orientação pude chegar até aqui. Agradeço a todos os que de alguma forma contribuíram para esse processo.

Agradeço à minha orientadora, Professora Andrea Pacheco Pacífico, pela paciência, pelo respeito, pela força e pelo estímulo intrínseco nas suas atitudes, por ter-me acolhido no universo acadêmico, por corrigir meus trabalhos sempre com tanta dedicação, além de me ensinar de forma objetiva a escrever academicamente. Andrea foi, de fato, um presente para este momento da minha vida e carreira. Agradeço aos meus professores da UEPB, que me ajudaram a ver o lado humano e acessível do ensino acadêmico. Agradeço aos professores Paulo Kuhlmann, Sílvia Nogueira e Ana Paula Maielo, em especial, que também marcaram este processo sendo referenciais de humanidade e respeito, e mostrando que é possível. Aos meus colegas de turma que, neste tempo de pandemia, passamos por tantas readaptações juntos, ajudando-nos e dando força uns para os outros.

Não poderia deixar de agradecer às pessoas que me estimularam nesta jornada, minha família, meus irmãos e irmãs, meus amigos, dentre eles, especialmente, Almira Cavalcante, Joabson Cruz, e Breno Martins, que me ajudaram lendo e corrigindo este texto, Maccela Rique, Patrícia Carneiro, aos amigos em geral que me apoiaram e me encorajaram neste processo. A todos que iluminaram caminhos obscurecidos e me deram suporte enquanto estava no Egito.

Importante lembrar que esta dissertação contou com recursos da bolsa CAPES, agradeço os recursos que possibilitaram que esta pesquisa fosse realizada no Egito. Agradeço o apoio dos meus amigos e parceiros no Egito, que me ajudaram em tantos aspectos nesta pesquisa, em especial, meus interlocutores e amigos egípcios, que me deram suporte e me ajudaram durante esse período.

A todos os meus interlocutores (a maioria ex-alunos e suas famílias) que se dispuseram a caminhar comigo, mesmo nos dias difíceis e arriscados de calor, e me proporcionaram tanto conhecimento sobre suas vidas e seus desafios enfrentados no autoassentamento no Grande Cairo. Agradeço às organizações em que fui voluntária, pois elas me deram a oportunidade de conhecer mais de dentro e de perto a realidade dos migrantes forçados e dos refugiados que vivem no Egito, e melhor entender a questão estudada.

Se não posso voltar para meu país, e nem posso fazer desse país minha casa, me sinto numa armadilha da vida, como se não pudesse escolher meu próprio futuro.  
(Asmaa Mahmoud, 2021- Diário de Campo)

## RESUMO

O conflito sírio (2011) levou muitos sírios para o Egito. Eles vivem, atualmente, sob um frágil sistema de proteção, que os levou à insegurança e à vulnerabilidade, forçando-os a buscar uma integração local em condições de invisibilidade e marginalidade. Esta pesquisa analisa aspectos estruturais da integração econômica, social e política dos refugiados sírios no Egito, por meio de suas estratégias de enfrentamento para a sobrevivência diária, que culmina em um perfil de agência política, social e econômica invisível e marginal, ampliando sua dinâmica relacional e expandindo sua integração nas comunidades de acolhimento de forma criativa e autônoma. Essa dinâmica oferece um modelo comunicativo de sociedade em rede entre atores e agentes comunitários (PACÍFICO, 2013), gerando transformações que podem contribuir efetivamente para políticas do Acnur e do governo egípcio. Para tanto, a pesquisa, qualitativa e bibliográfica, utiliza-se de uma abordagem antropológica, com método de inspiração etnográfica e coleta de dados apoiada em observação-participante.

**Palavras-chave:** sírios; refugiados; autoassentamento; invisibilidade; integração.



## **ABSTRACT**

The Syrian conflict (2011) led many Syrians to Egypt. They currently live under a fragile system of protection that has led them to insecurity and vulnerability, forcing them to seek local integration in conditions of invisibility and marginality. This research analyzes the structural and contextual aspects of the economic, social, and political integration of Syrian refugees in Egypt. Their coping strategies for daily survival produce a profile of an invisible and marginal political, social and economic agency that, in turn, has expanded its relational dynamics and expanded its integration within the host communities in a creative and autonomous way. This dynamic offers a network society communicative model between community actors and agents (PACÍFICO, 2013), generating transformations that can effectively contribute to UNHCR and Egyptian government policies. For this purpose, the qualitative and bibliographical research uses an anthropological approach, with ethnographic inspiration, and data collection supported by participant observation.

**Keywords:** Syrians; refugees; self-settlement; invisibility; integration.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ACNUR** - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

**BM** – Banco Mundial

**CRS** - Catholic Relief Services

**DSR** - Determinação do Status de Refugiado

**EGP** – *Egyptian Pound*

**EVAR** – *Egypt Vulnerability Assessment Report (of Syrian Refugees)*

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**GE** - Governo Egípcio

**HRW** - Human Rights Watch

**ICRC** - International Committee of the Red Cross

**ME** - Memorando de Entendimento

**MI** - Ministério do Interior

**ONG** – Organização não Governamental

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**OHCHR** - *UN Office High Commissioner Human Rights*

**OUA** - Organização de Unidade Africana

**RIR** - Regime Internacional de Refugiados

**StARS** - Saint Andrew's Refugee Services

**SSI**- *State Security Investigation Apparatus – SSI*

**USAID** - *United States Agency for International Development*

**UE** - União Europeia

**3RP**- *Regional Refugee Response Plan*

## LISTA DE FIGURAS

<b>F 1:</b> POSIÇÃO GEOGRÁFICA DA SÍRIA.....	29
<b>F 2:</b> SECTARISMO E DISTRIBUIÇÃO ÉTICA NA SÍRIA EM 2011.....	30
<b>F 3:</b> GRANDE SÍRIA (MANDATO FRANCÊS 1920) - PROVÍNCIAS E RELIGIÃO.....	31
<b>F 4:</b> POPULAÇÃO SÍRIA POR REGIÃO.....	44
<b>F 5:</b> GRANDE CAIRO.....	90

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>G 1:</b> CHEGADA DOS SÍRIOS NO EGITO POR ANO.....	13
<b>G 2:</b> POPULAÇÃO GERAL DE DESLOCADOS FORÇADOS SÍRIOS.....	39
<b>G 3:</b> LINHA DE CRESCIMENTO DOS REFUGIADOS SÍRIOS NO MUNDO.....	42
<b>G 4:</b> POPULAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS POR PAÍS (2019).....	42
<b>G 5:</b> NÚMERO DE REFUGIADOS SÍRIOS NA REGIÃO (POR PAÍS.....	45
<b>G 6:</b> TOTAL DE SÍRIOS REGISTRADOS NO EGITO POR ANO DE ENTRADA.....	48
<b>G 7:</b> REGISTRO DE ENTRADA DE REFUGIADOS SÍRIOS NO EGITO (2013-2014).....	48
<b>G 8:</b> NÚMERO DE REGISTOS DE SÍRIOS NO EGITO.....	53
<b>G 9:</b> BARREIRAS PARA EMPREGO (ENTRE REFUGIADOS SÍRIOS) .....	55

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>12</b>
<b>1. REFUGIADOS SÍRIOS NO EGITO (2011 – 2019) .....</b>	<b>28</b>
1.1. GUERRA CIVIL SÍRIA (2011) COMO CAUSA DE REFUGIADOS SÍRIOS .....	28
1.2. CARACTERIZAÇÃO DOS REFUGIADOS SÍRIOS .....	39
1.3. PROCESSO DE AUTOASSENTAMENTO DOS REFUGIADOS SÍRIOS NO EGITO (2011-2019) .....	46
<b>2. INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS AUTOASSENTADOS NO EGITO (2011- 2019) .....</b>	<b>58</b>
2.1. INTEGRAÇÃO LOCAL COMO SOLUÇÃO DURÁVEL PARA REFUGIADOS.....	58
2.2. INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS NO EGITO: LEIS E POLÍTICAS DO GOVERNO EGÍPCIO .....	69
2.3. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AGÊNCIA NA INVISIBILIDADE DE REFUGIADOS SÍRIOS NO EGITO .....	80
<b>3. UM OLHAR ETNOGRAFICO SOBRE A INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS NO EGITO (2011-2019) .....</b>	<b>88</b>
3.1. CARACTERIZAÇÃO DAS REDE INVISÍVEIS E DOS ATORES.....	93
3.2. ESTRUTURA CONVENCIONAL, REDES INVISIVEIS E INTEGRAÇÃO LOCAL..	112
3.3. POTENCIALIZAÇÃO INTEGRAÇÃO LOCAL.....	119
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>136</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há, atualmente, milhões de pessoas deslocadas à força de suas casas e de seus países de origem, como resultado de perseguições, conflitos, violência, violações dos direitos humanos, mudança climática, degradação ambiental ou outros eventos que perturbem seriamente a ordem pública. As migrações forçadas assumem lugar de destaque no cenário e na agenda internacional devido aos seus efeitos globais.

Do total de 84 milhões de migrantes forçados, 48 milhões de pessoas são deslocadas internamente e 2,4 milhões são refugiados, incluindo palestinos. O maior grupo de pessoas deslocadas forçadas e refugiadas do mundo é o da República Árabe Síria, com 13,5 milhões no total, sendo 6,7 milhões de refugiados (UNHCR, DATA FINDER, 2021).

A Convenção de Genebra de 1951 relativa ao *status* de Refugiado (Convenção de 1951), em seu artigo 1º, e o Protocolo adicional de Nova Iorque de 1967 (Protocolo de 1967) definem refugiado como todo aquele que

[t]emendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

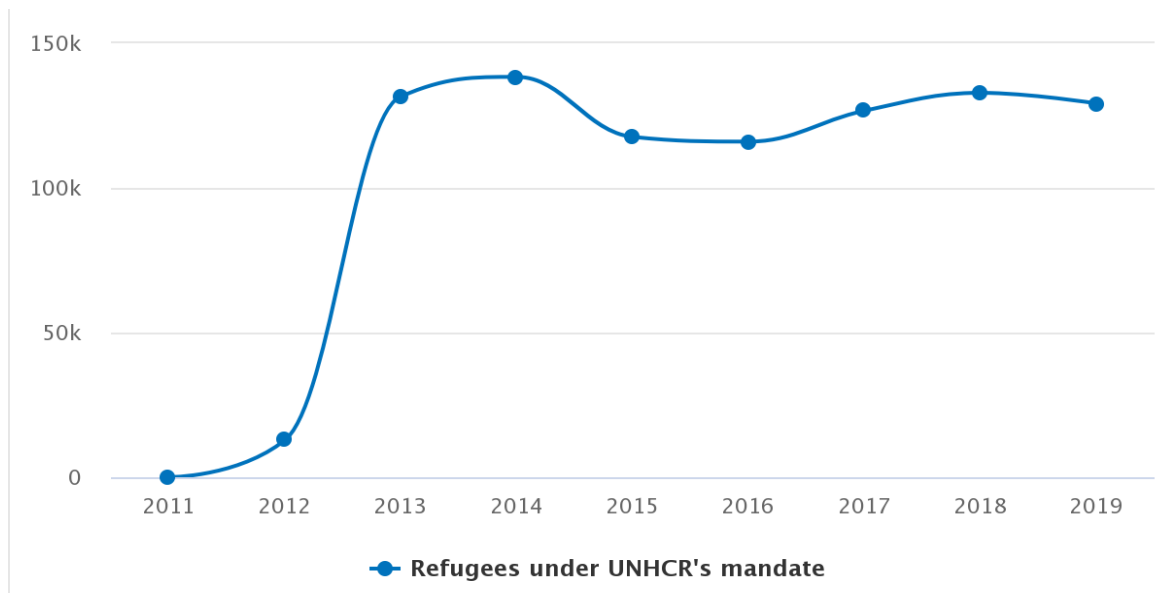
Essa onda de refugiados, provocada pela guerra civil síria (2011), gerou um grande fluxo demográfico para os países da região. Turquia, Líbano, Jordânia, Iraque e Egito foram os países que juntos receberam 85% desse fluxo de quase sete milhões de refugiados. Os sírios que se instalaram no Egito vivem, atualmente, sob um frágil sistema de proteção que os levou à insegurança e à vulnerabilidade, forçando-os a buscar o autoassentamento nas comunidades locais de acolhimento. O fluxo de sírios para o Egito se intensificou, em 2011, pois o país, que já possuía um histórico de acolhimento de imigrantes árabes, continuou aberto para acolher os sírios (AYOUB; KHALLAF, 2014).

Desde a queda do presidente Hosni Mubarak, após as revoltas de 2011, popularmente conhecidas como Primavera Árabe (SAID, 2012), o Egito experimentou grandes mudanças políticas e econômicas, afetando o acolhimento dos refugiados sírios no país. No contexto de disputas internas, após a queda de Hosni Mubarak, que estava no governo havia três décadas, provocada pelas manifestações populares no Egito (2011), em junho de 2012, a irmandade muçulmana vence as eleições, em 2012, com Mohamed Morsi. Esse governo dura pouco e

permanece no poder até 2013. Em junho de 2013, Morsi é deposto e o regime muda. Em 2014, Abdel el Fattah El-Sisi vence as eleições. (MAHMOUD, 2017; AYOUB, KHALLAF, 2014).

De acordo com Ayoub e Khallaf (2014), as tendências de chegada e o registro dos sírios no país sofreu variações à medida que o conflito em desenvolvimento na Síria crescia e as mudanças políticas no Egito aconteciam. Segundo Mahmoud (2017), o maior número de sírios começou a chegar ao Egito no final de 2011 e a taxa de chegada atingiu seu pico entre 2012-2014, porém, estabilizando-se entre junho e dezembro de 2014. Esse número cai, drasticamente, a partir de agosto de 2014, logo depois da ascensão do novo regime Abdel el Fattah El-Sisi (MAHMOUD, 2017; AYOUB, KHALLAF, 2014).

**GRÁFICO 1- Chegada dos sírios no Egito (por ano)**



Fonte: ACNUR Data finder, 2021.

Conforme o Governo do Egito (GE), há mais de 500 mil sírios registrados e não registrados no Acnur. Mas esse número é incerto (EVAR, 2016; AHRAM, 2016). O Acnur declara que o Egito havia registrado 132.871 sírios e que não há um número exato de refugiados não registrados no país. Esse cenário levanta perguntas sobre a forma do processo de proteção e a integração deles no país (3RP, 2019-2020). A situação dos sírios no Egito se prolonga mais que o esperado e quase todos os mecanismos de proteção temporária utilizados pelo Acnur estão esgotados.

O GE não assume devidamente sua responsabilidade como governo de um país de acolhimento quando a situação dos sírios se torna prolongada, e, aos poucos, as soluções duráveis (repatriamento, reassentamento e integração local) se tornam imprescindíveis, porém

precárias, resultando em um autoassentamento sem suporte do GE. Tudo isso deixa os sírios no Egito em condições de vulnerabilidade social, política, econômica e psicológica, moldando uma integração local precária, com uma agência invisível e permeada por lacunas. Em termos de proteção aos direitos humanos, o refugiado sírio cria suas estratégias de sobrevivência invisibilidade, provisoriedade e marginalidade.

A integração local faz parte de uma das três soluções duráveis que, no caso dos sírios, torna-se a mais viável para suas condições. O Acnur (2021) conceitua a integração como “um processo complexo e gradual com dimensões legais, econômicas, sociais e culturais. Além disso, impõe demandas consideráveis ao indivíduo e à sociedade que o acolhe”, o que culminará na aquisição de nacionalidade.

Esse processo de integração é complexo e multifatorial, levando a discussão ao conceito tradicional de ‘cidadania’ e ‘nacionalidade’, em contraste com as necessidades contemporâneas, e com o conceito de ‘formal’ e ‘informal’, quando se trata do processo de identidade e subjetivação do sujeito (migrante e refugiado).

Alguns autores, como Isin (2008; 2009), Nyers (2010), Pacífico (2008) e Castles *et al.* (2002), por exemplo, concordam que a integração é um processo gradual, de adaptação, mas não de assimilação (em que o refugiado assimila a cultura local, em detrimento da sua), com várias dimensões e atores diversificados. Castles *et al.* (2002) ainda destacam que “a integração não pode ser um processo hierárquico e nem unilateral, do contrário, é um processo de mão dupla que requer adaptação por parte do recém-chegado, mas também pela sociedade que acolhe”.

A amplitude e a multilateralidade do processo de integração dificultam o conceito preciso do termo, mas, sem dúvida, a integração de um recém-chegado em uma sociedade ocorre em muitos níveis e em todos os setores da sociedade, envolvendo uma ampla gama de atores sociais (CASTLES *et al.*, 2002).

Crisp (2004) considera a integração local como um processo que leva a uma solução durável e destaca que as dimensões dessa integração podem ser jurídicas, econômicas e sociais, envolvendo refugiado e comunidade acolhedora. Como o Acnur, o autor (2004) também acredita que as iniciativas dos refugiados e migrantes em busca de criar suas saídas e conviver com a comunidade acolhedora, ainda que fora do escopo das normas e leis, é um processo autêntico e pode vir a ser legalizado, ou seja, culminar na regularização e nacionalidade.

Para Hovil (2014, p. 379), para que haja integração local, na prática, ela precisa ocorrer local e nacionalmente, no nível da prática (integração de *facto*) e jurídico (integração de *jure*)

para que o processo seja completo e legítimo (HOVIL, 2014, p. 379). Essa ‘legitimidade’ vai ser discutida em relação a quem legitima, se o Estado ou o próprio sujeito, no processo de subjetivação do seu ‘*status*’.

Para Berglund (2016), é crucial acrescentar variáveis, como a agência do indivíduo em busca de acessos a direitos, à equidade, à liberdade e à mobilidade, para verificar se a integração de fato está acontecendo. Esses fatores precisam estar no cerne do que deve culminar na integração local, e não somente no ‘*status* de cidadão’.

Isin (2007; 2009) e Nyers (2010) discutem as migrações forçadas no contexto moderno. Isin (2007) ressalta o fato de que os estudos sobre cidadania produzidos sempre a reduzem ao ‘*status*’ nacional adquirido e conclamam a ampliar os estudos do campo da cidadania que focam na concepção da cidadania adquirida pela prática diária ‘*habitus*’, que contém reivindicação por meio de ações cotidianas e um ativismo contido nessas práticas.

Saliente-se que a noção de *habitus* utilizada por Isin (2007) é baseada no conceito de Bourdieu, para quem *habitus* é “[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...]” (BOURDIEU, 1983b, p. 65).

Isin (2007) explica o ‘ato de cidadania’ como uma concepção que vai além do ‘*status*’ e do ‘*habitus*’, mas uma ação que é capaz de romper com o modelo político pré-estabelecido e trazer uma nova forma subjetiva e autônoma de reivindicar. O sujeito se torna capaz de conclamar o ‘direito de ter direito’ (ISIN, 2007)

Ao destacar a relação histórica entre cidadania, nacionalismo e estado-nação e como o conceito de cidadania é historicamente excludente, Isin (2007) aponta a necessidade de repensar o conceito diante dos desafios contemporâneos, dos fluxos migratórios e das mudanças no processo globalizatório.

Para ele (2007), o ‘ato de cidadania’ precisa ser observado como construção dessa nova tendência do conceito de cidadania, pois é uma atitude do sujeito que agrega à identidade e conclama a sociedade a reconhecê-lo como tal. O conceito de cidadania aqui utilizado baseia-se na ideia ‘novas subjetividades’ (ISIN, 2008), que é uma atitude em que o sujeito agrega à sua própria identidade e conclama a sociedade a reconhecê-lo como tal.

Nesse sentido, o sujeito busca seus direitos como sendo intrínsecos, devido ao fato de ser ‘humano’ e de que faz parte de um Estado, mesmo que seja um Estado de acolhimento e



sua condição dentro dessa sociedade seja ‘irregular’. Isin (2007) propõe que, para investigar os ‘atos de cidadania’, deve-se “focar naqueles momentos em que, independentemente de status e substância, os sujeitos se constituem como cidadãos – ou, melhor ainda, como aqueles a quem é devido o direito de ter direitos” (ISIN, 2007, p. 18).

Nyers (2010) concorda que o conceito de cidadania precisa ser discutido e reavaliado, destacando novos desafios normativos e políticos que ele representa para as normas estabelecidas sobre cidadania, pertencimento e comunidade política. Assim, o autor (2010, p. 127) destaca que os “[r]efugees and other migrants with precarious status are emerging as key protagonists in global struggles concerning freedom of movement, social recognition, worker protections, and the right of asylum” (MCNEVIN, 2006, *apud* NYERS, 2010).

Pacífico (2008) ainda ressalta questões como laços e vínculos sociais, interação entre atores locais, redes e outros mecanismos criados pelos próprios refugiados como estratégias para requerer acesso a direitos; ações estas que constituem o capital social que precisa ser conservado e estimulado. Essas ações, que envolvem vários atores em diferentes níveis, facilitam e fortalecem economias locais, ampliam dinâmicas culturais e podem contribuir para um desenvolvimento saudável.

De acordo com ela (2008), o capital social gerado pelos migrantes e pelos refugiados precisa ser levado em consideração como elemento que contribui para o processo da integração local e para o desenvolvimento local, inclusive políticas públicas.

Esse ‘ato de cidadania’ ou agência produzido pelo refugiado e pelo migrante forçado, resultante do processo de integração nos países de acolhimento, pode ou não resultar na nacionalidade almejada pelo Acnur.

Da mesma forma, nem sempre o ‘status’ regularizado traz o resultado esperado com a integração local, em que o indivíduo alcança direitos, liberdade e autonomia para mobilidade dentro do país de acolhimento, mas não garante acesso à educação, saúde, emprego e habitação dignos e outros direitos previstos no Regime Internacional de refugiados.

Assim, a integração local precisa estar conectada com o senso de pertencimento, com a identidade do sujeito, com a capacidade de viver e tomar decisões no país de acolhimento e com capacidades de mobilidade e liberdade para garantir e reivindicar direitos de subsistência, como: emprego, moradia, saúde, educação, transporte, mobilidade, e outros fatores que podem ser considerados secundários, como lazer, entretenimento, artes e esportes. Essas capacidades precisam estar interligadas com o fato de o sujeito estar contido no Estado, pois,

independentemente de ter ou não um documento, ele faz parte e se expressa como sujeito de direitos, que pode vir a redefinir a política local, como aponta Isin (2008).

Nesse sentido, analisando a situação do Egito, observa-se que um vasto processo de integração de fato já se desenhou no contexto local. Pesquisas de campo de Mahmoud (2017), Montaser (2019) e Hassan *et al.* (2018) encontraram que os sírios têm criado e aplicado estratégias práticas de enfrentamento e têm garantido sua participação na transformação social, econômica e política das comunidades egípcias onde se instalaram. Segundo Montaser (2019), os aspectos dessa integração são caracterizados por autoassentamento na informalidade e invisibilidade política e social, encaixando na descrição de Pascucci (2014, p.142), de ‘tempo suspenso’ e ‘agência oculta’, vivendo sob insegurança, instabilidade, provisoriedade e espera.

Mesmo vivendo na ‘provisoriade’, sob incertezas temporais e insegurança (PASCUCCI, 2014), os refugiados sírios autoassentados agem na ‘invisibilidade’ diariamente. Diante da ausência de direitos legalmente constituídos, eles atuam em busca de prover suas necessidades básicas, como moradia mais barata, educação, saúde e trabalho, particularmente os refugiados e os migrantes não registrados e em situação de vulnerabilidade (3RP *Egypt*, 2018).

Essa agência, que se caracteriza como uma ‘infiltração discreta e invisível’ nos espaços públicos (BAYAT,2010), emerge desse ‘estado de provisoriedade’ de lutas e desafios cotidianos no convívio comunitário, desafia a estrutura convencional e transforma sua realidade criando uma estrutura paralela que responde às necessidades imediatas, e de longo prazo, construindo sua integração de *facto* na comunidade local (BAYAT, 2010; PASCUCCI, 2014).

A abordagem do GE fica bastante aparente no contexto dos refugiados sírios, principalmente, entre 2012 e 2014 (NORMAN, 2017). Segundo Norman (2017), o que deixa os refugiados em más condições de proteção, é que a política de migração egípcia se torna evasiva e ambivalente na medida em que o Estado egípcio não se posiciona política e legalmente e se abstém do envolvimento direto com os refugiados e os solicitantes de refúgio, deixando as responsabilidades para o Acnur (MAHMOUD, 2017; GRABISKA, 2006).

O sistema de proteção egípcio se encaixa no que Kagan (2011) chama de “*surrogate state*” (estado substituto), que surge em contextos de proteção ao refugiado em alguns países do Sul Global, quando o Estado delega ao Acnur sua responsabilidade, negligenciando mudanças estruturais que deveriam acompanhar todo o processo de implementação da proteção (GRABISKA,2006).

É importante esclarecer que o termo ‘Sul Global’, é controverso e difícil de ser conceituado com precisão, de acordo com Rigg (2015, p.2), o termo “tem uma estreita correlação com as mudanças geopolíticas”, e fatores socioeconômicos que contribuem para as mudanças relacionados à trajetória histórica da classificação dos países do ‘Sul’ e se tem sentido acrescentar à caracterização desses países a palavra ‘Global’. De acordo com Rigg (2015), *a lista de países do ‘Sul Global’ muda de acordo com sua ascensão política, social e econômica no cenário global. O conceito é encarado por muitos autores como um melhor termo a ser utilizado que os termos anteriores “terceiro mundo” e “países em desenvolvimento”, porque reflete melhor a constante adaptabilidade e mudanças contínuas de acordo com a geopolítica e fatores econômicos. Para Rigg (2015, p.7) “A adição da palavra ‘global’ deixa claro que esta não é uma categorização geográfica estrita do mundo, mas baseada em desigualdades econômicas que têm alguma coerência cartográfica”. Também enfatiza que “tanto o Norte quanto o Sul são, juntos, atraídos para processos globais, em vez de existirem como fatias separadas do mundo” para o autor “os processos e estruturas globais fazem com que todos os países façam parte de um mundo cada vez mais integrado” (RIGG, 2015, p. 7)*

Com isso, os refugiados passam a viver ‘à margem’ da estrutura, o que gera precariedade na proteção e um distanciamento entre os atores, criando estruturas paralelas, ou seja, um processo (GE, Acnur, ONGs e refugiados) que gera instabilidades entre as demandas do sistema jurídico e a vida já estabelecida na invisibilidade social e política, desafiando o GE a rever seu sistema de proteção ao refugiado a longo prazo (GRABSKA, 2006; BADAWY, 2010).

Nesse sentido, faz-se também necessário analisar a agência dos refugiados sírios no Egito, na sua busca diária por sobrevivência e direitos, observando sua agência criativa que aciona uma rede complexa de atores, em reação aos efeitos da violência estrutural, intrincada no sistema de segurança egípcio e nos jogos políticos do país, refletido no seu processo de integração. Esses sujeitos se concentram em suprir suas necessidades sob uma estrutura engessada, burocratizada e desenvolvimentista, que toma decisões ‘de cima para baixo’. Dessa forma, eles criam uma estrutura alternativa ‘de baixo para cima’, que atua em redes de conexões e comunicação sob o manto da invisibilidade.

Essa agência expõe contradições entre essas estruturas. A estrutura convencional, que gerencia o espaço e os recursos “de cima para baixo”, não leva em conta a percepção de direitos e a própria agência do refugiado (GRABSKA, 2006a). E a estrutura alternativa que cria uma rede complexa entre refugiados e atores locais e internacionais gera mudanças políticas, sociais e econômicas “de baixo para cima”, em níveis local e nacional (GRABSKA, 2006a; PUGH,

2021). Sem passar necessariamente pelas redes das instituições formais, eles constroem suas agências de ‘invisibilidade’ (MONTASER, 2019), ampliando seus espaços relacionais.

Espalhados e em suas áreas onde se autoassentaram (comunidades locais de acolhimento), desde os seus primeiros anos de acolhimento, os refugiados sírios no país (2011-2014) produzem uma agência política invisível e discreta, que abre a discussão sobre o grau de integração deles no Egito e como se dá esse processo (BAYAT, 2010; BANKS et al., 2020; PUGH, 2021).

Assim, para analisar a integração de *facto* no Egito, é preciso considerações contextuais, pois, em um cenário autoritário e de contínua violência estrutural, o refugiado se torna restrito a viver uma vida à margem da sociedade, diferentemente de contextos ocidentais, como o analisado por Nyers (2010) e Pacífico (2008), que analisam a integração em países que desfrutam de um aparato político mais democrático e, se comparados ao Egito, esses países proporcionam mais participação do estrangeiro em relação à agência política e à integração de fato. Um exemplo disso é o movimento criado pelos próprios refugiados e migrantes no Canadá, descrito por Nyers (2010) em “*no one is illegal*”.

Em continuação, ainda, para analisar a integração do sírio no Egito como país de acolhimento, faz-se necessário adentrar no contexto local de forma que transcenda a dicotomia do ‘formal’ e ‘informal’, vendo além das hierarquias e observando modelos de governança convencional (GE, Acnur e parceiros de implementação) e não convencional (refugiado e suas redes na invisibilidade), que atuam por meio de atores locais e internacionais, formais e informais. Essas redes que conectam sírios, outros refugiados e migrantes e sociedade/comunidade acolhedora fortalecem a dinâmica de integração (PUGH, 2021; PACÍFICO, 2013; MONTASER, 2019).

Para tanto, esta pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e antropológica, mesclando o levantamento bibliográfico (doutrinário e documental) e inspiração etnográfica. No campo, a coleta de dados se apoiou na observação direta-participante. A contribuição de quatro autores ajudou na observação desta pesquisadora. Em primeiro, Pacífico (2008) ofereceu a ampliação do olhar da pesquisadora para o ‘capital social’ acumulado, construído a partir de relações e redes estabelecidas dentro do contexto estudado, ajudando a ampliar ferramentas de análise e compreender melhor as conexões e as redes relacionais, que constroem essas redes, conforme também explica Bourdieu (1986, p. 241-258).

Em segundo, Geertz (1973), ao conceituar os princípios de interpretação e descrição densa. Como guia na coleta de informação e prioridade para compreender a cultura estudada,

as ferramentas observacionais precisam estar focadas nos significados e nos sentidos, estimulando um olhar atento para construções sociais e interpretação das ações dos indivíduos nessa construção. Geertz (1973) estimula a observar e descobrir padrões e formas intrínsecos nos pequenos símbolos contidos nas redes relacionais constituídas no contexto estudado.

Em terceiro, foi utilizado Magnani (2002), com sua proposta de etnografia como uma forma de ver o contexto urbano “de perto e de dentro”. Em sua crítica às abordagens “de longe e de fora” – métodos e abordagens de herança positivista, baseados em números e estatísticas com tendências generalizadoras, ou fragmentados, de herança pós-moderna – Magnani (2002) propõe o olhar etnográfico como uma opção para se aproximar e analisar as complexidades do universo urbano. Isso implica incluir as ações e os pequenos arranjos produzidos pelos atores sociais ativos na mudança social. Atores que antes eram vistos como aqueles que sofrem a ação da estrutura, dos sistemas, como os moradores da comunidade, até então vistos como passivos (que sofrem a ação de).

Magnani (2002) sugere que um olhar etnográfico sobre os arranjos desses atores sociais evita generalizações e visões totalizadoras que não incluem a força ativa desses atores na construção social e cultural. Evita também que as análises caiam em uma visão totalmente fragmentada que desconecta os grupos que atuam dentro do mesmo espaço geográfico ou social, a ponto de serem incapazes de enxergar padrões de comportamentos.

Assim, de acordo com ele (2002), a etnografia busca resgatar um olhar “de perto e de dentro”, ou seja, a dimensão dos atores sociais “capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que, para efeito de contraste, qualifiquei como de *fora e de longe*” (MAGNANI, 2002, p.17).

Assim como defende Magnani (2002, p. 17), “o método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos”. Na perspectiva de Magnani (2002, p. 17), para uma análise que utiliza o olhar etnográfico, “em algum momento os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento”.

Por fim, Lederach (2012) acrescenta ao olhar etnográfico uma perspectiva voltada para as ‘metáforas’ da comunicação entre os atores sociais, que constroem essa rede e reestruturam as relações. Essas ‘metáforas’ são constituídas no processo comunicativo dessas redes locais, considerando características peculiares e a linguagem própria entre os sujeitos que compõem essas redes.

De acordo com Lederach (2012, p. 86), “para entender essas redes é preciso focar nas relações e espaços relacionais”. Em sua perspectiva, ele (2012) aponta o indivíduo como aquele que “dá o nó para tecer essa rede e o mesmo indivíduo rompe e refaz esse nó”, em uma dinâmica complexa, contínua e flexível.

A visão desses autores auxiliou a compreender melhor as estratégias de enfrentamento como ação e o modelo de agência criado pelos sírios, ampliando o foco do “como” criaram essas redes e para “quem” foi criada, observando o formato específico no contexto local. Além disso, ajudou a observar plataformas invisíveis e flexíveis criadas e, por meio delas, perceber os espaços relacionais em que as mudanças construtivas acontecem.

Lederach (2012), por exemplo, criticou os modelos de observação convencionais que se fundam em uma ótica baseada em uma ‘visão linear e temporal’, que enrijecem o olhar sobre a mudança social e empobrecem a habilidade de ver diferentes fatores e dimensões das relações que transformam o cenário. Assim como Magnani (2002), que critica a visão “de longe e de fora” como generalizadora ou fragmentada, Lederach (2012) critica o modelo de observação convencional, que para, impede o ‘olhar periférico’, ou seja, que observa antes e depois, quem atua na frente e atrás, de um lado de outro, respeitando a multidimensionalidade e a multilateralidade das relações sociais.

O olhar periférico, para Lederach (2012), inclui várias dimensões e interações em diferentes níveis, levando a considerar mais fatores na hora de interpretar e descrever a realidade, principalmente as que estão na linguagem das metáforas culturais e comportamentais de cada indivíduo e das expressões de cada corpo. Ele alega que essas plataformas e redes invisíveis, criadas pelos atores sociais, não respeitam linearidade temporal e dimensional, ou seja, sua dinâmica acontece em várias dimensões e níveis simultâneos, considerando o passado, presente e futuro no momento da tomada de decisão.

De fato, Geertz (1973), Magnani (2002) e Lederach (2012) consideram que as dinâmicas complexas em uma sociedade estão conectadas, oferecem o ‘olhar etnográfico’ como uma forma mais próxima de captar os padrões dessas redes e conexões sem generalizá-las, ou fragmentá-las, mas entendendo-as. Dessa forma, do ponto de vista do observador, ‘quem’ está atuando oferece a chave para identificar o ‘como’ e em que circunstância estas redes estão acontecendo, afastando o pesquisador de uma visão superficial, estática e unilateral (LEDERACH, 2012; MAGNANI, 2002; GEERTZ, 1973).

Ver e localizar a mudança nas geografias físicas e sociais implica uma observação cuidadosa daquilo que está presente, mas nem sempre se faz visível, como: atores, relatos,

símbolos, expressão corporal, sinais, olhares e, até mesmo, atores que passam despercebidos como significativos nas redes. Além disso, essa abordagem pede constante cruzamento de dados e atenção às conexões e às interdependências entre atores em campo (LEDERACH, 2012; MAGNANI, 2002; GEERTZ, 1973).

Essa perspectiva etnográfica trouxe maior entendimento na fase de coleta de dados, ao utilizar a observação-participante. Os refugiados sírios no Egito, ao buscarem sua integração por meio da construção diária de adaptação local, criam essas redes invisíveis que, em geral, são difíceis de acessar e nem sempre fáceis de captar em uma observação superficial. Essa dinâmica existente entre refugiados, sociedade de acolhimento e Estado são adaptativas, flexíveis e acontecem simultaneamente, exigindo do observador atenção contínua.

A pesquisa de campo foi realizada entre agosto de 2021 e fevereiro de 2022, no Grande Cairo-Egito, onde atualmente se concentram cerca de 80% dos sírios autoassentados no Egito. O ponto de partida foi a instalação desta pesquisadora, por seis meses, no Maadi, bairro do Grande Cairo-Egito, e suas visitas à comunidade 6 de Outubro, acionando sua rede de contatos locais para melhor envolvimento nas comunidades.

Nas narrações, respectivas à fase de imersão em campo, em que houve observação-participante, a escrita foi realizada em primeira pessoa, visando trazer o mais próximo possível os eventos e fatos observados. O processo de coleta de dados, que será ainda mais bem explicado no terceiro capítulo, contou com o acesso a atividades na rotina de algumas famílias sírias, em que a pesquisadora teve oportunidade de participar de refeições, festas familiares, acompanhar alguns indivíduos na sua rotina de trabalho diária, visitar áreas da cidade onde há um grande trânsito de comerciantes, e outros aspectos da rotina diária nesse período de agosto de 2021 a fevereiro de 2022.

A pesquisadora também contou com a ajuda de interlocutores, ou seja, indivíduos que fizeram parte da interação comunicativa e auxiliaram esta pesquisadora a interpretar a realidade observada. Alguns interlocutores ajudaram-na também a ter acesso a áreas das comunidades e da cidade a que não teria sido tão fácil, se estivesse sozinha.

Na construção desta pesquisa, foi utilizado o conceito ampliado de refugiado, chamado de *'self-settled refugee'* (refugiado autoassentado, ou autoinstalado), desenvolvido por Karen Jacobsen, utilizado em seu artigo *Local Integration: The Forgotten Solution* para o *Migration Policy Institute*. Nesse artigo a autora declara que os caminhos para a integração dos refugiados variam muito, de acordo com as circunstâncias e contexto.

Alguns dos cenários de autoassentamento ou autoinstalação mais comuns ocorrem “quando os refugiados partilham com os agregados familiares locais ou estabelecem alojamento temporário e são assistidos por famílias locais ou organizações comunitárias” (JACOBSEN, 2003, p. 24).

Os refugiados autoassentados, na perspectiva de Jacobsen (2003, p. 4), não desfrutam *status* legal de refugiado no país de acolhimento, mas buscam seu estabelecimento no espaço e no tempo que lhes é proposto e criam os seus próprios meios para se integrarem social, econômica, político e culturalmente.

O Acnur, embora reconheça a condição de refugiado desse grupo, não os alcança com a proteção legal formal pois em muitos países de acolhimento enfrentam limitações impostas pelos países de acolhimento. Esses refugiados são frequentemente ativos na economia local, apesar das restrições legais a essas atividades.

Nota-se que Jacobsen (2003) apresenta o processo de autoassentamento como uma das medidas em que o refugiado busca integração local, e um dos mecanismos utilizados em um ambiente de incerteza e precariedade nos mecanismos de proteção e acolhimento oferecidos pelo governo local.

A maioria dos refugiados passa anos vivendo em zonas fronteiriças, em circunstâncias insatisfatórias e inseguras, com poucos meios para sustentar ou educar a si e seus filhos, e poucas perspectivas. O seu estatuto jurídico no país de acolhimento é incerto. Não lhes é concedido asilo total, nem é provável que sejam reinstalados num terceiro país. Estas prolongadas situações de refugiados são caracterizadas por um modelo de assistência de "cuidado e manutenção" ou "armazenamento" nos países de primeiro asilo, o que significa que as necessidades básicas dos refugiados residentes em campos são satisfeitas. (JACOBSEN, 2003, p.1)

Para analisar a situação do Cairo, Montaser (2019) utiliza o termo ampliado de ‘*self-settled refugee*’, ou seja, refugiados registrados e não registrados que compartilham o mesmo histórico socioeconômico de fazer suas próprias estratégias de enfrentamento para sobreviver, buscam seu próprio estabelecimento para se integrarem nas comunidades de acolhimento no país, quais sejam: solicitantes de refúgio com cartão amarelo, arquivo fechado, rejeitado, voluntariamente não registrado com baixa renda ou em condições de vulnerabilidade (JACOBSEN, 2006; MONTASER, 2019). Este trabalho utilizará a versão ampliada de Montaser (2019).

É importante também ressaltar que o conceito de ‘autoassentamento’ aqui utilizado trabalha tanto com um aspecto físico-espacial, como simbólico, do autoassentamento. Físico-espacial porque ele reflete o processo de infiltração espacial do refugiado sírio em busca de um local onde possa assentar-se, na luta por moradia em um local seguro, onde possa se estabelecer



economicamente. Esses locais estão espalhados pela cidade e são encontrados pelos próprios refugiados através dos vínculos sociais anteriormente constituídos, como: familiares, amigos e compatriotas, ONGs.

O aspecto simbólico está intrínseco na busca por uma integração que supra suas necessidades materiais, mas também sociais e emocionais. Está relacionado uma busca inconsciente por pertencimento, pautada na percepção que eles têm de que estão sob a incerteza, lidando diariamente com ‘acordos não escritos’, ou ‘barganhas invisíveis’ a que precisam se submeter para garantir sua estadia e se integrarem localmente, mesmo que provisoriamente (PUGH, 2018).

Um ‘senso’ perceptivo de que, mesmo sendo um povo aceito e bem recebido pela maioria da sociedade civil egípcia, não são bem compreendidos e não tão bem-vindos pelo GE. Eles sabem que estão oficialmente desprotegidos devido à irregularidade documental e pelas mudanças políticas, sociais e econômicas do país, em um ambiente inseguro, e esse autoassentamento é guiado por esse senso.

Nesse caso, o sujeito refugiado tem certo grau de consciência de estar inserido em um ambiente hostil à sua presença, lidando com o sentimento de instabilidade política, social e econômica, sob a ‘provisoriidade’ e ‘espera’ em relação à proteção oferecida pelo GE, pelo ACNUR e, em última instância, a comunidade internacional. Por fim, o refugiado sírio busca sua integração de forma ‘invisível’ e ‘sutil’, procurando garantir seu espaço físico e simbólico, não como ativismo ou resistência política, mas na busca diária silenciosa por sobrevivência e, quem sabe, alcançar tranquilidade, dignidade e paz.

Assim, esta pesquisa busca contribuir para ampliar estudos de migrações forçadas aliados ao tema da segurança humana do refugiado. Seu objetivo foi analisar o processo de integração dos refugiados sírios no Egito, entre 2011 e 2019, com a finalidade de compreender como se constroem as dinâmicas do processo de integração e a agência informal destes refugiados e como essas dinâmicas contribuem para construir novos processos sociopolíticos no Egito. Com isso, buscou compreender até que ponto os refugiados sírios foram integrados no Egito e os desafios enfrentados nesse período (2011-2019), bem como as dimensões da violência sofrida pelos refugiados sírios nesse processo de integração, no seu processo de se protegerem das violações de direitos humanos, e escaparem da negligência e da violência policial driblando as fiscalizações e burocracias governamentais.

Para tanto, a pesquisa contou com diferentes lentes e conceitos, que ajudaram na compreensão das ações do refugiado sírio no contexto de autoassentamento no Grande Cairo.

Para uma compreensão mais aprofundada da violência perpetrada pelo Estado de acolhimento, utiliza-se o conceito de Galtung (1990), que analisa os efeitos da violência direta, estrutural e cultural na dinâmica econômica, social e política dos Estados.

Para discutir as estratégias de sobrevivência na busca por integração, a ideia de ‘agência oculta’ pontuada por Pascucci (2014) é utilizada, para compreender as formas em que os refugiados agem e relacionam-se para assegurar a invisibilidade e a sutileza, tanto no trato com a sociedade, quanto com o Estado de acolhimento.

Para ajudar a compreender como os refugiados se apropriam dos espaços públicos, no processo de autoassentamento físico-espacial, e como resistem às repressões, o “*quiet encroachment*” (invasão ou infiltração silenciosa), de Bayat (2010), que demonstra como um indivíduo é capaz de driblar e se camuflar para construir caminhos alternativos na cidade, sob um governo autoritário, em busca de direitos e sobrevivência.

E, por fim, a ‘*invisibility Bargain*’ (barganha invisível ou de invisibilidade), de Pugh (2021), que oferece maior compreensão de como os refugiados entendem seu “lugar” político e social nas relações dentro da cidade, e como estabeleceram as negociações na invisibilidade, utilizando-se de “acordos não escritos” e “barganhas invisíveis” como meios não oficiais, para constituir seu espaço relacional.

Para Pugh (2021), essas negociações entre refugiados, Estado e sociedade de acolhimento condicionam a estada do refugiado a um comportamento de ‘invisibilidade política e social’. Essa perspectiva explica a importância das ‘redes relacionais e conexões não convencionais’ para validar o processo de integração de fato e como os refugiados são capazes de criar e se submeter aos mecanismos de invisibilidade política e social, para conservar sua segurança, suprir necessidades, manterem-se úteis economicamente, serem tolerados e permanecerem no país (PUGH, 2018; 2021).

No primeiro capítulo, descreve-se o processo do refugiado sírio, desde a saída do seu país de origem até seu acolhimento no Egito. Primeiramente, concentra-se nos fatores sociopolíticos, históricos e contemporâneos que envolvem a guerra síria (2011) e suas consequências humanitárias, ou seja, o surgimento de mais de 13 milhões de deslocados forçados.

Em seguida, busca-se descrever o processo vivido pelos refugiados sírios, fornecendo alguns dados, desde o que determina sua condição de refugiado em nível internacional, até a onda, cujo maior impacto foi nos países de acolhimento da região. Finalmente, descreve-se a

atuação do sistema de proteção egípcio, do processo de acolhimento inicial ao processo de autoassentamento dos refugiados sírios no Egito (2011-2019).

O Capítulo 2 aprofunda a discussão sobre o conceito de integração local como solução durável, descrevendo o problema enfrentado durante o processo de integração dos refugiados sírios autoassentados (2011-2019), no contexto egípcio. Busca-se analisar a integração de refugiados sírios no Egito ou, ainda, leis e políticas do governo egípcio e como a estrutura militarizada e repressiva, ambígua e negligente do GE influencia as estratégias de sobrevivência informais nas comunidades acolhedoras do Egito.

Caracteriza-se, ainda, a integração local do sírio no Egito, construída por meio das redes de soluções locais informais, como de moradia, educação, saúde, trabalho e segurança. Por fim, apresenta-se essa construção como agência informal de refugiados sírios no Egito, com o intuito de compreender em que aspectos as estratégias de enfrentamento para a sobrevivência, em um contexto de violência estrutural (GALTUNG, 1990), contribuem para a sua integração e para promover mudanças estruturais no país e nas comunidades de acolhimento.

O Capítulo 3, como explicado acima, se utiliza da perspectiva etnográfica para analisar o processo de integração local de refugiados sírios no Egito (2011-2019), com o fim de aproximar e aprofundar a compreensão da agência na invisibilidade do refugiado, que resulta na criação de redes e uma estrutura paralela que redefine mudança social e política no modelo peculiar de integração local e reivindica direitos.

Para tanto, analisa-se a relação entre a estrutura alternativa produzida pelo refugiado sírio e a estrutura convencional conduzida pelo Governo Egípcio (GE), Acnur e seus parceiros de implementação, discutindo a dinâmica entre os principais atores formais e informais, estatais e não estatais que atuam na construção dessa rede de governança, no processo de integração sob análise.

Conclui-se o Capítulo 3 com breve discussão sobre as desvantagens intrínsecas da criminalização dessas redes e os possíveis benefícios da cooperação entre atores na integração local no contexto egípcio, ressaltando como esse quadro pode ser revertido e essa estrutura pode ser potencializada, por meio da coordenação e da cooperação entre atores, ao invés de discriminado e marginalizado.

Sendo assim, esta pesquisa se propõe a analisar os aspectos estruturais e contextuais da integração econômica, social e política dos refugiados sírios no Egito, que se desdobra em meio a um cenário de autoritarismo militarizado e violência estrutural. Focando nos refugiados como atores sociais ativos, esta pesquisa se propõe a observar os refugiados em sua rotina de

autoassentamento, a partir de suas estratégias de enfrentamento para sobrevivência, informal e diária, que produzem um perfil de agência política e social na invisibilidade e marginalidade.

Essa agência, mesmo garantindo sua integração e ampliando os espaços relacionais entre refugiado, Estado e a comunidade acolhedora local, de forma criativa e autônoma, anula aspectos da identidade e autossuficiência dos refugiados. Ainda assim, a dinâmica desse modelo comunicativo de redes entre atores sociais, desenvolvida a partir dos refugiados, gera um vasto capital social e transformações que podem contribuir para reconfigurar a relação entre as estruturas e trazer mudanças efetivas para políticas do Acnur e do GE.

## **1. REFUGIADOS SÍRIOS NO EGITO (2011 – 2019)**

Para compreender a realidade dos refugiados sírios, as causas desse transbordamento demográfico regional e internacional, a crise humanitária causada por esse fenômeno migratório e como eles vivem, atualmente, em uma situação prolongada de refúgio, nos países de acolhimento da região, faz-se necessário entender os desafios enfrentados por eles no país de origem.

Para tanto, este capítulo se concentra nas causas históricas e sócio-políticas que contribuem para traçar as características da guerra síria (2011), nos fatores internos e externos que contribuíram para as manifestações internas da população síria se tornarem uma guerra civil e nos efeitos dessa guerra na vida da sociedade civil, conseqüentemente, gerando uma onda de milhões de deslocados forçados.

Este capítulo também busca situar os refugiados sírios, desde o que determina sua condição de refugiado em nível internacional até os fatores internos e externos causados pela guerra, gerando essa onda cujo maior impacto foi nos países de acolhimento da região, até chegar a como e onde vivem atualmente (2011-2019) os refugiados sírios no Egito.

### **1.1 GUERRA CIVIL SÍRIA (2011) COMO CAUSA DE REFUGIADOS SÍRIOS**

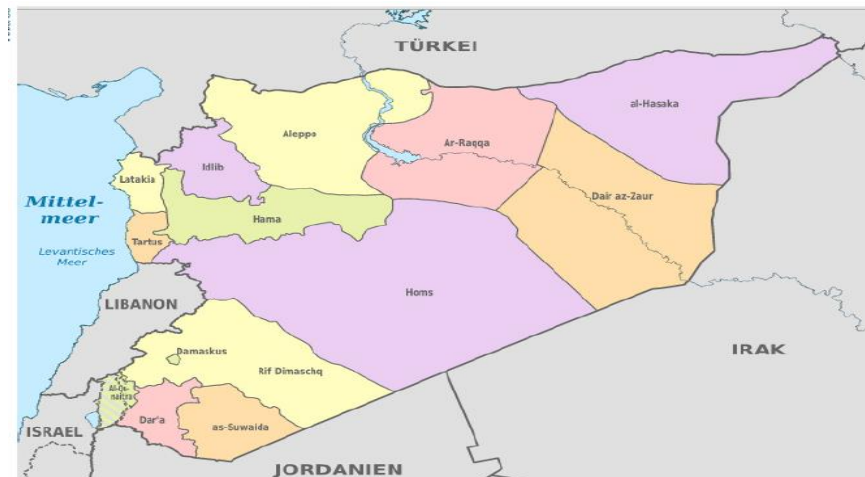
A República Árabe Síria, desde a Antiguidade, tem uma posição estratégica no Oriente Médio. Geograficamente, o território sírio faz fronteira com o Líbano e o Mar Mediterrâneo a oeste; à Turquia, ao norte; ao Iraque, a leste; à Jordânia, ao sul; e Israel, ao sudoeste (HALL, 2013).

Por essa localização estratégica, e também pelo fato de ser ponto de passagem de rotas comerciais, a Síria passou a ser conhecida por sua importância econômica e política para região. Segundo Zahreddine (2013, p. 7), “a posição geográfica da Síria foi um ponto importante para a conexão entre as potências ocidentais e seus domínios na Ásia”.

Além disso, o território é repleto de riquezas, montanhas férteis, grandes rios e excelente terra para produzir. Esses fatores também influenciaram historicamente a origem da diversidade

étnico-religiosa da região e, ao longo do tempo, a Síria se tornou uma região disputada por diversos grupos regionais e potências estrangeiras (HALL, 2013).

**Figura 1 – Mapa da posição geográfica da Síria**



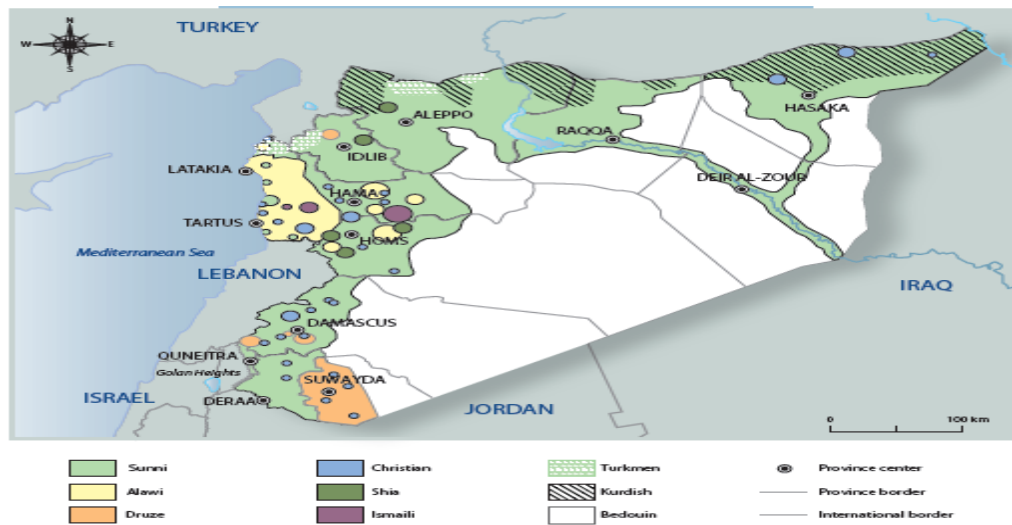
Fonte: Balanche (2018).

A diversidade étnico-religiosa da sociedade síria está nos fundamentos da sua história social e política. Os grupos religiosos de maior representatividade no país são sunitas, alauítas cristãos, drusos e xiitas. Em 2000, de acordo com Zahreddine (2013, p. 13),

[o] grupo religioso predominante na síria eram os Sunitas, com 68,4% da população, sendo os alauítas o segundo maior grupo, com 11,3%, seguidos pelos cristãos com 11,2%, os drusos com 3,2% e os xiitas com 3,2%”. As minorias étnicas, como os curdos e armênios, possuem um papel importante no país.

A partir dos anos 40, a Síria também passou a ser país de acolhimento para inúmeros refugiados palestinos, durante o conflito Israel-Palestina, com a independência do Estado de Israel em 1948 (ZAHREDDINE, 2013; BALANCHE, 2018).

**Figura 2 – Mapa do sectarismo e distribuição étnica na Síria em 2011**



Fonte: Balanche (2018).

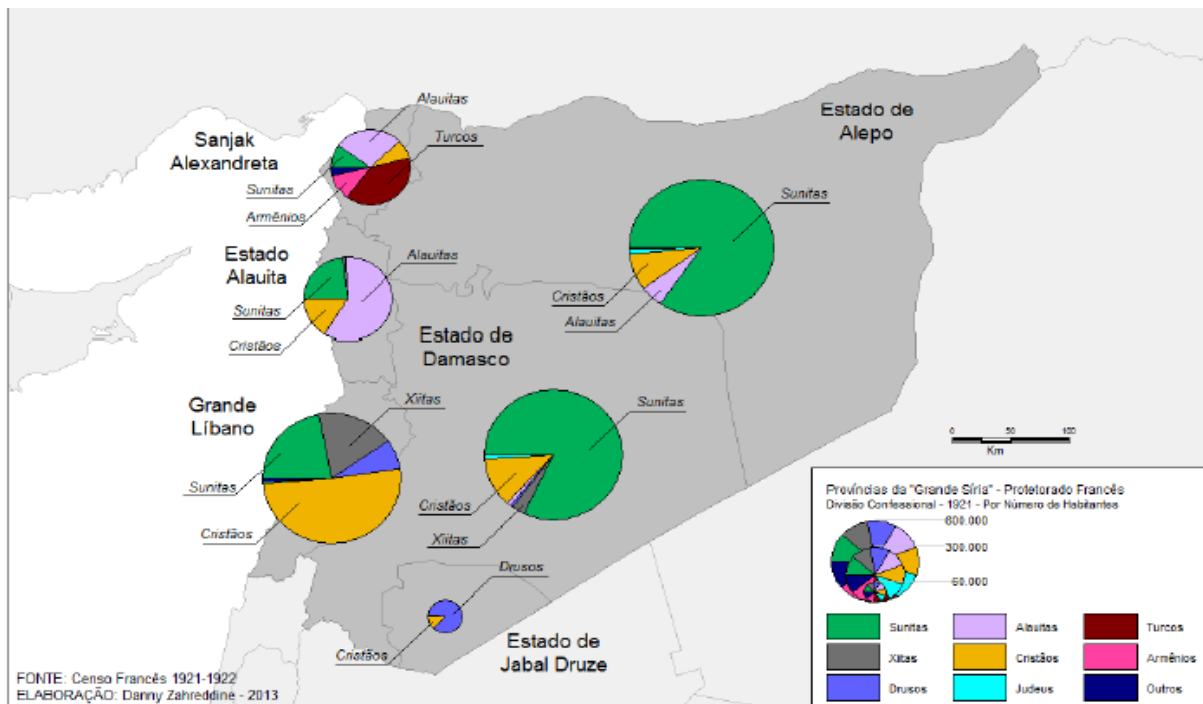
O processo de divisão dos espólios da I Guerra (1914), como aponta Hall (2013), trouxe consequências políticas para a atualidade da Síria, devido aos sistemas de governança implementados na época, que dividirão a região de acordo com os países mandatários.

Nesse período, a Inglaterra já almejava a saída do Império Otomano, que dominava a região. Porém, foi na batalha por Damasco, na Revolta Árabe, que, em 1916, o Império Otomano foi desarticulado. O fim da I Guerra Mundial deu margem ao acordo secreto *Sykes-Picot*, entre Inglaterra e França, estabelecendo marcos na geopolítica da região, que influenciariam toda a dinâmica política das décadas seguintes (ZAHREDDINE, 2013).

Como resultado do *Sykes-Picot*, a França ganhou o controle da província turca de Hatay, da Síria e do Líbano. As duas potências (Inglaterra e França) ficaram livres para definir as fronteiras dentro daquelas áreas. Os franceses dividiram o território em busca de garantir seu poder e enfraquecer os nacionalistas que atuavam na região (HALL, 2013).

Assim, durante o mandato francês (1920), seis províncias foram criadas na Grande Síria. Observa-se, na Figura 3 abaixo, “o Estado de Aleppo, o Estado de Damasco, o Estado de *Jabal Druze*, o Estado Alauita, a Província de Alexandreta (Hatay) e o ‘Grande Líbano’. Cada um destes Estados estaria sob o controle de uma elite confessional, tutelada pela França”, segundo Zahreddine (2013, p.9). Sob o mandato francês, a síria foi fragmentada. O modelo de “dividir para governar” era baseado no elemento étnico-religioso, que seria crucial na criação dos futuros Estados. Para Zahreddine (2013, p. 9), “[c]ada um destes Estados estaria sob o controle de uma elite confessional, tutelada pela França”.

**Figura 3 – Mapa da “Grande Síria” - Mandato Francês 1920 - Províncias e Religião**



Fonte: Zahreddine (2013).

As duas décadas seguintes foram marcadas por tentativas dos grupos internos de reunificarem a “Grande Síria”, tomando-a das mãos francesas (a partir 1920), que ainda mantiveram a região dividida como no *Sykes-Picot* (Hall, 2013). O cenário sectário da guerra civil de 2011, portanto, começou a ser moldado nos anos 1920, como cita Zahreddine (2013, p. 10): “Já em 1921 eram evidentes os desdobramentos que a fragmentação territorial, marcada por limites étnico-religiosos, traria para a futura Síria”.

Essa fragmentação formou a base política da república síria, marcada por disputas de poder entre grupos étnicos-religiosos internos, e influenciou as bases políticas até a formação do Estado independente sírio. Para Furtado *et al.* (2014, p. 1), “[n]a formação do Estado Sírio, independente em 1946, a disputa étnica e religiosa pelo poder esteve sempre em evidência, como consequência da política colonial francesa de enfraquecer a unidade árabe”. As décadas seguintes (de 1950 a 1970) foram marcadas por muitos golpes e disputas por poder, que se estenderam até a ascensão do partido Baath na década de 70:

De 1961 a 1970 o país também sofreu com os golpes militares, e sete presidentes ocuparam o cargo mais alto do executivo Sírio. Por fim, em 22 de fevereiro de 1971, o oficial da aeronáutica, com fortes laços com a União Soviética, Hafez al Assad, toma o poder por meio de outro golpe militar. Porém, ao contrário dos antecessores, consegue manter-se no poder até 10 de junho de 2000, ano de sua morte. A transição



política de seu governo foi feita através de seu filho, Bashar al Assad, naquele mesmo ano, permanecendo no poder até os dias de hoje (2013) (ZAHREDDINE, 2013, p. 10).

A chegada do partido Baath ao poder e a liderança de Hafez al-Assad, dos anos 1970 em diante, marcaram as cinco décadas seguintes, inaugurando-se uma fase de “estabilidade” nas disputas internas da Síria e o estabelecimento da base política do período pós-independência:

A Síria se manteve livre dos processos de fragmentação nos últimos 42 anos devido a duas razões principais: 1) a criação de um exército muito fiel ao seu presidente, e 2) pela utilização da violência para inibir qualquer perturbação da ordem pública, seja pelo uso das forças armadas ou das forças de segurança do Estado (serviço de inteligência) (ZAHREDDINE, 2013, p. 12).

Essa fase da política síria permaneceu assentada na família Assad e no fortalecimento dos alauítas. Balanche (2017) destaca que, no período do governo de Hafez El Assad (de 1971-2000), uma das suas principais estratégias foi fortalecer as minorias cristãs, drusas e, principalmente, alauítas, que era a origem étnica da família Assad. Ele fundamentou um exército forte e fiel com o intuito de enfraquecer os sunitas nos territórios e áreas importantes dentro da Síria, bem como seu controle em outras fronteiras e áreas estratégicas no país, como também afirma Zahreddine (2013, p. 12):

Este breve retrato das sucessões presidenciais na Síria revela a complexidade da composição política no país, sendo que, somente a partir de 1971 o presidente Hafez al Assad cria as condições para controlar mais firmemente as forças armadas e os principais grupos político-confessionais do país. A maior presença das minorias nas Forças Armadas, bem como em cargos políticos e na burocracia síria, criou um grupo altamente fiel ao presidente e à sua família, o que pode ser visto claramente na guerra civil iniciada em 2011.

Quando Bashar al-Assad assumiu a presidência da Síria, em 2000, como sucessor do seu pai (Hafez al-Assad), os alauítas já ocupavam os principais cargos e funções importantes e formavam um exército fiel ao regime (GONÇALVES, 2016, p. 1). Essa composição étnico-religiosa, que privilegiou os alauítas, fortaleceu a cultura de segurança militarizada e autoritária do regime Assad. Assim, o descontentamento dos desprivilegiados, na sua maioria sunitas, nesse processo histórico, marcou as disputas internas entre sunitas e alauítas e levou a outras disputas entre grupos, na primeira década do governo Bashar El Assad (2000-2010).

No início do governo de Assad, havia esperanças entre as minorias e até entre os sunitas, que eram maioria no país, sobre seu mandato. Portanto, esperavam-se mudanças mais profundas no regime, no entanto, isso não aconteceu. Segundo Zahreddine (2013, p. 13) “[...] observou-se que as forças políticas que sustentavam seu governo não permitiram uma mudança mais

profunda do *Modus operandi* do regime, mantendo os mesmos instrumentos de ação do período anterior”.

Nesse contexto doméstico, a cultura do autoritarismo militarizado do governo e as bases do sectarismo que dominaram as disputas territoriais e os espaços públicos foram-se intensificando nos anos seguintes do seu governo, afetando cada vez mais as relações entre a sociedade civil e o regime de Assad, tornando essa relação ainda mais frágil.

Como consequência desse histórico de divisões étnico-religiosas malsucedido, associado a uma série de fatores políticos, sociais e econômicos, em março de 2011, o descontentamento com os privilégios sociopolíticos dados aos alauítas se espalhou rapidamente pelo país. Um exemplo disso foi o que aconteceu nas regiões de maioria sunita que foram ‘pontos chave’ de eclosão das manifestações ao longo dos protestos. (BALANCHE, 2018, p. 8).

Muitos cidadãos sunitas e de outros grupos étnico-religioso, que estavam frustrados com as injustiças do regime e as desigualdades, buscaram reivindicar seus direitos. “Esse favoritismo exasperou os sunitas, e muitos dos que se levantaram em 2011 simplesmente buscaram reequilibrar a balança em vez de derrubar todo o sistema”. (BALANCHE, 2018, p. 8).

Os protestos iniciados na cidade de Deraa marcaram o início de manifestações pacíficas, que visavam reivindicar democracia, justiça e reformas constitucionais que favorecessem a obtenção de maior abertura política do país. Essas manifestações rapidamente se espalharam por toda a Síria, em conexão com outras que aconteciam, na mesma época, em países árabes da região, como Egito e Tunísia. Esse movimento regional ficou conhecido como “Primavera Árabe” e foi um combustível adicional para que as manifestações contra o regime nacional sírio se intensificassem (SAID, 2012)

O governo, por sua vez, reagiu com repressão e violência e o conflito evoluiu, tornando-se cada vez mais nítida sua complexidade. “Olhando para o levante de uma perspectiva geográfica, por exemplo, pode-se ver uma clara fissura entre o centro e a periferia. Os protestos iniciais na província de Deraa foram motivados pela frustração sociopolítica acumulada contra o regime por décadas” (BALANCHE, 2018, p.3).

As maiores expressões de reivindicação vieram de regiões onde os grupos sunitas estavam concentrados. Conforme Balanche (2018, p. 8), “[e]m Baniyas, por exemplo, uma das principais demandas dos manifestantes era que o regime criasse 3.000 empregos na refinaria de petróleo local para conter o desemprego maciço entre os jovens sunitas”. O mesmo ocorreu em outras cidades em que os protestos deixaram claro o descontentamento e as frustrações com as

injustiças. Em Latakia, por exemplo, sunitas reivindicaram o fato de todos os cargos de autoridade na administração local serem ocupados por alauítas. (BALANCHE, 2018).

Diante desses acontecimentos, que revelam o processo histórico de construção da Síria como Estado, nota-se que a guerra civil síria, iniciada em 2011, tem raízes históricas e vai além de um conflito moderno entre governo autoritário e povo, podendo ser caracterizada por sua multifatorialidade (ético-religiosa, política, social, econômica) e multidimensionalidade (atores locais, regionais e internacionais), que se entrelaçam historicamente até a atualidade, construindo um cenário de guerra civil complexo difícil de ser compreendido (BALANCHE, 2018; WIMMEN, 2016).

Segundo Balanche (2018) e Furtado *et al.* (2014), os fatores étnico-religiosos que desenham as relações entre atores locais e regionais são pontos nevrálgicos dessa guerra, construídos historicamente, principalmente, pela intervenção estrangeira, nas disputas territoriais no início do século 20.

Zahreddine (2013), contudo, ressalta que a complexidade de fatores domésticos (disputas étnico-religiosos, políticos, sociais e econômicos) não é somente o que desenha as disputas na guerra síria, mas também sua multidimensionalidade (por concentrar uma grande diversidade de atores e interesses locais, regionais e internacionais).

Quando se analisa além do primeiro nível (doméstico), percebe-se que a ampliação e a manutenção dessa complexidade na guerra síria se devem à intervenção e à influência de atores regionais e internacionais na guerra civil. Deste modo, ao analisar a dinâmica relacional constante entre os fatores apresentados e os atores (locais, regionais e internacionais) dessa guerra civil síria, nota-se que o sectarismo passa a ser ambos, a causa e a consequência dessa guerra, pois está nos fundamentos da construção da sociedade síria e, ao mesmo tempo, determina que a sociedade civil sofra suas maiores consequências.

De acordo com Wimmen (2016), o sectarismo, muitas vezes descrito como essência da sociedade síria, é fruto de uma construção política, de uma narrativa criada historicamente e que continua moldando o posicionamento e as disputas durante a guerra civil, desde 2011. Como tal, tem sido uma narrativa mantida sob controle do regime da família Assad, por quase meio século, e ainda permanece como estratégia do governo de Bashar El Assad para fomentar disputas e confusões dentro dos territórios rebeldes. Nesse caso, o regime passa a cooptar as minorias para terem seu apoio e utilizá-las como arma ou escudo de guerra para conseguir apoio internacional (BACZKO *et al.*, 2013); (BALANCHE, 2017).

Esse sectarismo é também uma narrativa instigada por parceiros regionais e internacionais de ambos os lados da disputa. Segundo Wimmen (2016), foi utilizado pela oposição, porém não funcionou, após alguns anos de conflito, pelo contrário, somente atrapalhou a construção de uma governança forte para enfrentar o regime de Assad.

Balanche (2018) acrescenta que essa construção fragmentada da sociedade síria também distorce a compreensão das atuais divisões e subdivisões internas durante a guerra, deixando as alianças entre os grupos étnico-religiosos difíceis de serem compreendidas. Um exemplo disso são os movimentos internos e os reagrupamentos de combatentes e civis em busca de abrigo, deixando o cenário ainda mais complexo e confuso.

O mapa da região (em 2018), que era dividido por predominâncias étnico-religiosas e políticas, não é mais o mesmo do início da guerra. A fragmentação e as fissuras em áreas, inclusive urbanas, se multiplicaram, tornando-se instáveis e transitórias. Essas mudanças dificultam estratégias e ataques e, muitas vezes, são utilizadas como justificativas para bombardeios e ataques arbitrários, trazendo consequências drásticas para a sociedade civil, que, por sua vez, causa ondas de deslocados internos e refugiados.

A maioria dos mapas da guerra divide o país em quatro grandes áreas de controle: a zona do regime, a zona curda, a zona do EI e a zona dos “outros rebeldes”. No entanto, essa visão da Síria pode ser enganosa se extrapolada demais, porque a fragmentação foi muito mais pronunciada desde os estágios iniciais da revolta. (BALANCHE, 2018, p. 17)

Um exemplo dado por Balanche (2018) é o território árabe sunita, que tem várias fissuras internas e isso não estava, no início da guerra, nas divisões regionais; fissuras essas baseadas em fatores étnico-religiosos (BALANCHE, 2018). Essas mudanças e alianças entre grupos, durante a guerra, são de caráter transitório e estratégico, logo, não oferecem estabilidade para os civis que se mudam para essas áreas em busca de segurança.

Baczo *et al.* (2013) também ressaltam como os civis que permaneceram no país sofrem cada dia mais com essa descentralização de lideranças nas regiões que antes eram dominadas por seus grupos étnico-religiosos e hoje são sitiadas, atacadas ou até saqueadas, deixando as lideranças internas ainda mais confusas para os civis.

Essa complexidade, de atores e lideranças que atuam em regiões específicas, principalmente, em áreas dominadas pela oposição, torna as operações de todos os lados da guerra confusa e, conseqüentemente, torna ainda mais arbitrárias as intervenções regionais e internacionais (bombardeios por terra, ataques aéreos, cercos e bloqueio de estradas).

Segundo Wimmen (2016), nessas áreas, em muitos casos, a sociedade civil passa a ser “escudo” ou “arma de Guerra”, pois, em situações, nas quais há probabilidade de ataques, os

dados quantitativos demográficos tendem a ser manipuláveis, podendo a população civil existente naquela área “triplicar”, ou “diminuir”. Os números da população síria são manipulados porque são armas de guerra (BALANCHE, 2018).

A multidimensionalidade, citada por Zahreddine (2013), que caracteriza a amplitude e a profundidade da guerra, e sua manutenção em recursos humanos e bélicos, também influencia de forma contundente essa complexidade. Em outras palavras, a intervenção regional e internacional, nas disputas pela liderança na Síria, amplia e aprofunda a complexidade da guerra, deixando a solução cada vez mais distante.

Desde o início, quando o regime de Assad se tornou implacável contra o que considerava insurgência, grupos civis passaram a se armar e a buscar apoio regional e internacional. Essa dinâmica regional e internacional cresceu em auxílio a ambas as partes do conflito e está pautada nas disputas históricas.

A ajuda e um maior envolvimento de exércitos internacionais de apoio aos grupos envolvidos surgiram de várias partes. Potências estrangeiras começaram a se posicionar, enviando dinheiro, armamento e combatentes (SAYIGH, 2016); (BACZKO *et al.*, 2013). Organizações Jihadistas extremistas, com seus próprios objetivos, como o Estado Islâmico (EI) e a Al-Qaeda, se envolveram, deixando o conflito ainda mais violento, devido aos seus métodos de ataque e suas estratégias radicais (ZAHREDDINE, 2013; FURTADO *et al.*, 2014).

De acordo com a *Human Rights Watch* (HRW, 2014), “o conflito armado da Síria se tornou muito mais sangrento, com a intensificação de ataques por parte do governo e de milícias pró-governo nas áreas civis e do uso contínuo de armas indiscriminadas”. O caos se instaurou com o surgimento de outras frentes de combate ao governo apoiadas regional e internacionalmente (BALANCHE, 2018).

Como relata Balanche (2014), essas milícias pró-governo e grupos extremistas também cometeram graves abusos, incluindo ataques deliberados e indiscriminados contra civis, uso de crianças-soldados e sequestros e torturas de presos. Ainda no início da guerra civil, grupos armados não estatais, incluindo o Exército Sírio Livre (*Free Syrian Army*) e a Frente Islâmica (*Islamic Front*), tornaram a cidade um campo de guerra: escolas foram transformadas em bases militares, quartéis e centros de detenção, ou postos de franco-atiradores, colocando estudantes em risco (HRW, 2014; WIMMEN, 2016).

Essa situação de violações e ataques indiscriminados passou a justificar a intervenção mais contundente de coalizões regionais e internacionais pró e antigoverno. Entre os atores regionais, estavam os governos de maioria xiita do Irã, do Iraque, e do *Hezbollah*, como

demonstra Zahreddine (2013, p.15): “O que se percebeu no embate entre governo sírio e oposição foi o forte apoio iraniano ao governo sírio, com envio de material bélico e efetivo militar, enquanto o governo saudita enviava dinheiro e armas à oposição, na tentativa de derrubar o governo”.

O Irã, com base no Líbano, apoiou Assad, enquanto os países de maioria sunita, incluindo Turquia, Catar e Arábia Saudita, apoiam rebeldes anti-Assad (ZAHREDDINE, 2013, p.15). Havia também a coalizão anti-EI, liderada pelos EUA, dando suporte aos grupos rebeldes anti-Assad, ou seja, uma coalizão internacional que vem bombardeando alvos do EI desde 2014. Israel realizou ataques aéreos na Síria, supostamente visando ao *Hezbollah*, combatentes pró-governo e suas instalações (AL JAZEERA, 2013; BALANCHE, 2018; BACZKO *et al.*, 2013). A questão confessional justifica e polariza ainda mais a intervenção da Arábia Saudita e do Irã no conflito, como aponta Zahreddine (2013, p.15):

A disputa por esta zona de influência deixa transparecer também o embate xiismo (Irã) versus sunismo (Arábia Saudita), o que confere ao conflito ainda mais violência, em função de seu teor confessional. Porém, tais potências regionais mantêm alianças com outros atores do Oriente Médio, o que polariza ainda mais o conflito, e gera um *Spillover* da violência e da Instabilidade regional.

Conforme os argumentos apresentados, é possível ver que essa narrativa sectária, construída ao longo da história, associada ao caráter multifatorial e multidimensional contribuem para que essa guerra se torne cada dia mais difícil de cessar. Nesse processo, muitos erros são cometidos, dentre os quais grandes violações de direitos humanos, deixando um vasto rastro de civis mortos, feridos ou em situação generalizada de vulnerabilidades e insegurança (3RP, 2018; EVAR, 2017; OHCHR, 2019).

As cidades destruídas, por ataques aéreos, bombardeios e cercos, a deterioração da economia local e, conseqüentemente, do país, a destruição de recursos naturais, e outros danos, provocaram o êxodo de trabalhadores, afetando ainda mais a produção agrícola, o bloqueio de estradas internas e de saídas, para regiões como Turquia, impossibilitando tanto a sobrevivência dos agricultores locais quanto o comércio e as exportações (BALANCHE, 2018; OHCHR, 2019).

Essas estratégias utilizadas por ambos os lados do conflito intensificaram o declínio econômico e destruíram setores importantes da Síria, como o setor agrícola, cuja estimativa para a recuperação está avaliada entre 11 e 17 bilhões de dólares, o que dependeria de investimento internacional. A falta de recursos e oportunidades de sustento também contribuiu para o êxodo em massa em algumas regiões do país: “Na Síria, um em cada seis homens – e uma em cada três mulheres – afirmam não ter nenhuma fonte de renda” (ICRC, 2021, p.11).

O acesso a alimentos, água potável, eletricidade, dificuldades para conseguir trabalho ou qualquer tipo de sustento têm sido os maiores desafios dos jovens sírios que permaneceram na Síria. O mesmo acontece nos países de acolhimento dos sírios (ICRC, 2021; FAO, 2017; BALANCHE, 2018).

Em algumas cidades, pessoas ficaram sitiadas, como no caso de Aleppo, relatado em documento da ONU (UN, 2014, p.1): “Além disso, 241.000 pessoas permanecem sitiadas e pelo menos 2,5 milhões de pessoas na cidade de Aleppo foram deliberadamente privadas de água por mais de uma semana em maio, quando grupos armados da oposição fecharam a principal estação de bombeamento da cidade”.

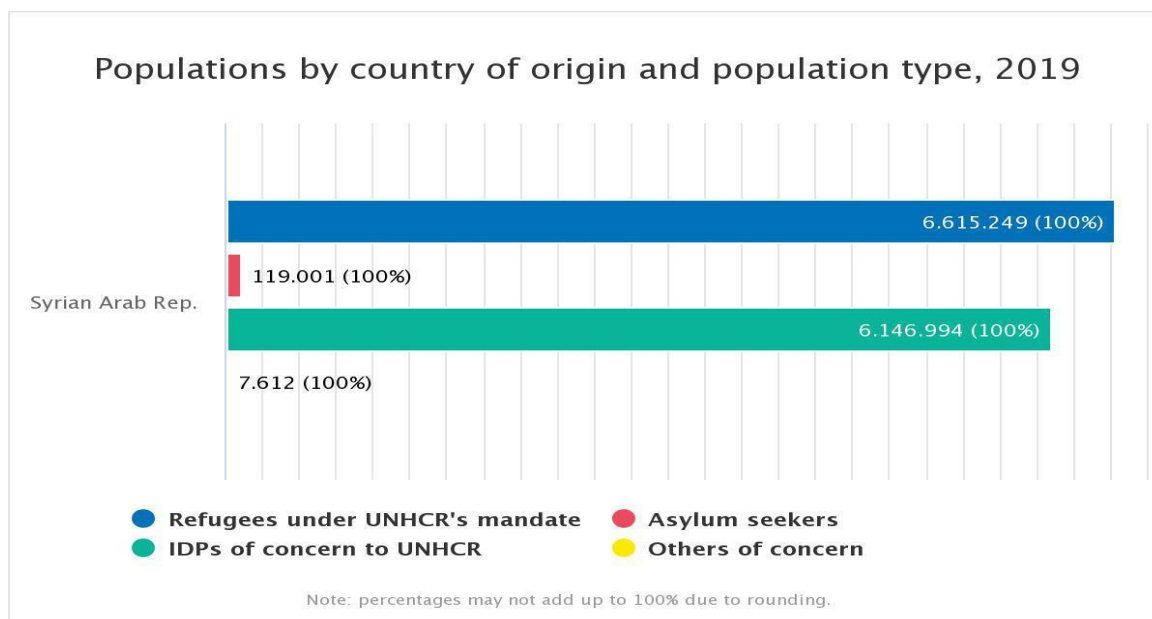
A carência por hospitais, remédios e assistência médica também foi dificultada durante esses cercos: “Pelo menos 90.000 pessoas em áreas de difícil acesso foram negadas assistência médica como resultado da remoção de medicamentos e suprimentos de saúde de comboios entre agências.” (UN, 2014, p.1).

A violência contra os civis foi generalizada. O medo se espalhou e a síria passou a ser local de risco para famílias de qualquer etnia ou viés político, pois essa violência vem tanto do regime de Assad, quanto dos grupos extremistas envolvidos. O *UN Office of the High Commissioner Human Rights* (OHCHR, 2019) reconhece as violações dos direitos humanos e os abusos cometidos por ambas as partes do conflito.

Essas estratégias violentas e as disputas territoriais não consideram fatores humanitários, violando os Direitos Humanos. Relatório do *Regional Refugee Response Plan* (3RP, 2018; 2020) informa que a escassez de itens básicos para a sobrevivência dentro do país, como água potável e acesso a hospitais, acarreta fome, mortes e muita miséria. De acordo com Balanche (2018), essa escassez provocou ondas de refugiados e deixou deslocados internos em péssimas condições.

Várias ondas de movimento populacional dramático durante a guerra emergiram – e exacerbaram – da fragmentação territorial da Síria. Sempre que uma facção estabelece o controle militar sobre uma determinada área, isso leva à fuga de parte da população local, seja voluntariamente ou por meio de limpeza étnica. Por exemplo, o Estado Islâmico adotou a última abordagem, expulsando cristãos nativos, xiitas e outras minorias não sunitas de quaisquer territórios conquistados. (BALANCHE, 2018, p. 17).

Dessas ondas de refugiados, um grande contingente se concentra nos países da região, um adicional de 7,6 milhões cruzou as fronteiras em busca de proteção (3RP, 2018, 2020) e cerca de 6,2 milhões são deslocados internos (Vide Gráfico 2).

**GRÁFICO 2 - População geral de deslocados forçados sírios**

Fonte: UNHCR - Refugees data finder – Jul/2021

Em média 70 mil sírios fugiram do seu país a cada mês, entre 2011 e 2016. Segundo dados do relatório anual 3RP (2018-19), mais de 13 milhões de pessoas foram afetadas diretamente pela guerra, o que constitui mais da metade da população da Síria, que era de aproximadamente 22 milhões de pessoas antes da guerra civil (BALANCHE, 2018). O rastro de destruição causado pela guerra continuou crescendo à medida que o conflito persistia, ampliando-se as necessidades e aprofundando-se os desafios de proteção e segurança na região.

Para Binderger *et al.* (2014), o transbordamento do conflito sírio e o fluxo demográfico exacerbado de refugiados que cruzaram as fronteiras para países vizinhos, em um curto período de tempo, desafiaram as estruturas das políticas domésticas dos países de acolhimento e, ainda hoje, desafiam modelos tradicionais de soluções temporárias e duráveis, exigindo mais participação internacional para criar mecanismos de cooperação mais eficazes na proteção do refugiado.

## 1.2 CARACTERIZAÇÃO DOS REFUGIADOS SÍRIOS

Para compreender a situação atual dos refugiados sírios, suas condições de acolhimento e integração, faz-se necessário definir refugiado, como cada indivíduo pode ser enquadrado no escopo do regime internacional de proteção ao refugiado, como esse conjunto de princípios, normas e regras, ou seja, o regime internacional de refugiado, surgiu e como ele garante a



proteção do refugiado na atual situação dos sírios, que estão espalhados pela região e pelo mundo. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) surgiu em 1950. De acordo com o Capítulo I, disposições gerais do estatuto do Acnur,

[o] Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, atuando sob a autoridade da Assembléia Geral, assumirá a função de proporcionar proteção internacional, sob os auspícios das Nações Unidas, aos refugiados que se enquadrem nas condições previstas no presente Estatuto, e de encontrar soluções permanentes para o problema dos refugiados, prestando assistência aos governos e, com o consentimento de tais governos, prestando assistência também a organizações privadas, a fim de facilitar a repatriação voluntária de tais refugiados ou a sua integração no seio de novas comunidades nacionais (ACNUR, 1950, p. 5)

A Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados (Convenção de 1951) foi criada com o apoio do Acnur, segundo Pacífico (2011, p.168), como “uma agência temporária da ONU que se tornou permanente devido ao crescimento interminável do número de refugiados no mundo”. O Acnur atua no processo de definição do refugiado e para que haja uma implementação eficaz das soluções duráveis (integração local, repatriamento voluntário ou reassentamento em um terceiro país). Ele também tem como responsabilidade a “observância dos padrões de procedimento para determinar a condição jurídica de refugiado nos Estados acolhedores” (PACÍFICO, 2011, p. 170).

No artigo 1º, A (1), da Convenção de 51, se encontra a definição de refugiado, que passou a ser internacionalmente aceita, como sendo qualquer pessoa que

tendo sido perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Essa definição da Convenção de 51 foi considerada restrita, por criar as chamadas reservas temporais e geográficas. Contudo, o Protocolo de Nova Iorque, de 1967, Relativo ao Estatuto dos Refugiados, expandiu o mandato do Acnur (BINDINGER *et al.*, 2014, p. 27). A Convenção de 51 e o Protocolo de 1967 são os instrumentos jurídicos mais importantes no exercício da proteção internacional dos refugiados e dos solicitantes de refúgio. Esse conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões foi um aparato jurídico criado, a partir de 1951, após a Segunda Guerra Mundial, como uma resposta às ondas de refugiados.

Em nível internacional, os princípios, as normas, as regras e os procedimentos de tomada de decisões foram juridicamente criados em 1951, após a Segunda Guerra Mundial, para atender às demandas das migrações forçadas em massa. “Ele deriva das consequências

políticas e econômicas da Guerra para fornecer proteção àqueles que necessitam de segurança física e econômica e de bem-estar social”, segundo Pacífico (2011, p. 169). Esse conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos forma o regime internacional de refugiados (RIR).

Dentre os princípios, há o

*non refoulement* (não devolução forçada), em que um Estado não pode devolver um refugiado (ou solicitante de refúgio) ao Estado de origem; a dignidade da pessoa humana, em que solicitantes de refúgio e refugiados possuem direitos humanos fundamentais assegurados nos locais de acolhimento; e o *pacta sunt servanda*, que visa dar segurança jurídica ao regime, já que não há um poder coercitivo superior e externo aos Estados que os obrigue a cumprir as normas previstas em tratados (PACÍFICO, 2011, p. 170).

As normas são compromissos e as obrigações de cooperação e negociação dos tratados internacionais entre os Estados. Já as regras tiram as normas e os princípios do abstrato, colocando-as em prática no contexto doméstico. Um exemplo disso é quando o Estado incorpora um tratado internacional no seu ordenamento jurídico, criando leis e diretrizes práticas. No âmbito jurídico dos tribunais internacionais e das organizações internacionais ainda há os procedimentos de tomadas de decisão:

Os procedimentos de tomada de decisões dos tribunais internacionais ou dos órgãos implementadores da Organizações Internacionais que são membros do regime, conforme prevê os estatutos”. Um exemplo disso são as decisões dos comitês executivos ou a submissão ao Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado. Em se tratando de refugiados, podem-se citar as decisões do comitê executivo do Acnur segundo (PACÍFICO, 2011, p. 170)

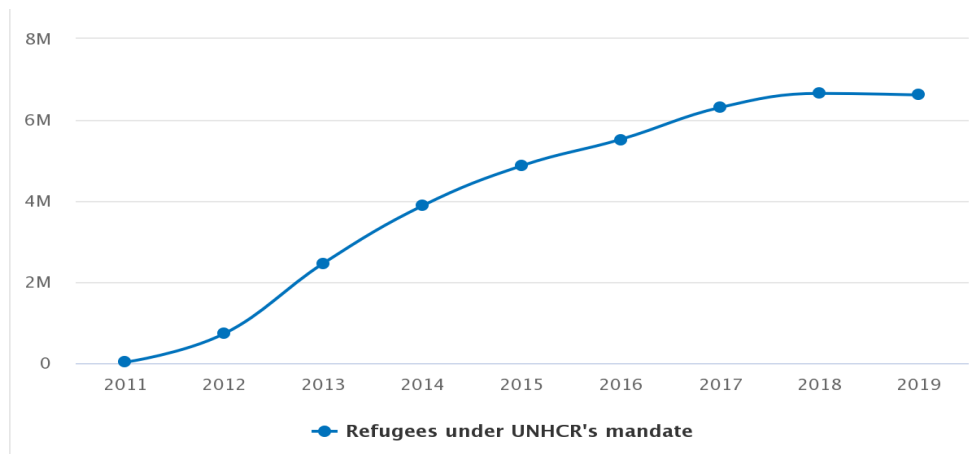
Os sírios se enquadram na definição internacional de refugiados, uma vez que foram expostos à perseguição não somente do governo sírio, mas também a ataques xenofóbicos por parte de grupos radicais que atuam na guerra. Dentro do seu próprio país, seus direitos humanos foram violados, sofreram violência e perseguições por motivos étnico-religiosos, políticos, sociais, além de vivenciarem cercos que levaram à fome e à escassez de elementos básicos para sua sobrevivência.

Para fugir dessa situação, eles cruzam fronteiras regionais e internacionais em busca de refúgio, em barcos, inclusive, para cruzar o oceano em busca de um mínimo de proteção e dignidade. Uma vez que a guerra não cessou, permanecem impossibilitados de retornar ao país de origem, não deixando nenhuma dúvida sobre sua situação de pessoas refugiadas.

Todos esses fatores, que colocam suas vidas em risco, estão no cerne dos motivos que levaram os sírios a cruzar as fronteiras, em princípio, regionais e, depois, transbordando para outras regiões do mundo (UNHCR, 2021). Atualmente, 13,4 milhões de refugiados sírios sofrem com os efeitos da guerra, vivendo sob ajuda humanitária. Há mais de 6,6 milhões de

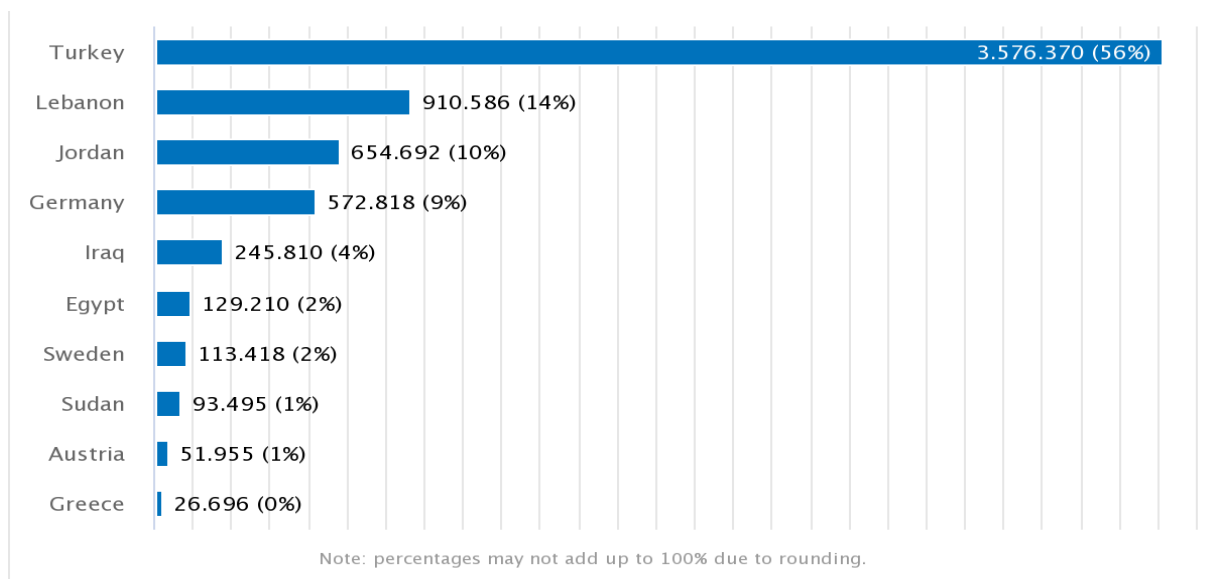
refugiados sírios registrados espalhados por várias regiões. O país cresceu no *ranking* mundial como aquele que mais origina refugiados do mundo. Entre 2011-2019, esse número cresceu exacerbadamente, conforme o Gráfico 3, que mostra visualmente esse crescimento, de 668, em 2011, para cerca de 690.625, em 2012, e, à medida que a guerra foi-se tornando mais agressiva e complexa, o número aumentava. Em 2013, eram 2.366.657, tendo um salto para quase quatro milhões em 2014, um número que cresceu tão rapidamente que, com menos de cinco anos de guerra, havia mais de cinco milhões de sírios buscando proteção e acolhimento em vários países da região e do mundo (UNHCR, 2021)

**GRÁFICO 3 – Gráfico Linha de Crescimento dos Refugiados Sírios no Mundo**



Fonte: UNHCR - Refugees Data Finder – Jul (2021).

**GRÁFICO 4 – População de Refugiados Sírios por País - 2019**



Fonte: UNHCR - Refugees data finder – Jul (2021).

Os países da Europa que mais recebem sírios são Alemanha, Suécia, Áustria e Grécia, totalizando de 17% dos 6,6 milhões, como demonstrado no Gráfico 4 acima. Enquanto somando apenas três países na região próxima à Síria (Turquia, Líbano e Jordânia), há 80% desse montante de refugiados. De um total geral, estimado em 7,1 milhões de sírios, concentrados na Turquia, Líbano, Jordânia, Egito e Iraque, 6,6 milhões são registrados (vide Gráfico 4).

Como se pode observar, dessa população total de registrados, somente uma pequena porcentagem está em outras regiões do mundo, como Europa e Américas, o que sobrecarregou os países da região que acolheram a grande maioria dos refugiados sírios. De acordo com o *Regional Refugees Response Strategic Overview* (3RP, 2020-21, p.1), “[a] situação na Síria continua a gerar a maior crise de refugiados do mundo. Globalmente, a Síria continua sendo o principal país de origem dos refugiados, representando um quarto de todos os refugiados do mundo”. Dos sírios que não estão na região, eles estão espalhados entre 127 países, como países da União Europeia (UE), Austrália, Canadá, EUA e Brasil.

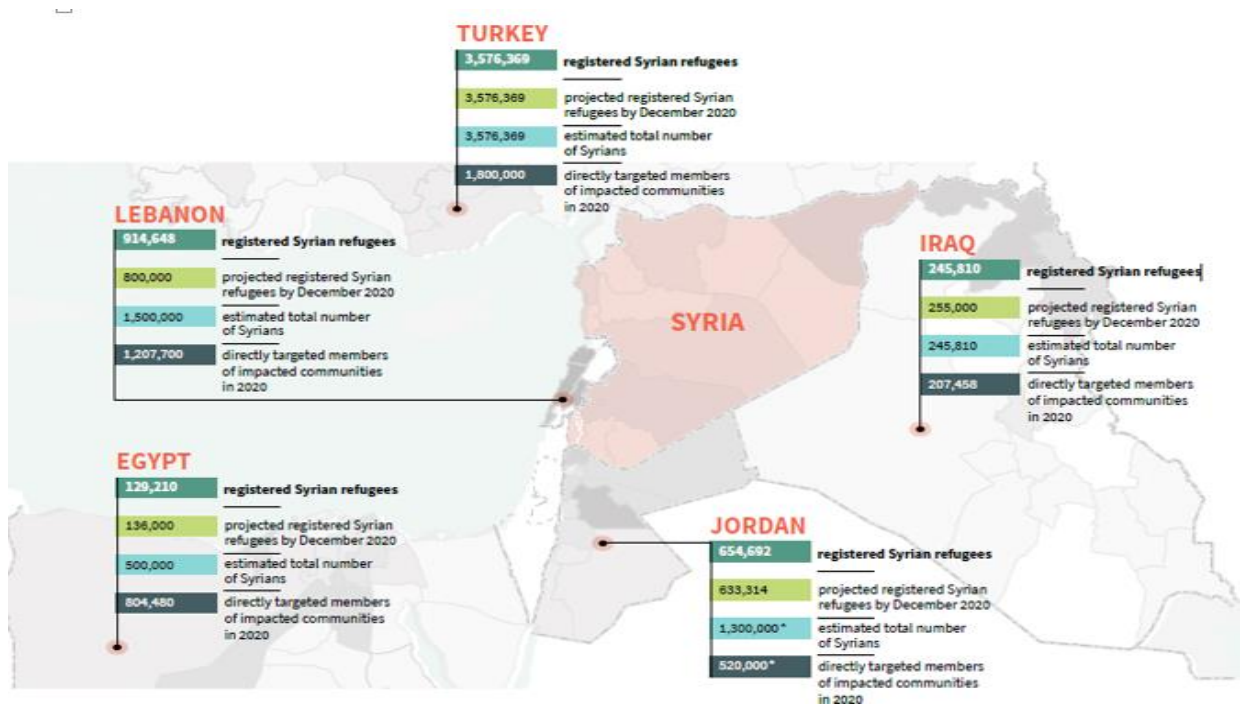
O transbordamento da guerra síria, para além das fronteiras locais, desafiou a estrutura regional e internacional e conclamou a comunidade internacional a assumir sua parte nesta enorme crise humanitária que a guerra síria causou. Diante do maior fluxo de refugiados do mundo, a necessidade de criar mecanismos que viabilizassem proteção e segurança internamente a essa massa de deslocados forçados culminou em diversos tipos de ações e reações. Nos países de acolhimento, como europeus e americanos, e na região, não tem sido fácil cumprir com as obrigações de proteção ao refugiado previstas no Regime Internacional de Refugiados (RIR), explicado acima.

Após os primeiros anos do constante fluxo de pessoas, que não paravam de chegar, por aumento de dificuldades econômicas, políticas e sociais domésticas, estratégias evasivas foram surgindo para dissuadir as obrigações internacionais. Assim, surgem ambiguidades nos países acolhedores e dificuldades de manter acordos de proteger e dar segurança ao refugiado, distorcendo ou manipulando princípios e normas em nome da segurança nacional, fechando fronteiras, devolvendo refugiados (*refoulement*), mantendo prisões irregulares e implementando outros mecanismos jurídicos internos, que restringem a mobilidade e o acesso a trabalho formal ou criam dificuldades para documentação e autorizações.

Do ponto de vista do país acolhedor e da comunidade internacional, oferecer proteção aos refugiados e ao mesmo tempo atender às comunidades que os acolhem é um duplo desafio para os órgãos responsáveis e para os atores de ajuda humanitária. O número de refugiados e o dos moradores das comunidades de acolhimento é grande, o que intensifica as necessidades e

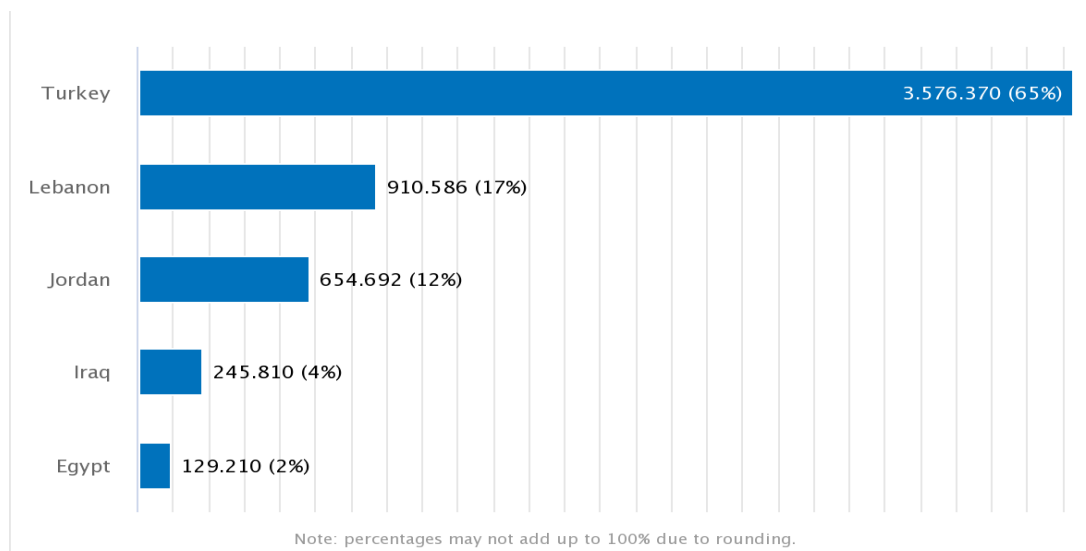
as vulnerabilidades que, em muitos casos, são dificuldades estruturais endêmicas em cada país. Conforme o *3RP strategic overview* (2020-2021, p. 1), “muitos nas comunidades de acolhimento, vivendo lado a lado com refugiados, enfrentam problemas semelhantes”, como no caso do Líbano e do Egito, que a população sofre com uma alta taxa de desemprego e vulnerabilidade social (*3RP STRATEGIC OVERVIEW*, 2021, p.1).

**Figura 4 – Mapa da população síria por região**



Fonte: 3RP – Regional Strategic Overview (2020-2021).

Pode-se observar, na Figura 4 (de dezembro de 2019) e no Gráfico 5 abaixo (de julho de 2021), um demonstrativo da distribuição regional de sírios (registrados e não registrados), por país de acolhimento da região. Os sírios estimados são um número incerto, englobando todas as categorias de deslocados forçados. De acordo com a Figura 4, é possível observar que a diferença entre os números de registrados e o estimado são bem diferentes. No Egito, por exemplo, o número estimado é de 500 mil sírios e o número de registados é de 129 mil. No Líbano, acontece o mesmo: o total estimado é de 1 milhão e 500 mil sírios e o número de registrados é 914 mil. A dúvida, então, é sobre, como estão vivendo todos esses sírios registrados e não registrados, uma vez que já estão dentro dos países de acolhimento.

**GRÁFICO 5 – Gráfico do número de refugiados sírios na região (por país-2021)**

Fonte: UNHCR - Refugees data finder – Jul (2021).

A situação dos sírios nos países de acolhimento da região, onde se concentra o maior fluxo demográfico, é desafiadora. De acordo com o *3RP Strategic Overview (2020-2021, p. 5)*, “93% of Syrian refugees across the region reside within the host community, mainly in urban areas; 7 % reside in camps. Youth unemployment remains high across the region, reaching over 30 % in some countries”. Desses, 93% vivem espalhados por cidades e bairros nos países de acolhimento, na sua maioria concentrados em centros urbanos. O desafio principal ainda permanece sendo o acesso às oportunidades econômicas: “*Top challenges for refugees in accessing economic opportunities: legal uncertainty, mobility, and negative perceptions*” (3RP STRATEGIC OVERVIEW, 2021, p. 5).

Após quase uma década de guerra, em 2019, os principais problemas enfrentados pelos sírios permanecem: dificuldades de proteção e segurança; falta de meios de subsistência e oportunidades de trabalho e desenvolvimento; lentidão das autorizações, que dificultam mobilidade e emprego; e acesso aos serviços básicos. “*Poverty rates for Syrian refugees exceed 60 per cent in some countries, while unemployment and uneven access to basic services, such as education, persist*” (3RP STRATEGIC OVERVIEW, 2021, p. 1).

Como demonstrado, a crise se prolonga e deixa a situação extremamente dolorosa e desgastante para os sírios, que não veem alternativa senão buscar refúgio em outros países. O Acnur e as instituições humanitárias, que se empenham em diminuir os danos e remediar a crise, revelam que cerca de 90 mil sírios voltaram para a Síria, voluntariamente, em 2019, ou seja, um aumento de 60% comparado a 2018, devido às dificuldades relacionadas à proteção e à

segurança. *“The key issues highlighted as influencing return intentions included safety and security, livelihoods opportunities, access to shelter and access to basic services. (3RP STRATEGIC OVERVIEW, 2021, p.5).*

A situação é incômoda para os países de acolhimento, que precisam administrar seus problemas endêmicos e o fluxo de refugiados. Ao longo do conflito, esses países foram esticados até os limites de seus recursos. No caso de Jordânia, Líbano e Egito, são países que já têm um histórico de superpopulação de refugiados e imigrantes regionais, pré-estabelecidos há décadas, como palestinos e sudaneses no Egito, que já vivem em condições sociais de vulnerabilidade (GRABSKA, 2006; BINDINGER *et al.*, 2014).

As opções de soluções duráveis oferecidas pelo Regime Internacional de Refugiado (RIR) e por organizações parceiras, como repatriamento, reassentamento em um terceiro país e integração local, já consideradas restritas quando se trata de um grande número e em situações prolongadas de refúgio (LONG, 2014), tornaram-se ainda mais escassas e inacessíveis para esse contingente de sírios: *“10 % of Syrian refugees are in need of resettlement and meet resettlement criteria; 0.5 % of Syrian refugees will be submitted for resettlement – only one in 20 of those in need”* (3RP STRATEGIC OVERVIEW, 2021, p. 6).

Enquanto o reassentamento em um terceiro país de acolhimento acontece muito lentamente, sem afetar fortemente a realidade da grande maioria dos refugiados em espera, o repatriamento desses milhões de refugiados, que já entraram nos países de acolhimento como solução temporária e para trânsito, também não tem sido uma opção viável, uma vez que o conflito ainda está em andamento. Portanto, resta a possibilidade de integração local, em meio aos diferentes tipos de hostilidades encontradas no país de acolhimento. Esta pesquisa foca nos refugiados sírios acolhidos no Egito, entre 2011 e 2019, com base na opção de integração local no primeiro país de acolhimento.

### **1.3 PROCESSO DE AUTOASSENTAMENTO DE REFUGIADOS SÍRIOS NO EGITO (2011-2019)**

O fluxo de sírios para o Egito começou, em 2011, com um número muito pequeno de entrada (apenas 85 refugiados). Em 2012, esse número subiu para 12.836, pois o país, que já possuía um bom histórico de acolhimento de imigrantes árabes, continuou aberto para os acolhê-los nos primeiros anos da guerra civil síria (2011). O pico de entrada de deslocados

sírios no Egito foi em 2013, uma vez que esse número subiu de 13.000 para 131.659. (MAHMOUD, 2017)

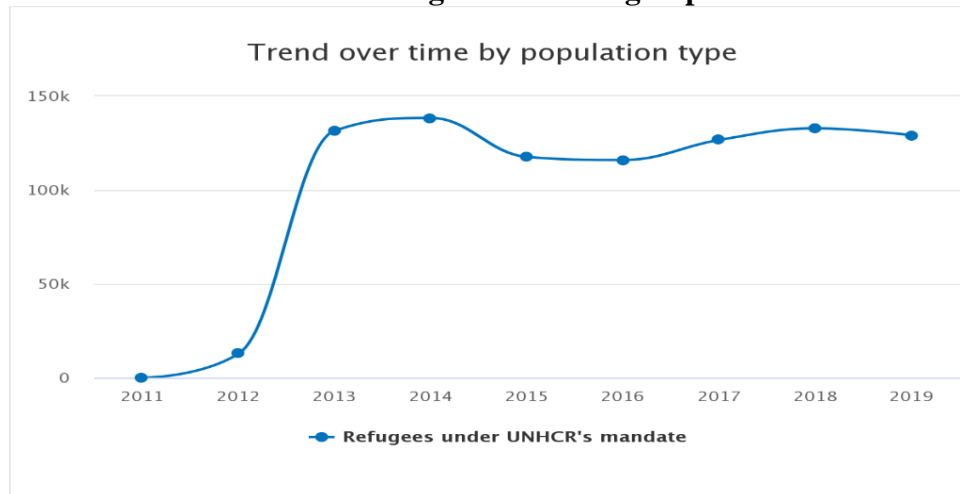
De acordo com o *Syrian Regional Refugee Response* (2012-13) e relatos dos próprios sírios, a maioria dos sírios que participaram dos fluxos anuais de entrada no Egito providenciou seu próprio voo de deslocamento para os países de acolhimento, sem ajuda direta do Acnur ou qualquer outro órgão oficial da ONU, utilizando suas economias pessoais. Os refugiados que chegaram no início da guerra tiveram mais recursos e assistência oferecidos tanto pelo GE, como pelo Acnur e organizações parceiras. Porém, os refugiados que entraram já do terceiro ano em diante (2013) não tiveram o aparato de assistência emergencial que os primeiros fluxos de entrada receberam. Muitos deles somente puderam contar com ajuda de organizações não governamentais locais, ao chegarem no Egito (Diário de Campo, OLIVEIRA, 2021; MAHMOUD, 2017).

Na busca por assentamento, muitas famílias já haviam tentado se estabelecer na Jordânia ou Líbano (países da região) antes de chegar no Egito, mas, de acordo com relatos (Diário de Campo, Oliveira, 2021), não viram condições de sobrevivência nesses países, e logo se deslocaram, novamente e por iniciativa própria, em busca de outro lugar onde conseguissem o mínimo para sobreviver. Muitos alegaram optar pelo Egito por não terem que se instalarem em campos de refugiados, pois o Egito não utiliza o sistema de campos de refugiados em seu sistema interno de proteção.

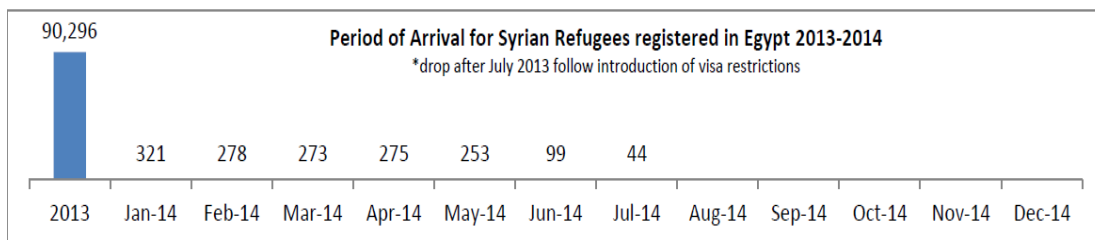
Já, em 2014, esse número de registro de refugiados estabiliza, sendo 140.000 registrados no Acnur. Antes de 2013, os sírios tinham livre acesso no Egito, pegando seu visto no aeroporto; após 2013, as fronteiras foram fechadas e, em 2014, os registros de entrada no país caíram até cessar. O número de sírios registrados caiu para cerca de 120.000, em 2015, e se manteve nessa média até 2019 (UNHCR, 2021).

Como se pode observar, nos Gráficos 6 e 7, a partir de 2013, a porcentagem oficial de registros de entradas de refugiados sírios no Egito foi caindo mensalmente. Em janeiro de 2014, de acordo com o Gráfico 7, os números se mantiveram na mesma média, cessando naquele mesmo ano. É importante ressaltar que o número de refugiados sírios registrados não reflete o total deles no Egito. Segundo o Acnur, ainda há um total estimado de 500 mil sírios (registrados e não registrados) espalhados pelo país (*3RP STRATEGIC OVERVIEW*, 2021).



**GRÁFICO 6 – Total de sírios registrados no Egito por ano de entrada**

Fonte: UNHCR - Refugees data finder – Jul (2021).

**GRÁFICO 7- Registro de entrada de refugiados sírios no Egito entre 2013-2014**

Fonte: UNHCR (2014).

Alguns fatores contribuíram para que o processo de proteção e acolhimento dos refugiados sírios no país fosse precário e com resultados insatisfatórios a longo prazo. O sistema interno de proteção Egípcio foi considerado obsoleto, ambíguo e com bases no autoritarismo militarizado (BADAWY, 2010; TADROS, 2012). Ele se tornou ainda mais confuso durante o acolhimento dos refugiados sírios (2011-2019), devido às mudanças políticas, sociais e econômicas que ocorreram no país após a revolução de 2011, caracterizada por disputas internas e instabilidades, resultando numa tentativa ‘criminalização’ dos refugiados sírios através da mídia nacional, ao associá-los a um grupo de pessoas que trariam mais insegurança para o país (uma ameaça nacional). (BADAWY, 2010; TADROS, 2012; NORMAN, 2017).

Muitos sírios que migraram para o Egito, entre 2011-2013, tinham esperanças de alcançar proteção e segurança (UNCHR, 2014). Porém, seu processo de acolhimento foi-se tornando cada vez mais conturbado, à medida que disputas políticas internas iam-se intensificando. O fato de o ex-presidente do Egito, Mohamed Morsi, ter declarado seu apoio

aos sírios, os associou diretamente à Irmandade Muçulmana, desencadeando uma série de retaliações contra eles e se intensificando entre 2011 e 2014 (AYOUB, KHALLAF, 2014).

A saída do presidente Morsi do governo e a tomada do poder pelo seu opositor, Sisi, foi um dos fatores cruciais para que os sírios passassem a ser vistos como “ameaças” e começassem a perder sua liberdade e sua mobilidade dentro do país, bem como suas capacidades de sustento e vida digna (MAHMOUD, 2017; TADROS, 2017).

A estrutura da política de segurança nacional militarizada egípcia é histórica, como aponta Tadros (2012), informal e atua paralelamente no país como uma ‘governança de bastidores’, carregando um modelo repressivo de vigilância, que age invisivelmente por meios informais, controlando a sociedade pelo medo.

Essa estrutura de segurança determinou a relação entre o GE e os refugiados nesse período (2011-2019), contribuindo para limitar a proteção oferecida pelo GE, pois restringiu os direitos deles e limitou qualquer tipo de reivindicação advinda da sociedade civil ou de estrangeiros. Além disso, essa estrutura contribuiu para deixar o processo de vigilância aos refugiados sírios maior e mais tenso (TADROS, 2012).

Outro fator que determinou essa precariedade na proteção dos refugiados sírios foram as debilidades no sistema interno de aplicação de leis, normas e princípios do RIR. Mesmo com vasta experiência em acolher refugiados, o Egito parou no tempo em relação à sua estrutura de proteção (BADAWY, 2010). O histórico do país em receber migrantes forçados e refugiados da região se deu de forma natural, mas seu sistema de acolhimento sempre teve caráter temporário e *ad hoc* (soluções criadas para responder a necessidades do momento).

O país é conhecido na região por sua política de “portas abertas” e sua hospitalidade, principalmente, para o mundo árabe. Destarte, historicamente, o Cairo tem sido um centro de convergência de migrantes e refugiados, considerado uma cidade cosmopolita com fama de acolhedora (GRABSKA, 2006); (BADAWY, 2010)

O processo de se tornar referencial de proteção e acolhimento na região trouxe grandes responsabilidades para o país. De acordo com Badawy (2010), essa fama de acolhedor se deve ao fato de o Egito ter que lidar desde cedo com fluxos de refugiados. A chegada de palestinos e africanos entre os anos 50-60 e, nas décadas seguintes, as ondas de migrantes e refugiados provenientes de guerras em Sudão, Etiópia, Eritreia e Somália, estabelecem essa fama regional. No final dos anos 1990-2001, esse número de migrantes e refugiados triplicou. Segundo Grabiska (2006, p. 13), “[s]omente em um ano, entre 1998 e 1999, o número de solicitantes de

refúgio dobrou. Em 2001, o número era de 13.176, o que representa um aumento de 96% em relação a 1998”.

No caso do acolhimento dos refugiados sírios (2011-2019), o sistema de proteção egípcio se revelou repressivo, ambíguo e negligente. Segundo Norman (2017), a confusão entre ser um país de trânsito e tornar-se residência de milhares de refugiados, em uma situação prologada de refúgio, revelou um sistema interno ambíguo e negligente.

Assim, o país deixa clara sua hospitalidade superficial, pois recebe e não acolhe. Ao mesmo tempo vemos a contradição entre sua fama de país “portas abertas”, que recebe bem seus imigrantes, e a truculência e negligência, bem como um discurso intrínseco que define o refugiado como “a ameaça”, “o outro” ou “fardo”. Ao negligenciar sua responsabilidade em ampliar o sistema interno de proteção aos refugiados, o GE se revela contraditório. Ele os deixa permanecer no país, mas não fornece condições de estada digna (NORMAN, 2017), transferindo suas responsabilidades para o Acnur, como se esse fosse um problema muito mais internacional que deles (PASCUCCI, 2014); (GRABSKA, 2006).

Seu sistema legal, por exemplo, poderia ser ampliado e seu apoio ao Acnur poderia ser mais contundente. Em 1954, um Memorando de Entendimento (ME) foi criado antes de o país assinar as convenções internacionais relativas ao refugiado e se tornou o principal instrumento jurídico para regular as relações entre o GE, o Acnur e os refugiados. De acordo com Badawy (2010), o aparato interno de proteção e acolhimento do refugiado no Egito estagnou no ME. Ele teve alguns pequenos ajustes ao longo dos anos 1990 e 2000, mas nenhuma grande mudança que promovesse maior acolhimento aos refugiados, pelo contrário, cada vez mais o país tem-se concentrado em soluções protecionistas, medidas temporárias de acolhimento e transferência de responsabilidade para o Acnur e para agências humanitárias (BADAWY, 2010); (GRABSKA, 2006).

Desde a criação do ME/1954, foi permitido que o Acnur julgasse as condições de refugiados de acordo com seu próprio mandado, formulado por meio da Convenção de 51. Somente nos anos 1980, o Egito aderiu oficialmente à Convenção de 51, ao Protocolo de 67 e à Convenção da OUA, de 1969, quando, então, a definição de refugiado se tornou mais ampla, segundo Badawy (2010). Ao aderir à Convenção de 51, de acordo com os compromissos assinados, o GE deveria responsabilizar-se com cuidados e oferecer proteção ao refugiado no seu território, porém, o ME permaneceu somente regendo os termos da proteção (BADAWY, 2010, p. 9).

O GE criou, em 1984, um comitê para assuntos de refugiados e o departamento de refugiados deveria conduzir o processo de Determinação da Condição de Refugiado, mas não o fez. Ao invés disso, deixou a responsabilidade, mais uma vez, nas mãos do Acnur, que vem desempenhando esse papel ao longo dos anos (GRABSKA, 2006; BINDINGER *et al.*, 2014, p. 82).

Antes da chegada dos sírios no Egito, em 2010, o ME já era considerado obsoleto e insuficiente para atender às demandas da população de solicitantes de refúgio já existentes no país (BADAWY, 2010). Mesmo aderindo à Convenção de 51, o GE, trocando os papéis previstos no estatuto, não mudou muito quanto à sua relação com o Acnur, como observa Badawy (2010, p. 9):

Na prática, a ratificação da Convenção sobre Refugiados não tem impacto no acordo pré-existente entre o governo e o Acnur no que diz respeito à troca de informações. Esta parte do MOU deve ser revogada para garantir a coexistência complementar entre o MOU e a Convenção sobre Refugiados, além do envolvimento do Egito nos assuntos dos refugiados que vivem em seu território.

O mandato do Acnur no Egito deveria garantir proteção jurídica no sistema doméstico, assistência adicional de emergência e habitação. Entretanto, além de limitações legais, impostas pelo ME, ele enfrenta limitações políticas e desafios operacionais, como a sobrecarga de funções e a dificuldade para alcançar a população de refugiados espalhada pelo país, cujo fim é registrá-los e determinar o *status* de refugiado de forma mais abrangente. Assim, na prática, o atual sistema egípcio contribui para que o serviço se torne ainda mais precário, limitando o número de refugiados assistidos pelo programa desta agência (AYOUB, KHALLAF, 2014; MAHMOUD, 2017).

O Acnur somente consegue atender a uma pequena porcentagem do número total de refugiados no país (BADAWY, 2010). Aqueles que se registram com a agência recebem uma bolsa mensal, que prevê apenas o nível mínimo de subsistência, e aqueles que podem gerenciar suas despesas de subsistência por conta própria, frequentemente, não se registram como refugiados (ACNUR, 2019-20).

Uma vez registrados, os solicitantes recebem o “cartão amarelo”, que lhes autoriza a permanecer no Egito sob a proteção do Acnur. Esse cartão é temporário, durando até a entrevista para a concessão de *status* de refugiado. Além disso, o cartão amarelo oferece benefícios aos solicitantes de refúgio e os ajuda a interagir legalmente com as autoridades egípcias. Assim, este *status* os protege de serem devolvidos à Síria (*refoulement*) e permite

obter autorização de residência temporária no país (AYOUB, KHALLAF, 2014; ACNUR, 2019-20).

O cartão amarelo permite também matricular crianças em escolas públicas e receber assistência médica e psicológica subsidiada das clínicas parceiras do Acnur. Seus titulares são elegíveis para vale-alimentação e assistência financeira de EGP 300 (16\$) por família, com critérios para recebimentos (ACNUR, 2016). Esse valor, com o aumento da cesta básica, transporte e aluguel no país, não alcança nem as despesas básicas de alimentação de um indivíduo. Alguns refugiados relataram que, com o aumento do número de refugiados sírios no Egito, eles pararam de receber o cupom para alimentos e o vale é de apenas 300 EGP por mês no Hipermercado Carrefour (MAHMOUD, 2017; 3RP, 2018).

A duração entre o recebimento do cartão amarelo e a entrevista de Determinação de *Status* de Refugiado (RSD) varia e geralmente leva muito tempo, especialmente, com o afluxo de refugiados. Segundo Ayoub, Khallaf (2014, p. 9), “[o] intervalo de tempo entre o recebimento do cartão amarelo e a entrevista RSD varia e pode levar anos, se o status de refugiado for concedido, a pessoa se torna um refugiado reconhecido e recebe um cartão azul”. Porém, nem o cartão amarelo nem o azul do Acnur concedem residência permanente no país. Ao receberem o cartão azul, eles devem registrar-se no Ministério das Relações Exteriores do Egito (MoFA) para obter o cartão carimbado com autorização de residência, que deve ser renovada a cada seis meses (BADAWY, 2010; MAHMOUD, 2017, p.57).

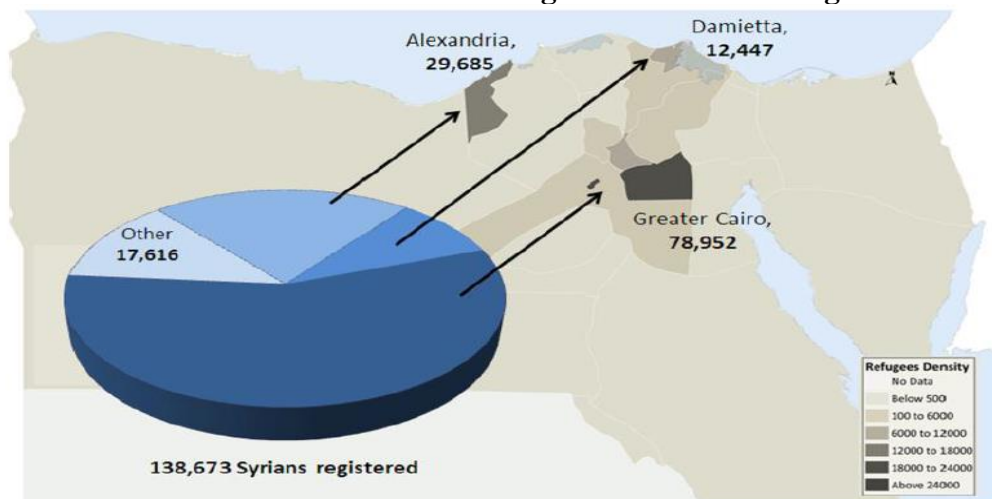
Saliente-se que a tendência de chegada e registro dos sírios no Egito sofreu variações à medida que a guerra em desenvolvimento na Síria crescia e as mudanças políticas no país aconteciam. Isso refletiu diretamente nas medidas políticas internas do país, pois, com o novo regime, e a vitória de El-Sisi, medidas drásticas de restrições foram tomadas. Mesmo permitindo que os sírios permanecessem, o Estado egípcio passou por um processo de enrijecimento da sua “hospitalidade”, a partir de 2013 (AYOUB, KHALLAF, 2014; MAHMOUD, 2017).

A permissão de entrada do fluxo de sírios no país passou a ser controlada e aos poucos afetou sua integração no país. Os refugiados que já haviam entrado no Egito buscaram áreas da cidade com menor custo de aluguéis e melhores condições de vida, onde tinham parentes ou amigos e condições de subsistência, criando alguma forma de sobrevivência para suprir a carência de proteção e assistência (AYOUB, KHALLAF, 2014; MONTASER, 2019).

De acordo com o Acnur *Weekly Update*, de agosto de 2014, a maior concentração de sírios ficou no Grande Cairo e em Alexandria, que comportam aproximadamente 85% dos sírios

no país. Esse cenário não mudou nos anos seguintes, o que configura uma superlotação nesses centros urbanos, conforme o Gráfico 8. Em cada uma dessas cidades, os desafios para a subsistência e as estratégias de enfrentamento de refugiados registrados e não registrados são muito semelhantes, ou seja, eles sofrem com a insegurança devido às dificuldades no sistema de proteção (UNHCR Joint Assessment, 2013; ICRC, 2021; MAHMOUD, 2017).

**GRÁFICO 8 – Número de registros de sírios no Egito**



Fonte: UNHCR Weekly Update Agosto (2014).

As mudanças que ocorreram no nível doméstico refletiram diretamente nos vistos e nas autorizações oficiais e, conseqüentemente, tornaram os limites das leis e das normas de proteção ao refugiado obscuros e ambíguos no país. Até julho de 2013, qualquer cidadão árabe que entrasse no Egito estaria isento da exigência de visto antes da chegada no país. (AYOUB, KHALLAF, 2014; HRW, 2014).

Após 2013, conseguir visto de entrada tornou-se cada vez mais difícil para os sírios, pois os órgãos estatais de segurança interna estavam preocupados com a possibilidade de grupos rebeldes sírios virem ao país para apoiar a banida Irmandade Muçulmana e, assim, agravar a situação de segurança. Para os sírios que já estavam dentro do Egito, a situação ficou mais precária e tensa. O medo se tornou presente na rotina deles no país (AYOUB, KHALLAF, 2014; HRW, 2014).

A percepção de que estavam sob um regime de vigilância e repressão afetou negativamente os sírios no Egito. Os que tentaram entrar sem visto foram colocados em centros de detenção e lá mantidos até que tivessem condições de pagar pela passagem de saída do país. As condições de autoassentamento deles no país foi-se deteriorando, até a assistência ficar restrita a um pequeno número e inviável para a maioria (BINDINGER *et al.*, 2014).

De acordo com o Relatório de Avaliação de Vulnerabilidade realizado no Egito (EVAR, 2017-2018), a ausência de direitos e autorizações para se estabelecerem dentro dos padrões locais de regularidade amplia a incerteza, o medo e a vulnerabilidade, uma vez que já estavam dentro do país. Assim, sob um sistema de vigilância e medo de serem expulsos ou presos, vivendo na informalidade e marginalizados, entre demandas da sobrevivência e a precariedade da proteção egípcia, a vida dos sírios nas comunidades de acolhimento se tornou cada vez mais desafiante (HRW, 2014; BINDINGER *et al.*, 2014).

A vulnerabilidade se intensificou, a pobreza aumentou e o autoassentamento deles foi cada vez mais forçado pelas circunstâncias, deixando muitos refugiados na “pendência” de autorização e permissão legal de residência e trabalho, gerando ainda mais pobreza.

Saliente-se que o termo ‘vulnerabilidade’, utilizado aqui, tenta ampliar a compreensão dos múltiplos fatores que fragilizam os sujeitos no exercício de sua cidadania. Em termos gerais o PNUD descreve que “[a vulnerabilidade humana tem a ver com a perspectiva de erodir as conquistas do desenvolvimento humano e sua sustentabilidade. Uma pessoa (ou comunidade ou país) é vulnerável quando há um alto risco de deterioração futura nas circunstâncias e realizações” (PNUD. O Relatório de Desenvolvimento Humano 2014. p. 15).

De acordo com departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (PNUD. RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2014, p. 15),

[v]ulnerabilidade está diretamente relacionada aos aspectos sócio-políticos e de uma comunidade ou grupo de pessoas. Diferentemente da compreensão da situação de risco – que se reveste de um caráter subjetivo e de uma noção de probabilidade – o conceito de vulnerabilidade abarca as condições econômicas, ambientais, de saúde, de direitos, acesso a informações, grau de escolaridade e muitos outros aspectos da vida em comunidade. É como um espelho das condições de bem-estar social, desde recursos materiais, acesso a bens de consumo até graus de liberdade de pensamento e de expressão.

A contínua negação da devida proteção por parte do GE e as limitações na assistência do Acnur e de ONGs parceiras aprofundam o estado de vulnerabilidade social, econômica e política. À medida que os anos vão-se passando, a situação de vulnerabilidade e a insegurança do refugiado sírio vão-se aprofundando. De acordo com *3RP Egypt (2020-21, p. 4)*, em 2019:

Estima-se que 67% dos refugiados sírios sejam extremamente pobres e precisem de assistência. Os fatores que contribuem para o aumento da vulnerabilidade entre os refugiados sírios incluem aumento do custo de vida, barreiras legais e administrativas ao emprego formal e acesso a serviços financeiros.

Questões como desemprego, aumento de custos de vida, moradia, mobilidade e transporte e saúde, que já são problemas estruturais endêmicos entre egípcios e refugiados nas comunidades de acolhimento, têm sido ainda mais afetadas com a permanência dos refugiados

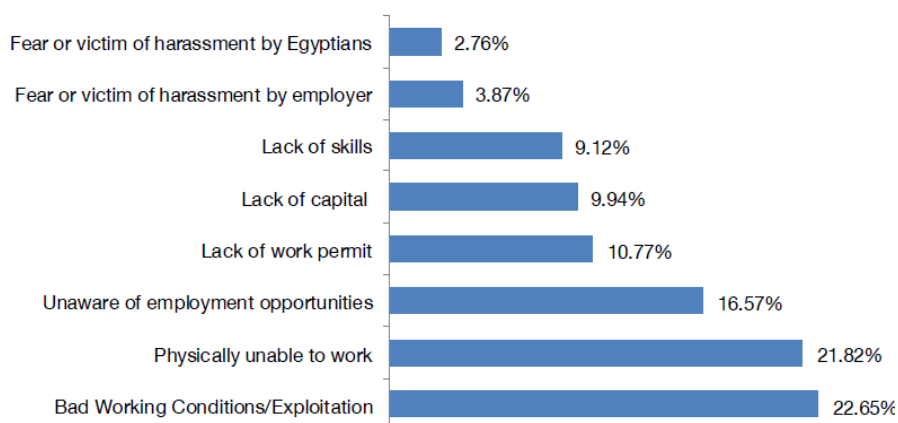
sírios(,) sem regularização no país: “*factors contributing to increasing vulnerability among Syrian refugees include increases in cost of living, legal and administrative barriers to formal employment and access to finance services*” (3RP EGYPT, 2021, p. 4).

Um exemplo disso é a falta de autorização para o trabalho formal, um motivo forte para a vulnerabilidade socioeconômica e o maior estímulo para que os refugiados sírios busquem saídas informais de sobrevivência. Isso acrescenta mais problemas de segurança e proteção para eles nas comunidades de acolhimento, devido à irregularidade contida em algumas atividades. A economia informal contribuiu para uma série de problemas subjacentes. Na sua pesquisa, Aziz (2017, p. 31) revela que a economia informal expõe ainda mais os refugiados: A economia informal distingue-se pela ausência de segurança e proteção no emprego. Indivíduos que trabalham no setor informal, egípcios e estrangeiros, não têm contratos. Todos estão trabalhando em empregos informais, mesmo que estejam empregados em locais como farmácias ou escolas. Como resultado, eles são vulneráveis à exploração. No entanto, a exploração relatada pela comunidade de arquivo fechado parece mais grave do que a exploração enfrentada por nativos e refugiados/requerentes de asilo.

De acordo com o relatório do 3RP (ANNUAL REPORT, 2018, p. 4), a maior dificuldade enfrentada pelos sírios é o acesso ao trabalho regularizado: “*access to formal work opportunities remains a challenge to Syrian refugees and host communities*”. Segundo o último Relatório realizado para a avaliação de Vulnerabilidades no Egito (EVAR, 2019), essa tem sido a principal causa para a crescente vulnerabilidade e estratégias de subsistência irregulares. Além disso, como explica Aziz (2017, p. 27), “*the irregular situation of the target population constrains their ability to work. The overwhelming majority of refugees and asylum seekers in Egypt work in the informal sector*”.

O aumento anual das taxas de desemprego no Egito, em 2016, estimulou as barreiras colocadas pelo GE, limitando o acesso e autorizações de trabalho e levando famílias a recorrerem a oportunidades de emprego informais, às vezes inseguras, exploradoras e até perigosas (AZIZ, 2017, p. 27). Saliente-se que a força de trabalho também inclui crianças que abandonam a escola para contribuir com a renda familiar.

### GRÁFICO 9 - Barreiras para Emprego (entre refugiados sírios)



Fonte: UNHCR Joint Assessment (2013)



De acordo com o Gráfico 9, as maiores barreiras para o emprego, no contexto dos sírios, são o medo, a exploração e as más condições de trabalho oferecidas, confirmando avaliação do ACNUR, de que, de um total de “29.28% of respondents were willing to work but feared or have experienced difficult working conditions” (UNHCR Joint Assessment, 2013, p. 23).

Os refugiados sem registros ou com vistos expirados sofrem diferentes tipos de exploração no trabalho por não terem para quem reportá-los. Muitos deles são explorados, não recebem pagamentos ou são despedidos quando adoecem. O trabalho é principalmente temporário e pago diariamente. Assim, é comum que indivíduos com arquivos fechados mudem de emprego frequentemente. (AZIZ, 2017, p. 25).

A vulnerabilidade jurídica a que os refugiados sírios foram expostos amplia as dificuldades econômicas, sociais e emocionais. Contudo, isso não os impediu de construir caminhos para sobreviver, dentro do limite da marginalidade a que foram restritos, e buscar integração com a comunidade local. As estratégias de sobrevivência familiar e individual, dentro dos limites impostos pelo país de acolhimento, os estimulam a enfrentar a situação de ‘espera’ e ‘incerteza’ a que foram expostos, de forma proativa (PASCUCCI, 2014). Assim, o que marca a integração local dos sírios no Egito é essa forma de resistência diária, criativa e silenciosa a toda essa estrutura que os agride e os expõe a uma situação de total vulnerabilidade, em estado de contínua de insegurança.

Essa marginalidade, a que foram expostos, ampliou sua dinâmica dentro das comunidades acolhedoras. Permanecer ‘invisíveis’ por meio da “infiltração silenciosa e discreta” foi necessário para que passassem despercebidos pelo GE e conseguissem se integrar sem maiores problemas nas comunidades de acolhimento (BAYAT, 2010). Esse processo será descrito mais detalhadamente no Capítulo 3.

O prolongamento da situação de refúgio, a fragilidade social e emocional e as condições econômicas precárias de sobrevivência pedem soluções urgentes, pedem meios de garantir subsistência e pedem algum tipo de dignidade, no que diz respeito aos seguintes direitos: moradia, emprego, negócios, segurança; sem precisar passar pelas redes das burocracias das instituições formais governamentais e não governamentais. Os refugiados buscaram soluções que fossem além das temporárias que o GE e o Acnur ofereciam, ainda tão dificultosas no contexto dos países de acolhimento da região.

As soluções duráveis foram um tema bastante discutido com a comunidade síria, em 2019, mas não avançaram muito na prática, de acordo com o *3RP Egypt (2020-21)*. Somente um pequeno número de sírios foi reassentado, conforme relatório do *3RP Egypt (2020-2021)*, p.

13): “In 2019, 2,007 Syrians were submitted for resettlement to nine countries with 1,987 departing for resettlement to seven countries”. Quanto ao repatriamento, houve um aumento de sírios que desejaram retornar voluntariamente para a Síria, em 2018, porém, no Egito, somente 4% dos entrevistados indicaram interesse em retornar ao seu país nos 12 meses seguintes, como descrito no *3RP EGYPT* (2020-2021, p. 13):

*UNHCR Egypt participated in the regionally organized Perception and Intention Monitoring Survey in December 2018. In line with the results in other countries of the region, only 4 per cent of the respondents indicated interest to return to Syria in the next twelve months, while 23 per cent were undecided and 73 per cent indicated they would not return. Among those who responded that they were undecided or would not return, 88 per cent indicated they hoped to return to Syria one day while seven per cent said they were undecided and five per cent stated that they would not return.*

Por fim, esses limites legais e burocráticos, estabelecidos pelo GE, levam à criação de estratégias de enfrentamento que aos poucos vão-se caracterizando como uma agência social que molda sua integração, garantindo-lhes direitos no Egito. Isso é um paradoxo, pois os refugiados sírios têm atuado como atores sociais e políticos, mas não possuem *status* de cidadão e muitos não são nem considerados refugiados convencionais, conforme a Convenção de 51, mesmo com todo o contexto da guerra civil síria que respalda sua entrada no país no período a partir de 2011 (BAYAT, 2010; MONTASER, 2019).

Nota-se, então, que a integração local, mesmo sendo a solução mais viável para os sírios no Egito nesse período, não é levada em consideração pelas autoridades, pois ainda é um tema controverso no país. A integração local ainda é negligenciada pelo GE como uma solução durável possível, mesmo que os alicerces dessa integração já tenham sido colocados, por meio dos mecanismos de sobrevivência, como suas estratégias diárias de enfrentamento e redes construídas a partir das relações entre refugiados e a sociedade civil local.

No próximo capítulo, discutir-se-á o processo de integração dos refugiados sírios autoassentados no Egito, entre 2011 e 2019, e sua agência. Como suas estratégias de enfrentamento transformam-se estrategicamente e adaptam-se criativamente, em meio a um cenário de violência estrutural e hostilidade política, social e econômica.

## **2. INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS AUTOASSENTADOS NO EGITO (2011-2019)**

Este capítulo discute questões relacionadas ao processo de integração dos refugiados sírios autoasentados no Egito, entre 2011 e 2019. Para tanto, faz-se um breve panorama do processo integração local como solução durável e explica-se como ela se construiu, ao longo dos anos. Também se descreve o processo de integração dos sírios no país, especialmente, mudanças ocorridas nas leis e nas políticas, nesse período (2011-2019), e a forma como a estrutura convencional do GE, com uma abordagem militarizada e repressiva, atua de forma ambígua e negligente na proteção e no acolhimento dos refugiados, influenciando, assim, nas estratégias de sobrevivência deles nas comunidades acolhedoras no país.

Pretende-se, ainda, apresentar e contextualizar as ‘estratégias de sobrevivência’ como agência cotidiana que utiliza de forma criativa as redes invisíveis para responder às suas necessidades, como redes para moradia, educação, saúde, trabalho e segurança. Este capítulo ainda caracteriza essa ‘agência invisível’ que nasce em um contexto securitizado (SALLOUN, 2014) e de violência estrutural (GALTUNG, 1990), que contribuiu para moldar sua integração *de facto*, gerando uma estrutura alternativa e um modelo relacional invisível e informal dentro das comunidades de acolhimento do país.

### **2.1 INTEGRAÇÃO LOCAL COMO SOLUÇÃO DURÁVEL PARA REFUGIADOS**

A integração local, compreendida como solução durável para refugiados, se configura como uma das três soluções duráveis apontadas pelo Acnur, que são: reassentamento em um terceiro país de acolhimento, repatriação voluntária e integração local (LONG, 2014). Nessa perspectiva, para se entender o termo “integração” como uma dessas soluções, e seus aspectos reais, é preciso analisar a integração local não somente como um conceito generalizado, mas(,) compreendê-la em seu contexto local, como construção social (LINDO, 2005; LONG, 2014).

Nesse sentido, é necessário ressaltar que essas soluções se tornam excelentes possibilidades de melhorar a situação dos refugiados, quando há boa vontade e disponibilidade de recursos por parte dos países acolhedores, em parcerias com instituições locais e internacionais envolvidas. Entretanto, na maioria das vezes, torna-se solução evitada, ou negligenciada, pelos Estados responsáveis pela proteção do refugiado em todas as etapas do deslocamento (LONG, 2014; HOVIL, 2014).

O reassentamento em um terceiro país consolidado pela Convenção de 51, de acordo com Silva (2021, p. 60) “é destinado a pessoas pré-selecionadas que possuem problemas de integração ou de proteção no primeiro país de acolhida” (SILVA, 2021, p. 60). Esse recurso se configura como um ato cooperativo entre os Estados envolvidos e outros órgãos, como ONGs de acolhida, Acnur e sociedade civil. “Ele consiste no envio do refugiado [que já espera em um país de acolhimento] para o reassentamento para um terceiro país de acolhida” (SILVA, 2021, p. 60).

Quando ao reassentamento, no caso do Egito, os refugiados tentam reassentamento, primeiramente, em países da Europa. Vale acrescentar, que muitos refugiados entraram no Egito regularmente, utilizando-se do visto concedido à comunidade árabe. Porém, a partir de 2013, com as medidas securitizadoras (vide Cap. 2.2), a situação se tornou mais difícil. Ainda, esses refugiados providenciaram seu próprio voo e muitos deles já haviam tentado estabelecer-se em Jordânia, Líbano ou Turquia, mas mudaram-se para o Egito devido às condições ainda mais precárias de sobrevivência. (MAHMOUD,2017; SALLOUM, 2014)

A repatriação voluntária é a tentativa de enviar de volta o migrante forçado ao país de origem. Este retorno deve ser voluntário, porém, se a causa do refúgio cessar, o país de acolhimento tem direitos legais de repatriá-lo (SILVA, 2021). Hammond (2014) chama a atenção para quão complexo é o processo de repatriar. Ela explica que, em primeiro lugar, deve-se respeitar o princípio do *non refoulement*, considerado como uma obrigação legal que proíbe a devolução do deslocado ao país de perseguição ou de ameaça à vida, mas que, muitas vezes, por meio de estratégias escusas, ele não é cumprido.

A repatriação precisa ser um ato voluntário, uma escolha do indivíduo ou de sua família. Devolver o refugiado ao país de origem ou de nacionalidade (recém-saído da guerra ou em crise) envolve questões como reintegração social e econômica e questões de segurança, ao retorná-los a um ambiente hostil.

Por isso, “escolher” ser repatriado traz um senso de ambiguidade: em muitas situações, os refugiados estão vivendo em situação precária nos países de acolhimento e “preferem” voltar, mesmo com risco, para sua terra. Um exemplo foi o caso dos refugiados sírios nos países da região (Líbano, Jordânia e Turquia), em 2018, que, no desespero, “decidiram” voltar para a síria mesmo em meio às instabilidades políticas (3RP, 2019-20).

A discussão em torno do conceito de integração local não tem sido tão simples, mesmo ocorrendo em muitos países na prática. Quanto aos estudos no campo, de acordo com Hovil (2014), há negligência dos autores na literatura de integração produzida. Colson (2007)

apresenta o campo de estudos das migrações como um desafio multifacetado e interdisciplinar. Assim, tem sido a necessidade de construção do conceito de integração local e as inúmeras tentativas de criar estruturas de análise, medidas e indicadores empíricos para analisar um cenário complexo de interações sociais e humanas, respeitando contextos, processos e atores locais, regionais e internacionais, para que essas abordagens se transformem em políticas ou soluções práticas para melhorar a vida dos refugiados, considerados como um “campo social em construção” (LINDO, 2005)

Há questões estruturais e políticas envolvidas. Falta de clareza das funções dos atores e das instituições no processo de integração atrapalham o registro dos fatos e barreiras burocráticas e administrativas também contribuem para carência na produção de conhecimento, conseqüentemente, refletindo na construção do conceito. Há, ainda, dificuldades para a criação de banco de dados e acesso ao refugiado, para ser utilizado como fonte de pesquisa (HARREBOND & VOUTIRA, 2007; COLSON, 2007).

Do ponto de vista da produção de conhecimento, pesquisadores se deparam com barreiras burocráticas e administrativas para acessar dados em campo ou dos órgãos oficiais responsáveis pelos bancos de dado. De acordo com Hovil (2014), a dificuldade enfrentada (quanto aos registros dos dados) nas condições locais em que os refugiados comumente se integram nas sociedades em muitos países dificulta sua documentação e, conseqüentemente, afeta o acesso do pesquisador às fontes e dados.

Para ela (2014), nas décadas anteriores aos anos 1980, a integração do refugiado no primeiro local de acolhimento desempenhou um papel internacional muito mais relevante como solução para resolver crises migratórias. Nos anos 1960-1980, ela era vista como pauta central para resolução de conflito, mas isso foi mudando a partir dos anos 1980, devido a discursos protecionistas.

Os anos de 1980 foram marcados por essa reviravolta “progressivamente protecionista”, como explica Hovil (2014). Cada vez mais, foram implementadas políticas protetivas, fechamento de fronteiras e outras restrições, que mudaram toda a abordagem dos governos para com os refugiados. Esse clima de segurança e cuidados com eles se desenvolveu junto a um sentimento de hostilidade em relação à integração livre e fundamentou outras políticas que visam “gerir” a situação dos refugiados:

Essa noção exclusiva de pertencimento serviu de base para a política de acampamento, que continua sendo a política padrão de “gestão” de refugiados. Os governos têm usado repetidamente a retórica da xenofobia para apoiar suas políticas, enfatizando até que ponto os refugiados são uma ameaça à segurança e um dreno econômico de recursos. No caso do primeiro, este argumento foi reforçado pelo êxodo após o genocídio de 1994 em Ruanda, no qual milícias fugiram com verdadeiros requerentes

de asilo (Lawyers Committee for Human Rights 2002). Os refugiados, portanto, precisavam ser mantidos em campos onde pudessem ser monitorados do ponto de vista da segurança e onde pudessem fornecer uma categoria humanitária visível que forçasse uma resposta humanitária, em vez de desenvolvimentista e política, à sua situação. (HOVIL, 2014, p. 3)

Destarte, esse histórico ressalta alguns pontos importantes: um deles é o entendimento de “gerir” os fluxos de refugiados, ao invés do entendimento de ‘acolhê-los’ e ‘protegê-los’, o que trouxe inúmeras consequências, com impactos políticos, sociais, econômicos, culturais e psicológicos para eles. O processo de “gerir” o refugiado, na maioria das vezes, não considera o esforço e os vínculos criados nos meios construídos por eles no processo, desde o migrar do seu país de origem forçadamente até conseguir autoassentar-se no país de acolhimento, bem como assegurar o seu estado físico, emocional, social e econômico (COLSON, 2007; HARRELL-BOND, 1992).

Essa ‘visão gerencial’ lidera a estrutura de acolhimento, que se torna cada vez mais burocrática, técnica e securitizada, imbricada que está na forma como a maioria das instituições de ajuda atua na proteção e assistência ao migrante e refugiado, em âmbito internacional e local. Saliente-se que os migrantes e os refugiados, uma vez longe de seus países de origem, chegam ao país de acolhimento com necessidades de proteção mais ampla, mais profunda e mais personalizada. Com necessidades, além da assistência econômica, eles precisam de assistência social e psicológica, segurança e acesso a direitos (COLSON, 2007; HARRELL-BOND, 1992).

De acordo com Grabska (2006a), que pesquisou refugiados e migrantes no Egito, essas políticas ‘de cima para baixo’ se tornam ineficazes e obsoletas por negarem a participação ativa dos refugiados, desconsiderando suas percepções sobre todas essas questões. Essa limitação tem impacto direto no resultado das políticas e na subsistência dos próprios.

Enquanto as políticas internacionais ou nacionais são criadas e implementadas predominantemente pelos países de acolhimento e doadores, organizações internacionais e ONGs internacionais e locais o real o sucesso dessas políticas depende daqueles a quem se dirigem. Uma série de estudos no desenvolvimento e literatura sobre refugiados apontam para o fato de que os próprios refugiados são atores no processo de implementação da política, como sua aceitação ou rejeição de determinados programas, pode determinar o destino dessas políticas (GRABSKA 2006a, p. 33).

Essa visão ‘gerencial’ convencional age, geralmente, de forma legalista, ao definirem ‘de cima para baixo’ o que é formal e informal, legal e ilegal, criminalizando o que poderia ser entendido, potencializado e incluído como respostas eficazes. Essa visão também se torna contraditória, excluindo toda iniciativa que nasce dessa “informalidade” e “ilegalidade”, sendo carregada da perspectiva tecnicista, desenvolvimentista e colonial e impedindo uma

compreensão mais ampla e profunda de integração, cidadania e nacionalidade. Essa perspectiva afeta também a interpretação da cidadania e da nacionalidade, influenciando em políticas, programas e projetos que partem dessas instituições com intenção de proteger e acolher os refugiados (GRABSKA, 2006a; BERGLUND, 2016).

Utilizando a definição do Acnur (2021), “a integração local é um processo complexo e gradual com dimensões legais, econômicas, sociais e culturais. Além disso, impõe demandas consideráveis ao indivíduo e à sociedade que o acolhe”. Para o Acnur, esse processo de integrar-se na sociedade acolhedora deve culminar na aquisição de nacionalidade.

No entendimento de alguns autores, como Berglund (2016), Grabska (2006 a), Castles (2002) e Pugh (2021), esse processo de integração de migrantes e refugiados exige uma análise mais cuidadosa, pois é complexo e multifatorial e também envolve problemas em relação ao conceito de legalidade da ‘cidadania nacional’ predominante, em contraste com necessidades contemporâneas e, até mesmo, com o conceito de ‘formal’ e ‘informal’, quando se trata do processo de regularização e ‘*status*’, principalmente, nos países do Sul Global.

Berglund (2016) critica as generalizações desse modelo “de cima para baixo”, de gerenciamento, que se baseia nas diferenças, destacando que a concepção tradicional entre o “eu” e o “outro” distorce o processo de implementação de soluções, temporárias ou duráveis. Para ela, essa visão convencional das instituições internacionais, que analisa, com mais frequência, o cenário ocidental, tem dificuldades de entender que outros fatores se tornam maiores desafios para a integração local em países onde o sistema democrático sofre interferência de disputas políticas internas e modelos autoritários, como no Egito.

Nesse caso, Berglund (2016) critica esse modelo de ‘gerir as diferenças’ e afirma não se aplicar ao caso dos sírios no Egito, pois a diversidade cultural (linguística e religiosa) não é o maior problema enfrentado pelos sírios no Egito (por exemplo). Eles não precisam lidar com diferenças sociais, culturais e religiosas, devido às semelhanças da cultura árabe-muçulmana e ao relacionamento econômico e histórico entre os países (Síria-Egito).

É preciso considerar, contudo, a estrutura política baseada no modelo autoritário de segurança nacional e o modelo estatal convencional intrínseco na estrutura de proteção, pois são eles que geram as barreiras para a integração local, já que forçam os refugiados a adotarem posturas de invisibilidade para escapar da vigilância e das formas de opressão. (BERGLUND, 2016; BAYAT, 2010)

Pugh (2021) também faz uma crítica a esse ‘modelo institucional estatal’ convencional, alegando que, aos poucos, ele perde a capacidade de prover proteção, porque algumas

instituições governamentais e não governamentais formais (como ele as chama) que, em sua maioria, estão sob esse modelo estrutural com burocracia inflexível, veem o migrante e refugiado como ‘alguém de fora’. Assim, essas instituições se tornam obsoletas e não se comunicam com os refugiados, com eficácia, na atuação e na implementação de políticas de proteção, por não considerarem a agência de fato, que parte dos próprios migrantes e refugiados no contexto local.

Pugh (2018) destaca a negociação e a condicionalidade no processo de acolhimento, exemplificando com o caso dos colombianos no Equador, que desenvolveram uma relação “invisível”, ou seja, fora do escopo institucional formal, para serem ‘aceitos’ pela sociedade de acolhimento, criando vínculos em diferentes níveis e utilizando-se de variados atores em diferentes esferas de poder na sociedade local, para garantir sua integração de fato (PUGH, 2018)

Castles *et al.* (2002, p. 126) destacam que a integração é um processo gradual com várias dimensões e que “a integração não pode ser um processo hierárquico e nem unilateral, do contrário, é um processo de mão dupla que requer adaptação por parte do recém-chegado, mas também pela sociedade que acolhe”. Os autores complementam, afirmando que a amplitude e a multilateralidade do processo de integração dificultam a definição precisa do termo, mas a integração de um recém-chegado em uma sociedade ocorre em muitos níveis e em todos os setores da sociedade, envolvendo uma ampla gama de atores sociais (CASTLES *et al.*, 2002).

Crisp (2004) considera a integração local como um processo que leva a uma solução durável com três dimensões inter-relacionadas: jurídica, econômica e social, envolvendo refugiado e comunidade acolhedora; sem destacar a dimensão cultural e simbólica da integração, ele limita o processo, e isso reflete na análise e nas políticas que partem dos resultados, que se tornam superficiais. Como o Acnur, ele (2004) também acredita que as iniciativas dos refugiados e migrantes em busca de criar suas saídas e conviver com a comunidade acolhedora, ainda que fora do escopo de normas e leis, são um processo autêntico e que pode vir a ser legalizado, ou seja, culminar em regularização e nacionalidade.

Na concepção de Hovil (2014, p. 379), a integração de fato “ocorre principalmente em nível local, no qual indivíduos, refugiados ou em grupos, negociam o pertencimento à localidade em que estão vivendo.” Para ela (2014, p. 379), “a integração de fato se caracteriza por ser informal, sendo geralmente ilegal e temporária”, ocorrendo em vários níveis, sejam eles econômico, social, cultural e, às vezes, político, de acordo com cada contexto.



A relação entre o refugiado e a comunidade acolhedora é essencial para a ‘legitimidade’ do processo. Já a integração *de jure* é sobre o pertencimento nacional representado pelo processo formal de obtenção de uma nova nacionalidade, sendo um processo abertamente político. Assim, de acordo com a autora, para que haja integração local, na prática, ela precisa ocorrer local e nacionalmente, e com um resultado legal ou legitimado pelo Estado (HOVIL, 2014, p. 379). Esse conceito “*de jure*” baseado legalidade e legitimação vinda do Estado, como um fim ou um resultado a ser atingido, esperado para selar a integração, é extremamente criticado, pois reflete o paradigma tecnicista de “gerir” das políticas convencionais apontadas por Berglund (2016) nos parágrafos acima.

Essa ‘legitimidade’ apontada por Hovil (2014) também vai ser discutida por Isin (2008) e Nyers (2010) em relação a quem legitima, se o Estado ou o próprio sujeito, no processo de subjetivação do seu ‘*status*’, e também se esse modelo de ‘integração *de jure*’, se encaixa na realidade em que o sistema de proteção é, em sua essência, excludente. Como aponta Pugh (2018, p. 980), essas leis nem sempre atendem a contextos do Sul Global:

Leis formais de cidadania que regem os direitos dos migrantes são apenas parte da história explicando como os migrantes experimentam inclusão política, participação e proteção, ou não. No Sul Global, muitas vezes há uma diferença significativa na relação entre os direitos e proteções garantidos por lei e sua implementação na vida cotidiana dos migrantes e outros grupos de minorias.

O Egito se incluiu no ‘Sul Global’ e está inserido no plano de Cooperação Sul-Sul, derivado da adoção do Plano de Ação de Buenos Aires para Promoção e Implementação de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (BAPA), adotado por 138 Estados-membros da ONU, na Argentina, em 18 de setembro de 1978. O plano estabeleceu um esquema de colaboração entre países menos desenvolvidos, localizados principalmente no sul do planeta. O presidente Gamal Abdel Nasser foi um dos principais defensores da cooperação Sul-Sul. (WORLD POPULATION REVIEW, 2022)

Pugh (2018 p. 981) demonstra como, em muitas partes da América Latina, por exemplo, “um projeto estatal de mestiçagem projetou uma homogeneização da identidade nacional que nega a existência de discriminação racial doméstica e exclui as minorias indígenas e negras de espaços de decisão e pertença plena à sociedade”. Ele demonstra que este projeto foi replicado e os estrangeiros se tornam um novo “grupo externo”, ficando em total desvantagem com relação aos cidadãos nacionais.

Se a integração local deve ou não culminar em um ‘*status* de nacionalidade’, é uma importante questão quando se discute e se analisa a integração local como conceito aplicado a esses contextos. Isin (2008; 2009) e Nyers (2010) deixam a discussão ainda mais complexa,

quando discutem as migrações forçadas no contexto moderno e, assim, constroem uma crítica à visão ‘tradicional’ da cidadania.

Isin (2008) ressalta que os estudos sobre cidadania produzidos reduzem a cidadania ao ‘*status*’ nacional adquirido e, em outros estudos, “evolui” para o ‘*habitus*’, que é a prática cotidiana como reivindicação da cidadania. Assim, apesar ter ampliado a discussão, incluindo o cotidiano como produtor da cidadania, isso não foi suficiente para discutir a essência do “ato de cidadania”, que parte do próprio migrante e refugiado que, para Isin (2008), está na subjetividade, na identidade e no senso de pertencimento do sujeito requerente.

Sendo assim, ele lembra a relação histórica entre cidadania, nacionalismo e estado-nação, como o conceito de cidadania é historicamente excludente e reivindica a necessidade de redefini-lo, para atender aos movimentos migratórios da atualidade e às mudanças advindas do processo globalizatório. Para Isin (2008), o ‘ato de cidadania’ marca esse novo momento do conceito de cidadania, pois é mais que uma ação diária, é a atitude do sujeito, que agrega à identidade e conclama a sociedade a reconhecê-lo como tal.

Além disso, na atualidade, grande parte do atual fluxo de migrantes e refugiados se concentra no Sul Global, em que a estrutura de proteção e acolhimento tem outros parâmetros a serem discutidos. Como aponta Pugh (2018, p. 980), “[n]o Sul Global, muitas vezes há uma diferença significativa na relação entre os direitos e proteções garantidos por lei e sua implementação na vida cotidiana dos migrantes e outras minorias grupos”.

Nesse contexto, de acordo com Isin (2007), o migrante e o refugiado, ao se depararem com situações prolongadas de refúgio, se posicionam não somente como um requerente de ‘*status*’, mas buscam seus direitos, como intrínsecos no fato de serem ‘humanos’ e estarem contidos em um Estado, mesmo que seja um Estado de acolhimento.

Assim, Isin (2007 p. 18) propõe que investigar atos de cidadania envolve “concentrar-se naqueles momentos em que, independentemente do estatuto e do conteúdo, os sujeitos são eles próprios cidadãos – ou, melhor ainda, aqueles a quem é devido o ‘direito de ter direitos’”. O que se pode concluir sobre as palavras de Isin é que a cidadania, nos padrões contemporâneos, vai além do ‘*status*’ e do ‘*habitus*’, constituindo-se por meio do ato do sujeito (no país de acolhimento) de reivindicar seu direito.

Nyers (2010) ressalta a importância dos ‘atos de cidadania’ dos refugiados no Canadá, e revela um movimento que parte daqueles que não possuem *status* legal, contrapondo-se à lacuna existente no modelo tradicional, em que a integração deveria resultar na cidadania nacional, como espera o Acnur. Ele ressalta as formas de agência dos refugiados nos

movimentos, para discutir até que ponto a “cidadania”, nos padrões convencionais, reflete a necessidade de um novo modelo de autonomia baseada na agência, respeitando as subjetividades e os atos dos sujeitos na polis.

Ainda conclamando a necessidade de reinterpretar a cidadania, Isin (2007) discute a necessidade de equidade no termo “cidadão” e ressalta que “o que se tornou aparente mais recentemente é que, embora os cidadãos em todos os lugares possam estar legalmente contidos dentro dos limites do estado que promulgam direitos e obrigações, seus próprios estados não estão sujeitos a esta contenção”. E, diante dos fluxos migratórios causados por vários motivos e, principalmente, pela globalização, os Estados passam a ser forçados a reinterpretar essas novas redes e a complexidade dos movimentos contemporâneos de cidadania:

*While the enforceability of these accords is a contested matter, every state exists in social, political or economic integration and is implicated in varying degrees of influence and autonomy. These complex webs of rights and responsibilities implicating citizens in various ethical, political and social decisions are important to keep in mind when thinking about citizenship today.*

Assim, tanto para Isin (2008) quanto para Nyers (2010), que utilizam o conceito de ‘ato de cidadania’ – como uma agência política nem sempre ativista, porém, ativa, no que diz respeito à autonomia de buscar sua sobrevivência e acesso a direitos econômicos, sociais e políticos, eles defendem que a cidadania precisa ser discutida e reavaliada.

Nyers (2010), em sua análise dos atos de cidadania desenvolvidos por grupos politizados de migrantes e refugiados sem *status*, no Canadá, avalia os novos desafios normativos e políticos que eles representam para as normas estabelecidas sobre cidadania, pertencimento e comunidade política. Ele destaca que “*Refugees and other migrants with precarious status are emerging as key protagonists in global struggles concerning freedom of movement, social recognition, worker protections, and the right of asylum.*” (NYER, 2010, p.127).

Nesse sentido, Pacífico (2008, p. 261) ressalta que “a integração deve ser vista como base para o conceito de cidadania moderno, surgida com o processo globalizatório de derrubada de fronteiras”, pois esse processo instituiu mudanças econômicas, sociais e culturais, fazendo-se necessário repensar os limites do acesso a direitos para migrantes e refugiados, neste processo de novos direitos elencados como direito de cidadania.

Questões como laços, vínculos sociais, interação entre atores locais, redes e outros mecanismos, criados pelos próprios refugiados como estratégias para requerer acesso a direitos, constituem o capital social que precisa ser conservado e estimulado, pois facilita e fortalece economias locais, amplia dinâmicas culturais e contribui para um desenvolvimento saudável. Assim, esses elementos gerados pelo capital social precisam ser levados em consideração como

elementos que contribuem para o processo da integração local e para o desenvolvimento local, inclusive de políticas públicas (PACÍFICO, 2008).

Tudo isso afeta como a integração é vista, analisada e implementada como políticas nos países de acolhimento. Ao comparar a integração dos refugiados no Canadá e Brasil, Pacífico (2008, p.259) ressalta que “estar integrado não significa que o refugiado se sinta um cidadão no país de acolhimento”, nem significa que tenha um sentimento de pertença.

As implicações de integrar-se vão além e estão relacionadas com a capacidade que o sujeito tem de criar laços sociais no local de acolhimento e redes de reciprocidade. A integração social, econômica, cultural e política está muito mais conectada com as redes criadas e o capital social produzido e adquirido no processo de integrar-se, que vão gerar possibilidades de acessar direitos, como saúde, educação, emprego e habitação, além de gerar riqueza econômica, social e cultural no país de acolhimento.

Um outro ponto importante ressaltado por Pacífico (2008, p.259) é que “a integração não pode ser confundida com assimilação cultural, ou seja, uma desculturação do indivíduo, necessária para adequar-se à comunidade receptora, sendo, assim, obrigado a apagar seu passado cultural”.

Associando às críticas de Nyers (2010) e Isin (2008), isso traz implicações dentro das análises ‘convencionais’ em que cidadania é restrita ao ‘*status*’ e à ‘prática’ da cidadania, pois a agência do migrante produz novas subjetividades, em que o refugiado que está dentro dos limites do Estado produz novas formas de direitos que vão além do escopo das nomenclaturas recebidas no processo de atribuir identidades (ISIN, 2009; NYERS, 2010).

Esses ‘atos de cidadania’, aqui também interpretados como agência do refugiado, intrínsecos no autoassentamento nos países de acolhimento, nem sempre têm culminado em um ‘*status* de cidadão’. E, mesmo que culminem, isso também não significará que o refugiado ou o migrante estará integrado na sociedade, e vice-versa. Por isso, o entendimento de integração local, como apontam os autores supracitados, precisa ir além dos parâmetros da gestão ‘de cima pra baixo’ convencionais, e das medidas convencionais de legalidade, que são baseados no objetivo de adquirir o ‘*status*’, como ressalta Isin (2008).

Pelo contrário, eles precisam respeitar o senso de pertencimento, identidade e autonomia do próprio sujeito para criar meios de viver com dignidade no país de acolhimento. Portanto, associados com capacidades adquiridas para buscar seus direitos de mobilidade, liberdade, acesso a emprego, moradia, saúde, educação, lazer e saúde emocional. Considera-se que pelo fato de o sujeito estar contido no Estado, e independentemente de ter ou não um *status* de

cidadão, ele faz parte dessa sociedade e se expressa como tal, bem como contribui para o seu desenvolvimento. (ISIN, 2008; PACIFICO, 2008; PUGH, 2018).

Para exemplificar essa complexidade, importa mencionar a experiência de Pugh (2018, p. 984), no contexto de migrantes e refugiados colombianos no Equador. Ele argumenta que há uma negociação da identidade e pertencimento e identifica que

[p]ara reconciliar os desejos concorrentes da sociedade de acolhimento de exclusão social e barganha econômica em relação à política de migração, os migrantes e cidadãos vivem com uma "barganha de invisibilidade" de fato, um conjunto não escrito de expectativas em que o Estado de acolhimento e a sociedade aceitam implicitamente a presença de migrantes estrangeiros, desde que esses migrantes tragam benefícios econômicos para o país e mantenham a invisibilidade política e social. (PUGH, 2018, p. 984)

Essa ‘barganha invisível’ entre os migrantes forçados e o país de acolhimento, no caso do Equador, constitui uma invisibilidade no âmbito político e social. Ao se referir à invisibilidade política, ele quer dizer que o migrante vive sob um acordo de não reivindicação explícita, ou seja, não deve fazer parte de atos que gerem “demandas políticas sobre o governo, especialmente usando atos públicos, coletivos para exigir direitos aos quais afirmam ter direito devido a tratados internacionais, legislação nacional, constituição, reivindicações morais ou outras razões” (PUGH, 2018, p. 984).

Por invisibilidade social, o Autor (2018, p. 984) fala da negação das diferenças: “*social invisibility to refer to the expectation that migrants’ characteristics and practices that are distinct from the norms defined by the host society — including language, religion, customs, or even visible racial differences — should be minimized or hidden in public*”.

Nesse sentido, analisando a situação da integração do refugiado sírio no Egito, observa-se que um vasto processo de integração fora do escopo convencional do ‘*status* de cidadão’ e da dicotomia do que é ‘legal’ ou ‘formal’ e do que é ‘ilegal’ ou ‘informal’ já se configura. Como descrito por alguns pesquisadores sobre a integração dos sírios no Egito, eles têm utilizado um modelo de ‘agência na invisibilidade’ ou ‘oculta’ que, de fato, desafia modelos convencionais de interpretar a integração local. Contudo, no contexto egípcio, muitas barreiras existem para que um nível de integração, em que o fim seja o ‘*status* de cidadania’, seja alcançado, conforme será visto no terceiro capítulo. Antes, importa entender alguns problemas enfrentados no processo de autoassentamento dos sírios no Egito.

A abordagem autoritária, ambígua, negligente e evasiva do GE fica bastante aparente no contexto dos refugiados sírios, principalmente, entre 2012 e 2014 (Norman, 2017). Nessa época, a comunidade internacional, o Acnur e outras agências de direitos humanos, como

Anistia Internacional e *Human Rights Watch* (HRW, 2014), já advertiam o GE para as lacunas de proteção e as violações cometidas contra os refugiados.

Sugestões para que o país codificasse uma política clara que refletisse a proteção contida nos parâmetros internacionais para refugiados, com critérios de proteção temporária, refúgio e reassentamento para eles, implementando-a na legislação interna, seria um bom começo. Também houve recomendações para criação de um plano de ação abrangente de soluções duráveis, especialmente de integração local (BIDINGER *et al.*, 2014, p. 93).

Segundo Norman (2017), a política de migração egípcia se revela como a maior barreira para a proteção do migrante forçado, pois é evasiva e ambivalente. O Estado egípcio é autoritário e apaga toda tentativa de solução que parta do sujeito e resulte em integração local nos padrões convencionais esperados, abstendo-se do envolvimento direto com os refugiados e os solicitantes de refúgio, deixando as responsabilidades para o Acnur.

O sistema de proteção egípcio se encaixa no que Kagan (2011) chama de “*surrogate state*” (estado substituto), que surge em contextos de proteção ao refugiado em alguns países do Sul Global, quando o Estado delega ao Acnur sua responsabilidade, negligenciando mudanças estruturais que deveriam acompanhar todo o processo de implementação da proteção. Em seguida, é necessário explicar os problemas enfrentados pelos sírios no seu autoassentamento, com leis e políticas do GE, e entender a necessidade dos sírios de desenvolverem suas estratégias de enfrentamento, resultando em uma agência na invisibilidade.

## **2.2 INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS NO EGITO: LEIS E POLÍTICAS DO GOVERNO EGÍPCIO**

Para compreender os problemas enfrentados no autoassentamento dos refugiados e a forma como construíram uma estrutura paralela de provisão, subsistência e direitos no Egito, faz-se necessário investigar um pouco o atual contexto da estrutura política e social em que o refugiado desenvolve sua agência. O histórico do sistema de segurança nacional fundamentou o enrijecimento e o redirecionamento do sistema de proteção no período da pesquisa (2011-2019). Essas mudanças estão imbricadas em um ciclo de violência estrutural que se perpetua, desde o governo de Mubarak, nos anos de 1980 (que se perpetuou até meados de 2011), (TADROS, 2012).

Said (2012), Brown (2013) e Tadros (2012; 2017) analisaram esse período (2011-2014), no Egito, e discutiram por que o Egito, apesar de propagado como país pacífico, ele foi de fato tão

violento. Eles concordam que a violência foi mais forte porque o GE negligenciou os novos atores não os deixando fora do processo decisório, e esses atores por não serem incluídos, reagiram.

Esses autores supracitados também analisaram criticamente as medidas de segurança do GE, em vários aspectos, e, mesmo discordando sobre quais atores foram centrais e que mecanismos foram utilizados, concordando com o fato de que nenhum dos regimes em disputa, após ascenderem ao poder, recorreu a estratégias novas.

O GE simplesmente deu uma nova maquiagem a um sistema antigo que sustenta uma cultura de violência e repressão. Todo o aparato de segurança nacional é fundamentado por uma lei de emergência que se renova a cada dois anos (AUF, 2018).

De acordo com Tadros (2012, p.62), “o fato de os regimes autoritários dependerem tanto do Aparelho de Investigações de Segurança do Estado (*State Security Investigation Apparatus* – SSI) ou da polícia política para governar, não é novo”. No entanto, o que se argumenta aqui é que o SSI e os aparatos de polícia política são mais do que isso, pois eles capacitam os regimes autoritários a manterem um sistema político ambíguo. Esse Aparato invisível permite ao governo buscar liberalização política sem atingir a democratização (ou perda de controle), precisamente por meio da função de governança nos bastidores desses aparelhos SSI (TADROS, 2012).

Pascucci (2014) o chama de ‘securitocracia’ egípcia, ao se referir a esse aspecto da segurança no país e à estrutura de segurança repressiva que trabalha discreta e informalmente nos bastidores da “segurança nacional”. O que a autora caracteriza como ‘securitocracia’ é esse aparato tradicional de segurança autoritário, militarizado, repressivo e que atua nacionalmente por vias formais e informais, utilizando-se de atores estatais e não estatais, legais ou não (fora do radar da lei, autorizado a atuar acima da lei com estratégias escusas), com o fim de manter o controle.

Segundo Tadros (2012), contudo, o braço extraoficial desse aparato de segurança é o maior desafio de análise, pois não é fácil analisar essa realidade sem dados oficiais ou registrados. Essas ações ‘fora do radar’ também causam conflitos de poder, resultantes de acordos excludentes entre elites e medidas drásticas adotadas, como ameaças, torturas e infiltrações escusas, como se verá adiante (TADROS, 2017; SAID, 2012).

Essa ‘securitocracia’ estatal determina grande parte da agenda e da dinâmica política egípcia. Entendê-lo ajudará a verificar o que pauta a ambiguidade política do GE, ao longo da sua história, e a ambiguidade na proteção e no acolhimento do refugiado no país. Esse

‘aparelho’ estatal de segurança direciona as prioridades na relação política de proteção ao refugiado do GE, tanto com atores locais como com atores internacionais (PASCUCCI, 2014).

Com o SSI controlando o espaço político e os seus processos, o regime egípcio foi capaz de se comprometer com a “boa governança” sugerida pelo Banco Mundial (BM), União Europeia (UE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), que exigem mudanças na configuração institucional de agências estatais formais, sem mudar o poder subjacente e as estruturas autoritárias (TADROS, 2009).

Os regimes de Sadat e Mubarak, desde os anos 1980, foram capazes de liberalizar a economia sem minar o *status quo* militarizado e estatista no Egito. Mesmo após a morte de Hosni Mubarak, em março de 2011, essa cultura de segurança foi mantida. Os aparelhos de segurança, incluindo o Conselho Supremo do Exército (SCAF), a polícia, os órgãos do SSI e as Forças Centrais de Segurança, sob a supervisão do SSI e do poder do Ministério do Interior, continuaram a constituir um sistema onipresente, extremamente poderoso de vigilância repressão social e política (TADROS, 2012; PASCUCCI, 2014).

O Egito, como muitos outros países do Sul Global, adotou o conceito e a prática de boa governança, endossada pelo Banco Mundial, pela *United States Agency for International Development* (USAID) e pela União Europeia, mas manteve o modelo de controle e repressão militarizado nos bastidores.

Tadros (2012) argumenta que os indicadores fornecidos pelo modelo internacional orientam a análise e as políticas, estabelecendo parâmetros de “boa governança”, como voz e prestação de contas, com os seguintes indicadores, para avaliar se o GE está cumprindo seus compromissos “democráticos”: estabilidade política, ausência de violência, efetividade do governo, qualidade regulatória, estado de direito e controle de corrupção (TADROS, 2012).

Esses indicadores e essas diretrizes, contudo, não capturam a realidade e não são capazes de explicar esse contexto complexo que esses atores atuam, portanto, não são abordagens suficientemente eficazes para capturar a realidade da estrutura de leis e de políticas egípcias, pelo simples fato de tratarem com indicadores e atores formais. De acordo com Tadros (2012, p. 64),

é altamente significativo perceber que ao medir todas essas dimensões da boa governança nas avaliações do ‘perfil de comportamento’ do país, o SSI nunca é mencionado como um ator central assumindo funções de governança, apesar de seu papel reconhecido”.

Nesse sentido, caso seja mantido o foco na concepção, na medição e na análise do sistema de segurança egípcio em uma abordagem que considera somente as relações formais



do Estado nas instituições governamentais, não será possível entender os atores, as coalizões e as dinâmicas políticas que influenciam o Egito, pois não se consegue capturar a dinâmica de um dos atores mais influentes para moldar o regime de governança e as políticas de proteção do GE, o SSI (TADROS, 2012; PUGH, 2021).

Esse aparelho influencia, desenvolve e mantém uma governança em vários níveis, principalmente, por meio da mediação de relações, hierarquias e processos nos bastidores, seja dentro ou fora do governo. Durante o governo de Mubarak, o SSI foi apoiado pela Lei de Emergência, estabelecida para proteger o país de ameaças internas e externas. Conforme Tadros (2012, p. 65), essa lei é “um instrumento frequentemente usado pelo regime autoritário no Egito (e comumente usada em outros países também para fins semelhantes) para fazer cumprir o *status quo* por meios não democráticos”.

Assim, a relação entre os atores e as mudanças ocorridas no cenário egípcio, nesse período (2011-2014), se amplia, ao se compreender as bases históricas dessa “securitocracia”, ou seja, desse aparato de governança de segurança, contemporânea, militarizada, repressiva e de bastidores (PASCUCCI, 2014; NORMAN, 2017).

Essa governança respaldada pela Lei de Emergência que se estruturou e entrou em vigor no Egito, a partir dos anos 1980, fortalecida ao longo do governo de Mubarak, e mantida até o fim do seu regime, em fevereiro de 2011, foi reinstaurada pelo Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF), em setembro de 2011 (TADROS, 2012; AUF, 2018).

Durante o governo de Mubarak, essa lei foi usada para encarcerar cidadãos sem mandados de prisão e sem justificativas. Os tribunais de segurança do estado (administrados por oficiais de investigação de segurança que receberam treinamento jurídico) serviram como um sistema paralelo para administrar o Estado de direito para casos considerados como ameaça à segurança nacional, reduzida para defender e para protestar contra os interesses do regime dominante e, em particular, do presidente.

Sob o Ministério do Interior, em conexão direta com o presidente Mubarak, o aparelho de governança estatal passou a exercer sua administração paralela e informal. A partir de meados de 2000, o SSI ampliou suas “estratégias de bastidores”. Do ponto de vista estrutural, ele governava por meio de uma gestão paralela, eficiente, organizada e com menos burocracia. Seus membros eram bem treinados para diversos tipos de abordagem de controle e infiltração (TADROS, 2017).

Por meio deles, o SSI dinamizou e espalhou sua atuação em todas as esferas de exercício de poder. A sua atuação na sociedade civil girou em torno de infiltração e influência

nas ONGs, em princípio. Depois, ele passou a ter um controle mais representativo publicamente, embora não legítimo: “Na arena da sociedade civil, foi capaz de estabelecer suas próprias organizações de direitos humanos ou, pelo menos, gentilmente indicava candidatos desejáveis a estabelecer suas próprias fundações” (TADROS, 2012, p.65).

Ao causar fragmentação e dissidência interna em partidos políticos de oposição, o SSI foi capaz de apoiar e capacitar ativistas internos para contestar e desafiar a liderança de partidos, atuando também com instituições religiosas. Para Tadros (2012), o aparato do SSI desempenhou alto nível de vigilância e repressão invisível, governando por meio da agência e da estrutura, como se segue:

- Influenciou mudanças de ministérios;
- Influenciou fortemente, em termos de agência, processos de rotação de poder dentro do governo, a mídia e o Parlamento, com base em recomendações de relatórios de segurança;
- Influenciou mudanças de controle nos canais de mídia nacionais;
- Recomendou, culminando em nomeações, reitores, chefes de departamento e presidentes de universidades públicas; e
- Influenciou chefes de jornais governamentais e canais egípcios de transmissão (televisão e rádio).

Nas eleições de 2005 e de 2010, por exemplo, conforme Tadros (2012), o SSI influenciou os resultados de forma contundente. Os integrantes do SSI desempenharam um papel fundamental em todos níveis do processo: intimidaram e assediaram candidatos, apoiadores, forças políticas e partidos que não desejavam sua vitória. “Nas eleições de 2010, o SSI não interferiu apenas no resultado, apoiando ou minando candidatos, eles assumiram um papel mais proativo, nomeando seus próprios membros para cargos” (TADROS, 2012, p. 67). A rodada parlamentar (que era para ser entre 2010-2014) foi a que teve a mais alta representação da segurança no setor (TADROS, 2012).

Por fim, o SSI também teve massiva influência na governança em nível subnacional, interferindo nas mudanças de liderança e criando uma vasta rede de informantes dentro e fora de todas as instituições. Além disso, uma vez que os oficiais do órgão (à força) se aposentaram, muito jovens, em geral, eram recompensados por seus serviços, sendo nomeados como governadores. A influência política de um ex-governador da SSI era muito menos do que a de um oficial do órgão em serviço, mas ainda era uma forma de influenciar a governança em nível subnacional (TADROS, 2012).

Assim como acontece com outras polícias estatais, o SSI não confiava apenas em seus oficiais, mas também em uma vasta rede de informantes, dentro e fora de todas as instituições. De acordo com Tadros (2012, p. 65), “em essência, qualquer que seja a organização ou o movimento, o SSI aplicou um estratégia “*carrot*” (incentivo) and “*stick*” (castigo) de governar que se tornou a estrutura normativa para nortear as relações entre Estado e sociedade no país.”

Essa breve descrição do processo de ampliação do aparelho de segurança nacional, sobrepondo-se às instituições formais e aos ministérios no país, facilita a compreensão de que o paradigma de vigilância, repressão e violência do Egito, pelo menos nessa configuração informal e invisível em agências e estruturas, não é novo e nunca foi, de fato, alterado, mesmo com toda a propaganda realizada, após a ascensão do Presidente El Sisi à presidência (SAID, 2012; BROWN, 2013).

Mesmo após a “substituição” do SSI e de seus aparatos institucionais, por uma “nova roupagem” vestida como *Homeland Security Service*, depois das mudanças ocorridas, em 2011, essa estrutura ainda possui um caráter peculiar, qual seja: uma estrutura que atua por meio da invisibilidade e do encobrimento, até os dias de hoje. De acordo com Mitchell (2002), o regime de segurança egípcio é baseado em formas de dissuasão e opera por meio de “culturas de medo” (SAID, 2012; BROWN, 2013; TADROS, 2012).

Retomando o termo “securitocracia”, utilizado por Pascucci (2014), esse aparato repressivo continua dando suporte à violência estrutural, que é sustentada por uma cultura institucional ambígua e violenta. Esse aparato desencadeou todo o processo político que o Egito viveu, iniciado em 2011, e continua até a atualidade (2021), como consequência de mudanças causadas pelas manifestações internas da “Primavera Árabe”, caracterizado, inicialmente, por manifestações em um espiral de eventos, partindo da sociedade civil, mas afetando todas as esferas políticas, sociais e econômicas, não somente no Egito, mas muitos países da região (SAID, 2012).

Os anos entre 2011 e 2014 foram marcados por instabilidade política e econômica, violência policial, confusão partidária, repressão e mortes. Esses eventos resultaram na retirada do presidente Hosni Mubarak, após 30 anos no poder, em 2011. Em seguida, houve a ascensão da Irmandade Muçulmana, em 2012, e a eleição do Presidente Abdel El Fattah El Sissi, em 2014. Ou seja, muitas mudanças e conflitos internos, por disputas de poder, entre diferentes coalizões e atores políticos, marcaram esse período (SAID, 2012).

Esse sistema nacional de segurança respalda a repressão, que viola direitos humanos básicos, reflete-se em diferentes dimensões, em que se detectam “ameaças” à segurança

nacional e à violência perpetrada contra todos que discordam do GE, que se refletiram em episódios de 2012 e 2013, com os refugiados sírios associados a terroristas contra o regime vigente (AYOUB, KHALLAF, 2014); (SALLOUN, 2014).

Os anos que seguiram o período pós-revolução foram marcados por mudanças políticas que securitizaram a proteção do refugiado e perpetuaram esse modelo sistêmico rígido de “proteção” violador dos direitos humanos (NORMAN, 2017). O GE teve respaldo da opinião pública nacional para executar novas medidas de segurança, como fechamento de fronteiras, negação de vistos, prisões ilegais e descumprimento de acordos referentes ao regime internacional de proteção ao refugiado (SALLOUN, 2014; BINDINGER *et al.*, 2014).

Destarte, a situação dos refugiados piorou, transformando-se em uma estada longa, instável, insegura e excludente. Com movimentos discretos e muita sutileza, eles constroem sua agência diariamente sob um cenário de hostilidade (AYOUB, KHALLAF, 2014; SALLOUN, 2014).

O ponto central, para entender o que contribuiu para o rápido processo de ‘enquadramento’ de refugiados sírios e solicitantes de refúgio como ameaça à segurança nacional foram os eventos desse período. O apoio explícito que o presidente Mohamed Mursi, recém-eleito, ofereceu aos sírios, no discurso de 30 de junho de 2012, apoiou o argumento da campanha. Ele anunciou sua promessa de conceder aos refugiados sírios no país acesso total aos serviços públicos, como saúde e educação gratuitas, apesar das reservas do Egito à convenção de 1951, e declarou que os sírios deveriam lutar contra o presidente Assad na Síria (SALLOUN, 2014; MAHMOUD, 2017).

Esses discursos públicos, após a saída de Morsi do governo, em 2013, tiveram repercussão e deram base para o novo regime criar e fomentar um discurso midiático, criminalizando os refugiados, em especial os sírios, constituindo-os como ameaça à segurança nacional. Durante o período de mudanças nas leis, eventos violentos aconteceram no país contra manifestantes, apoiadores da Irmandade Muçulmana, como o massacre da praça *Rab’a*, em agosto de 2013, que resultou em mais de 1.100 mortos pelo GE. Essa ação foi declarada como execução estratégica planejada, um crime contra a humanidade (HRW, 2014; IKHWANWEB, 2012).

Poucos refugiados sírios participaram desses eventos. Mas, com o apoio da mídia, que deu suporte para legitimar um discurso de ódio e os associou a apoiadores da Irmandade Muçulmana, eles foram considerados como uma ameaça à segurança nacional (MAHMOUD 2017; SALLOUN, 2014).

De acordo com *HRW Online News*, de abril de 2014, e Bindiger *et al.* (2014), essas mudanças políticas provocaram vários conflitos e problemas sociais em diversas partes do país. A violência começou contra manifestantes e ativistas: assassinatos e torturas, impunidade e abuso pelas forças de segurança, prisões em massa, julgamentos militares, lutas e violências sectárias, lutas pela liberdade de expressão entre egípcios e refugiados de outras nacionalidades e liberdade de associação, direitos trabalhistas e de mulheres e meninas violados e violação de direitos de refugiados em situação prolongadas de refúgio e solicitantes de refúgio (HRW, 2013; KORTAM, 2014).

A participação daqueles poucos refugiados sírios passou a ter mais destaque em diferentes canais da mídia egípcia, o que levou à intensificação do sentimento antissírio e ao surgimento de uma atitude hostil em relação a eles (FIDH, 2013). Alguns apresentadores de TV egípcios acusaram refugiados sírios de apoiar a Irmandade Muçulmana e de interferir na política interna do Egito. Houve um incidente em que um apresentador de TV concedeu a eles dois dias para interromper seu apoio à Irmandade Muçulmana ou então os egípcios destruiriam suas casas (FIDH, 2013; HRW, 2013b).

O cenário de hospitalidade, identificado nos primeiros anos de acolhimento dos sírios no Egito, mudou, tendo sido registradas as maiores atrocidades cometidas no Egito contra manifestantes e refugiados no país, como o massacre da praça *Raba* em 2013, onde cerca de mil pessoas foram mortas pelo exército (KORTAM, 2014). Os relatos da *Human Rights Watch* (HRW, 2014) e de Bindinger *et al.* (2014) mostram que, a partir desse período, os sírios buscaram toda a ajuda possível, inclusive meios de subsistência irregulares, moradia e fugas clandestinas para países europeus, além de envolvimento com contrabandistas de pessoas.

Aos que não tiveram chances nem recursos para deixar o país, restou-lhes estratégias de sobrevivência na invisibilidade. Tanto os negócios, como moradia e trabalho, naquele momento, foram mantidos, principalmente, para os refugiados não documentados, informalmente (sem permissão do GE) e, em muitos casos, até com documentação falsa (MONTASER, 2019; GRABSKA, 2006a)

Já no final de 2013, nota-se que a campanha da criação do sírio como ameaça no país teve sucesso, ganhando o respaldo da opinião pública nacional. Durante as reformas políticas nacionais, em julho de 2013, de acordo com Salloun (2014), o GE publicou uma nova legislação, removendo isenções de visto para eles e outros cidadãos árabes, fechando fronteiras e decretando imposições administrativas e burocráticas, distanciando, com isso, o refugiado, ainda mais, do acesso à proteção do Acnur (PASCUCCI, 2018).

A justificativa oficial para essa legislação foi a deterioração da situação de segurança e o anúncio do estado de emergência (AYOUB, KHALLAF, 2014; SALLOUN, 2014). A repressão teve efeito, não somente no momento, mas criou uma “cultura do medo” nos anos seguintes. Poucos sírios participaram de manifestações prolongadas organizadas pela Irmandade Muçulmana em protesto contra as mudanças políticas. A maioria, por medo, preferia permanecer “oculta” e/ou “invisível” (BIDINGER, 2014; PASCUCCI, 2018); MONTASER, 2019).

Essa cultura foi expandida e os mecanismos policiais repressivos de bastidores, sustentando normas e comportamentos policiais repressivos na execução diária da lei e mudanças políticas na estrutura jurídica do GE, foram limitando cada vez mais o acolhimento no país, de forma sutil e fora do radar da opinião pública nacional e internacional (TADROS, 2012; FIDH, 2013). Com isso, a situação dos sírios se deteriorou, até ficar restrita, e inviável conseguir proteção jurídica, uma vez que já estavam dentro do país, por medo de serem expulsos ou presos (BIDINGER et al., 2014; MAHMOUD, 2017).

Após o massacre da praça *Rab'a*, em 2013, e outros eventos subsequentes, esse aparato e as medidas de violência sistemática foram expostos à opinião pública internacional, especialmente a estrutura formal, perpetrada pelo SCAF, como a informal, agenciada pelas dinâmicas e pelas redes do aparato de segurança que perpetraram torturas, prisões ilegais e outras atrocidades “fora do radar” das leis. Nos anos seguintes (2014-2019), o GE foi pressionado pela comunidade internacional a prestar contas dessas medidas violentas e autoritárias que violava, acima de tudo, o Estado de direito (TADROS, 2017).

Como efeito imediato, o Estado egípcio forjou “alianças” e mudou suas estratégias de repressão, que voltaram a ter o caráter discreto de ações, evidenciado por Tadros (2012; 2017), como articulações invisíveis, sem tantos alardes midiáticos, porém, ainda com um sistema de inteligência onipresente e violento sendo aplicado na repressão aos critérios de ameaça (AYOUB, KHALLAF, 2014; PASCUCCI, 2014).

Nessa época, aparelhos de segurança, que já atuavam como aparelhos militares repressivos, foram renomeados. O regime de segurança egípcio é baseado em formas de dissuasão pela “cultura do medo”. Pascucci (2014, p. 51) afirma que “[e]ssas culturas são resultado do uso comum de formas extremas de repressão violenta que são realizadas sistematicamente, mas sistematicamente negadas por fontes oficiais”.

Por fim, de acordo com o Acnur, o número de registrados, em 2021, está por volta de 132.871 sírios, o que demonstra que os registros estão estagnados e não existe um número exato

dos refugiados indocumentados no país (3RP, 2014; BINDINGER, 2014). De fato, em vários relatos coletados em campo, por Ayoub e Khallaf (2014), por exemplo, muitos refugiados sírios reclamam de como o Acnur encolheu seu papel, tanto nos registros como na assistência, e houve um certo “abandono” na assistência e barreiras burocráticas foram distanciando cada vez mais o Acnur dos refugiados, que atualmente encolhem os ombros em sinal de “desdém” pelo papel do Acnur na proteção (OLIVEIRA, 2021; AYOUB, KHALLAF, 2014).

O GE, em 2016, declarou que o país abrigava mais de 500 mil sírios, entre os registrados e não registrados no Acnur (EVAR,2016-17). Contudo, esse número permanece indefinido, mesmo após o processo de securitização e hostilidade do GE, que deteriorou a situação dos sírios no país, como demonstrado no Capítulo 1, deixando-os em situação de vulnerabilidade e marginalidade e conduzindo-os a produzir suas próprias saídas para sobreviver.

Os anos que se seguiram às perseguições mais intensas (2012-2013) serviram para sedimentar mudanças jurídicas mais radicais, relacionadas ao refúgio e às migrações forçadas no país, e transformaram o perfil da violência contra os sírios, que se tornou aparentemente mais indireta e estrutural (AYOUB, KHALLAF, 2014).

As mortes e os massacres foram substituídos por perseguições discretas dentro das comunidades de acolhimento, medidas de contenção pela polícia, restrições burocráticas, detenções indocumentadas e outros modos de violências estruturais, que desembocaram em formas de exclusão social, exploração e abusos (PASCUCCI, 2014). Os muros físicos e sociais se fortaleceram, cercas de arame farpado podiam ser vistas nas cidades e em torno de prédios “importantes” do Grande Cairo e de Alexandria. Contudo, cercas “invisíveis” em relação a refugiados, Acnur e GE foram mais destrutivas a longo prazo (PASCUCCI, 2014).

O sistema de repressão levou os cidadãos egípcios, considerados manifestantes, mesmo sem provas (HRW, 2013), e refugiados documentados e não documentados a adotarem um comportamento de medo, pois podiam deparar-se com qualquer uma dessas medidas violentas, ameaças, remoções, expulsões e prisões não documentadas (PASCUCCI, 2014). Mesmo com os esforços de organizações de direitos humanos e da sociedade civil, o medo e a ameaça passaram a ser um poderoso instrumento para calar ativistas e mantê-los quietos. Nesse contexto, “a violência policial é generalizada, mas tende a acontecer longe do escrutínio público, permanecendo, assim, ‘um segredo’ que todos conhecem” (PASCUCCI, 2014, p. 51).

No caso dos refugiados sírios não foi diferente. Construindo sua subsistência na invisibilidade, eles sofriam ameaças de *refoulement* (devoluções a seus países de origens ou de trânsito) e prisões, caso se envolvessem em quaisquer conflitos. Um dos exemplos desse tipo

de violência são abordagens por ‘policiais à paisana’, considerados criminosos usados para criar situações pró-regime, pagos pelo governo, conhecidos tanto no Egito, quanto em outros países do Oriente Médio, como os *baltageyas* (*Baltajiya* em árabe do Oriente Médio). (PASCUCCI, 2014).

De acordo com Pascucci (2014), no Egito, a palavra se refere a “‘ganguês de bandidos’ e redes de extorsões violentas vistas como emanadas de assentamentos informais em torno do centro do Cairo” (AMAR, 2013, p. 211, *apud* PASCUCCI, 2014). Esses *baltageyas*, geralmente, são pagos para criar narrativas de criminalização em comícios políticos, eventos ou protestos e se tornaram peças-chave no processo dos protestos ocorridos no país, visando deslegitimar o governo de transição.

Na época das manifestações (entre 2011-2013), houve registros de que eles assediaram solicitantes de refúgio e refugiados sem documentação e, sexualmente, mulheres, para assustá-las e impedir sua participação em protestos. Eles ainda contribuíram no processo de repressão dos refugiados, mesmo quando não havia conflitos ou manifestações, dentro das comunidades locais onde estavam assentados irregularmente (PASCUCCI, 2014; AYOUB, KHALLAF, 2014).

Toda essa campanha de criminalização e repressão orquestrada pela mídia desenvolveu um sentimento antissírio, e atingiu muitas famílias de refugiados em busca de assentamento no país, que estavam à espera dos trâmites legais de documentação do Acnur, incluindo determinação de *status* e autorização para saúde, educação e assistência (MAHMOUD, 2017). Ademais, ela afetou, por um tempo, o convívio dos sírios com as comunidades locais, onde passaram a sofrer preconceitos e discriminações, interferindo significativamente nas relações já construídas entre refugiados e comunidades acolhedoras de egípcios no grande Cairo, em Alexandria e em outras áreas do país. Alguns relatos de refugiados demonstram que, a partir de 2013, muitos egípcios passaram a agir com hostilidades, demitindo refugiados de seus empregos e criando barreiras para matrículas em escolas. (AYOUB, KHALLAF, 2014; MAHMOUD, 2017).

Consequentemente, a campanha não impediu, mas limitou o processo de integração a longo prazo de refugiados sírios no país e os forçou a reagir e a criar estratégias de enfrentamento no meio de toda essa hostilidade, gerando, assim, uma agência ‘de baixo para cima’ que os tem ajudado não somente a sobreviver, como também a lhes garantir alguns direitos.



### **2.3 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AGÊNCIA INVISÍVEL DE REFUGIADOS SÍRIOS NO EGITO (2011-2019)**

Com o fim de examinar a construção da agência informal de refugiados sírios no Egito, vale acrescentar o conceito de violência, de Galtung (1990), para maior compreensão do cenário de violência estrutural que levou refugiados sírios à marginalidade e exclusão no país. Com esse argumento, torna-se necessário entender os diferentes tipos de violência existentes e os atores envolvidos no conflito.

Segundo Galtung (1969, p.169-172), a violência direta pode ser entendida como um ato intencional proveniente de um comportamento agressivo, isto é, caracteriza-se por ser visível e de impacto imediato. Em seguida, a violência estrutural ocorre de forma indireta e invisível. Ela surge da própria estrutura social criada, isto é, constrói-se como um processo a partir de contradições entre seres humanos e os grupos aos quais pertencem. Sendo assim, há “a repressão, na sua forma política, ou a exploração, na sua forma econômica” (PUREZA, CRAVO, 2005, p. 9).

Por fim, o terceiro tipo de violência, a cultural, que serve de sustentação às demais, constrói o sistema de normas e comportamentos que legitimam socialmente as duas violências anteriores. Portanto, ela é conectada à atitude, já que é a mais difícil de ser modificada e mais arraigada às sociedades. A “violência cultural”, de acordo com Galtung (1990, p. 291), refere-se a “aspectos de uma cultura que podem ser usados para justificar ou legitimar a violência direta e estrutural, e pode ser exemplificada por religião e ideologia, linguagem e arte, ciência empírica e ciência formal”.

Para Galtung (1990, p. 291-292), a cultura de violência é sustentada pela violência cultural, que “faz com que a violência direta e estrutural seja vista como ‘certa’, ou pelo menos não erradas”. O estudo da violência cultural destaca como o ato de violência direta e a violência estrutural são legitimados e, assim, tornam-se aceitáveis na sociedade. Além disso, Galtung (1990) a considera um mecanismo de violência cultural eficaz, quando é capaz de “mudar a cor moral” de um ato de “vermelho/errado para verde/certo” ou pelo menos para “amarelo/aceitável”.

O processo vivido pelos sírios no Egito, como demonstrado, revela um quadro bem peculiar, de violência generalizada. Os mecanismos de violência contra o refugiado sírio, especificamente de 2011 em diante, foram de cima para baixo, sem diálogo ou qualquer tentativa de acordos, e se revelaram na violência estrutural e cultural intrincadas no sistema

institucional de segurança já existente no país, perpetuando-se no sistema de proteção que reflete a mesma violência em forma de vigilância, controle e negligência.

Para Pascucci (2014; 2017), essas distorções na cultura de segurança do Estado para com os migrantes forçados, que se materializaram na violência e na repressão, entre 2011 e 2014 com maior força, e nos anos subsequentes na forma ambiguidade, controle e negligência do posicionamento do Estado, vêm dessa “securitocracia” construída historicamente. Norman (2017) também ressalta a ambiguidade e a negligência do GE como evidências de um ‘falso’ acolhimento.

Tadros (2012) argumenta que tanto as estratégias quanto as técnicas de controle desenvolvidas pelas estruturas convencionais formais e informais do país, como as do SSI, utilizando o aparato da inteligência e os mecanismos de infiltração, e operacionalizado pelo SCAF e outras instituições formais, proporcionaram a manutenção da mesma estrutura de poder que passou a ser o padrão de comportamento estatal egípcio, implementado com mais estratégia, desde os anos 80, na busca por manter padrões de “boa governança” sem perder o controle (de bastidores) para a manutenção do *status quo* da mesma elite de poder nacional.

Dentro dessa ambiguidade política, o GE pode “agradar” a comunidade internacional e manter a fachada de governo democrático, ou que busca a democracia, garantindo, assim, ajuda financeira e apoio militar de órgãos como Banco Mundial e USAID. Entretanto, a estrutura da violência estabelecida no cerne das normas e dos princípios que regem as políticas e direcionam a tomada de decisão do GE, no fundo, ainda permanecem intocáveis. Mesmo após a revolução e a pressão da sociedade civil, o órgão continua liderado pelo modelo pragmático e militarizado de segurança no contexto das relações e das dinâmicas políticas nacionais (SAID, 2012); (TADROS, 2017).

A partir de 2013, esse “sistema de violência legal” continuou a oprimir e a violar os direitos contidos no regime internacional de refugiado, legitimado pela opinião pública e respaldado pelas leis nacionais (SALLOUN, 2014). A “securitocracia” se caracteriza como um espiral de violência estrutural, sustentado por uma cultura institucional de repressão e manipulação social entre atores (GE, Acnur, ONGs, representações da sociedade civil e refugiados), que deveriam estar atuando juntos para o processo de acolhimento, mas, devido ao autoritarismo e às ambiguidades do GE, esse espiral de violência direta, estrutural e cultural se retroalimenta nas práticas institucionais, na relação entre atores e no estabelecimento das políticas (PASCUCCI, 2014).

Ao lidar, cotidianamente, com os muros físicos do GE e das instituições de ajuda, com seus prédios isolados em muros com cercas de arame farpado, fruto da cultura criada e desenvolvida sobre como os refugiados sírios são “problema”, fortaleceram-se outros tipos de violência – que normalmente não são tão levadas em consideração pelas políticas estatais e pelo modelo convencional de gestão – como a violência psicológica e social do “nós” e “eles” (BERGLUND, 2016; PASCUCCI, 2014).

As normas e os mecanismos institucionais que deram suporte às práticas desse sistema violento, nesse período, criam e mantêm barreiras visíveis e invisíveis que afetam a identidade e a dignidade do refugiado, ao tentar resistir diariamente às injustiças estruturais (i.e. burocracias, transportes, moradia e mobilidade). Essas barreiras se manifestam em vários níveis (políticos, sociais, econômicos, legais e administrativos) e limitam qualquer tipo de agência legal do refugiado, que permanece aprisionado em um estado de incertezas e insegurança, que Pascucci (2014) chama de “vidas suspensas”. Esse estado de “suspensão” os leva a um contínuo estado de “espera” em um “tempo” incerto, submetidos a uma vida de marginalidade.

Assim, o sistema egípcio contribuiu para um senso comum entre a opinião pública e as instituições de ajuda, no que diz respeito à marginalização do refugiado sírio. Com as práticas políticas ambíguas do GE, para se manter aparentemente hospitaleiro, nem acolhe nem expulsa, prosseguindo com uma política camuflada de marginalização; de negligência, por deixar toda responsabilidade nas mãos do Acnur e das ONGs; de repressão e discriminação, por sustentar uma cultura do medo; e desumanização refletida na separação entre “nós” e “eles”, de forma implícita e indireta, deixando o refugiado à margem, deteriorando sua capacidade de produzir suas próprias saídas de sobrevivência e afetando a autossuficiência a longo prazo (BERGLUNG, 2016; BRABSKA, 2006 a; WAHBA, 2010).

Nesse contexto, a vida do refugiado sírio no Egito, em situação prolongada de refúgio, cria um perfil de sobrevivência diária e peculiar, pautado em uma agência invisível e discreta ou, como Bayat (2010) chama, um “*Quiet Ecroachment*”, ou “infiltração silenciosa”. Por isso, importa analisar os efeitos da violência estrutural nas estratégias de enfrentamento dos refugiados sírios no país e o modelo de agência invisível utilizado por eles em meio a um cenário urbano hostil de acolhimento.

Em geral, a construção da agência do refugiado sírio no Egito, em meio à violência estrutural, está relacionada ao que Galtung (1990) descreve como as múltiplas maneiras com que os sistemas sociais, econômicos e políticos expõem determinadas populações a riscos e vulnerabilidades. Esses sistemas incluem desigualdade, racismo e meios de exclusão social que

levam a vulnerabilidades. A violência estrutural gera processos sociais repressivos ou exploratórios que subjagam indivíduos e grupos, produzindo e perpetuando desigualdades em vários âmbitos.

Além disso, manifestam-se por meios materiais e simbólicos de exclusão. Ao explicar como a violência cultural, estrutural e direta atuam, Galtung (1990 p. 295) declara que “a cultura prega, ensina, admoesta, incita e induz a ver a exploração e/ou repressão como normal e natural ou a não as ver (particularmente não a exploração) de forma alguma”.

No contexto de violência contra refugiados, especialmente sírios no Egito, esse processo de violência direta e estrutural, já existente, se uniu às mudanças políticas no país, que adotou mais repressão, gerando um espiral de desigualdade e violações dos direitos dos refugiados tão complexa que se torna difícil de rastreá-la. Enquanto as leis de proteção mudavam, os refugiados se desdobravam para conseguir sobreviver e atender às suas demandas familiares diárias (MAHMOUD, 2017). Essa estrutura de repressão se prolongou e criou “prisões” sociais e econômicas, em que o refugiado não pode exercer sua autonomia dentro do espaço, interrompendo o processo de integração local e afetando a relação dos sírios com a comunidade local (AYOUB, KHALLAF, 2014).

As barreiras legais e a espera por documentação criaram um “tempo suspenso”, um estado de insegurança, provisoriedade e instabilidade contínuo, em que os refugiados não podem lutar por vias legais para se manter. Esse sistema de proteção e acolhimento repressivo sustentou a cultura do medo, da incerteza temporal e da instabilidade legal, sem garantia de que iriam ser acolhidos no país ou seriam expulsos (PASCUCCI, 2014; MONTASER, 2019). Na perspectiva de Galtung (1990), essas “prisões” sociais geram atitudes de resistência contra a violência perpetrada para se libertar. A atividade considerada ‘criminoso’ ou ‘ilegal’, nesses casos de repressão e exploração, pode-se configurar como um ato de resistência para redistribuir os acúmulos ou em busca de manter algum tipo de estabilidade (GALTUNG, 1990; BAYAT, 2000).

Para Pugh (2021), a agência ‘informal’ ou ‘extraoficial’ nasce quando as instituições ‘formais’ ou ‘oficiais’ se fecham para visualizar as demandas reais. E, dos processos gerados pela relação entre sociedade e migrantes forçados, surge a necessidade de criar meios fora do escopo de leis e normas locais para se manter no país. Com isso, os indivíduos criam suas redes para atuar e suprir suas necessidades de integração.

Lederach (2012) aponta que essas redes relacionais são meios de criar uma estrutura que se sobrepõe aos modelos convencionais, tornando-se o núcleo da mudança social, uma teia de ações dinâmicas e complexas.

No caso dos sírios, o confronto com a campanha de violência direta, nesse período (2011-2019), os levou a uma forma de agência diferenciada, diária e silenciosa ou a uma busca por saídas de sobrevivência sob um véu de ‘invisibilidade’ (MONTASER, 2019; OLIVEIRA, 2021). As práticas políticas repressivas e securitizadas do GE, que fortaleceram a cultura do medo, tornaram a vida nas comunidades urbanas egípcias mais difícil, principalmente, para os sírios que passaram a ser “ameaças”.

Eles ficaram em piores condições políticas, sociais e econômicas e foram forçados a resistir para a sua sobrevivência e a produzir seu próprio sustento. A ‘infiltração silenciosa’, descrita por Bayat (2000), traça um modelo de agência que atua discreta e silenciosamente, criando espaços sociais e físicos em busca de garantir sua sobrevivência e sustento, lutando diariamente para manter seus negócios informais despercebidos. E, mesmo contribuindo significativamente para mudanças sociais, econômicas, e políticas locais, eles precisam atuar ‘invisivelmente’ na sua dinâmica diária, de forma camuflada (MONTASER, 2019; AYOUB, KHALLAF, 2014).

Foi nesse contexto de insegurança e estrutura violenta, convivendo com a infraestrutura precária de um grande centro urbano populoso, que já enfrenta diariamente problemas endêmicos, que os sírios foram se infiltrando, de acordo com relatos dos interlocutores, muitos precisaram “se infiltrar” ou “entrar sorrateiramente” sem chamar atenção, discretamente, muitos nem saíam de casa, quando havia rumores de que a situação estava instável para os não documentados saírem de casa (Diário de campo, OLIVEIRA, 2021).

A sua infiltração persistente e silenciosa, em busca de sobrevivência, é percebida desde os primeiros anos do acolhimento no Egito, na sua maioria com ações discretas e invisíveis, em comunidades de acolhimento em áreas urbanas do Grande Cairo, Alexandria e Damietta, por exemplo (MONTASER, 2019; AYOUB, KHALLAF, 2014); movimento esse que, segundo Bayat (2000) e Pugh (2018), é comum nos centros urbanos de países do Sul Global, principalmente, como forma de resistir e negociar com governos que têm abordagens mais repressivas, autoritárias e violadoras dos direitos humanos.

Essa estratégia os levou a se espalharem por diversas cidades do Egito, tornando-se aos poucos uma forma de agência, intencional para alguns e não intencional para outros. Segundo Grabska (2006), nos contextos de cidades do Sul Global, alguns refugiados decidem pela

automarginalização, ou mesmo uma autocamuflagem, para buscar acesso a direitos específicos, por exemplo, vestir roupas para se parecer mais com um local e falar com sotaque árabe dos egípcios. Outra estratégia de camuflagem comum era, quando estavam com seus produtos expostos em áreas informais onde a polícia passava para retirá-los, se disfarçar de egípcio, que ainda foi considerado por eles uma opção mais viável para não ir para a prisão, alegando ter esquecido os documentos (Diário de Campo, OLIVEIRA, 2021).

Essa forma de agência pode conter protestos e confrontos diretos contra os países acolhedores e o Acnur, como ocorreu com sudaneses refugiados, em 2005 (GRABSKA, 2006) e refugiados bengalis na Índia, que protestaram para reivindicar seus direitos de abrigo (SANYAL, 2009; MONTASER, 2019). Os sudaneses no Egito recorrem a estratégias como permanecer sem acesso a direitos, para garantir o reassentamento (GRABSKA, 2006), ou se ocultar, sustentando um perfil discreto para evitar a atenção das autoridades estatais e a detenção ou deportação (JACOBSEN, 2006). Com base no conceito de agência do refugiado de Elisa Pascucci,

[a] capacidade do sujeito de agir a fim de influenciar os processos sociais, redesenhar as relações de poder estabelecidas é relacional, material e distribuída, emergindo não apenas das interações entre diferentes indivíduos e grupos, mas também daquelas entre atores humanos e suas estruturas materiais e espaciais (PASCUCCI, 2014, p. 18).

O que Montaser (2019) chama de “agência oculta” Pascucci (2014) entende como luta e resistência, em algumas situações, mas sem as características de um movimento social consciente, ideológico e com certa estrutura organizacional. Para Grabska (2006a), a agência se caracteriza pela habilidade que o refugiado tem de perceber e interpretar, à sua maneira, as políticas e programas, posicionando-se como sujeito ativo em busca de acesso a direitos. Ela (2006a) aponta que, no Egito, tanto os direitos à proteção e segurança, como os direitos sociais do ser humano são negligenciados pelo sistema. E, mesmo os refugiados que não conhecerem seus direitos, os buscam intuitivamente para sua subsistência no dia a dia.

Nesse contexto, para Montaser (2019), o mesmo ocorre com o modelo de agência dos sírios que escolhem permanecer ‘invisíveis’ nessas comunidades, atuando em seus negócios ‘extraoficiais’, como *‘food trucks’* estacionados em ruas, ou escolas que funcionam sem autorizações, e buscando formas de sustento no mais discreto movimento. Um exemplo dessa forma camuflada de vida é que muitos sírios, após mais de 10 anos de residência, tornam-se difíceis de ser identificados entre os egípcios, porque adotam estratégias disfarçadas para passar despercebidos na esfera pública, vestindo-se e falando com o mesmo sotaque dos egípcios (MONTASER, 2019).

No entendimento de Montaser (2019), essa “agência oculta” dos sírios pressupõe que as fronteiras legais e burocráticas entre cidadania e *status* de refugiado é obscurecida. Além disso, muitos migrantes, solicitantes de refúgio, refugiados e residentes em assentamentos informais são parte desta população que tenta escapar do ‘radar’ dos mecanismos repressivos do GE e de suas medidas de “proteção”, como novas realocações, e da brutalidade policial. Muitos se escondem dentro da paisagem urbana densa e ativa das cidades (WAHBA, 2010); (MONTASER, 2019). De acordo com Wahba (2010, p. 62), “[e]sse movimento se tornou caracterizado por uma metanarrativa do caos, do tráfego, da superpopulação e da invasão de ‘indesejáveis’”.

Nesse sentido, o refugiado cria (muito mais intuitivamente) uma forma de agência que não fica na espera passiva. Pelo contrário, é identificada uma agência do refugiado criativamente articulada para responder às suas demandas de segurança, moradia, mobilidade, segurança e econômica. Por exemplo, iniciativas de pequenos negócios familiares são saídas para complementar a renda básica, tanto dos refugiados que recebem auxílio do Acnur, quanto dos que não recebem nenhuma ajuda. (MAHMOUD, 2017).

Eles também criaram estratégias para lidar com altos custos de aluguéis e problemas com contratos e exploração: muitas famílias sírias compartilham a moradia com outras famílias; exemplos esses que serão retomados e exemplificados no terceiro capítulo, quando essa agência será descrita de forma mais aprofundada (MAHMOUD, 2017).

Nas áreas habitacionais informais, a segurança é precária e muitos sírios precisam se organizar via redes sociais; redes estas, mesmo informais, que proporcionam a conexão ampla e necessária entre as comunidades urbanas e que se ajudam mutuamente. Essa articulação ameniza a intensidade da exploração do mercado imobiliário; do trabalho; amplia redes de segurança; protege o refugiado em muitos aspectos da vida social e econômica; destaca a solidariedade dessas redes sociais entre os sírios; e o quanto elas têm contribuído com o processo de integração local.

Segundo Montaser (2019), entidades ‘informais’ paralelas são outra estratégia eficaz para os sírios não documentados e para muitos documentados também. Muitos deles não conseguem manter os filhos na escola, recorrendo às escolas comunitárias, criadas pelos próprios sírios, para ajudar a suprir a demanda e a superar a dificuldade de matrícula em escolas egípcias. As escolas comunitárias também são oportunidades para empregar professores sírios qualificados.

Em relação às autorizações de residência, conforme Montaser (2019), muitos sírios, cujas autorizações foram vencidas ou não possuem documentos oficiais para emitir residência ou cartão amarelo, preferem envolver-se em mercados negros de documentos, um mercado que tem crescido no Egito. Essas famílias sírias lutam para acessar seus direitos, sob a estrutura convencional limitada e inacessível do Acnur, a negligência e a ambiguidade das estruturas do GE (NORMAN, 2017).

Acompanhada por uma estrutura burocrática de longa espera e provisoriedade, com escassas possibilidades de proteção, eles resistem diariamente contra uma vida sem acesso aos direitos, sobrevivendo na invisibilidade e marginalidade, numa contínua busca para alcançar uma vida digna e autônoma (MONTASER, 2019; PASCUCCI, 2014).

Essa ‘marginalidade’ em que o refugiado foi deixado gera várias contradições entre as estruturas paralelas convencionais, como instituições do GE, Acnur, ONGs e também as demandas do sistema jurídico. A estrutura não convencional, formada pelo refugiado, já estabelecida na irregularidade, cria uma complexa dinâmica entre essas estruturas. O modelo de agência criado pelos refugiados supera as hierarquias – do modelo convencional de governança e de gestão ‘de cima para baixo’ –, unindo atores locais e internacionais, formais e informais, redes de refugiados sírios, e outros refugiados, e sociedade acolhedora. Todos envolvidos na dinâmica de integração e desenvolvendo uma complexa e orgânica rede que resulta em um acúmulo de capital social e numa governança que atua na invisibilidade.



### **3. UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE A INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS SÍRIOS NO EGITO (2011-2019)**

Este capítulo objetiva analisar o processo de integração local de refugiados sírios no Egito (2011-2019), com o fim de aproximar e aprofundar a compreensão da agência na invisibilidade, que resulta na criação de redes e em uma estrutura paralela que redefine a mudança social e política no modelo peculiar de integração local e que reivindica direitos.

Ele também analisa a relação entre as duas estruturas: a estrutura paralela e alternativa produzida pelo refugiado sírio e a estrutura convencional conduzida por Governo Egípcio (GE), Acnur e seus parceiros de implementação. Ele, ainda, busca entender a complexidade e a multilateralidade das interações entre esses atores e compreender as estratégias dos refugiados e o movimento entre os principais atores ‘formais’ e ‘informais’, estatais e não estatais, que atuam simultânea e organicamente, sobrepondo as hierarquias sociais e políticas pré-existentes nesses espaços relacionais criados pelos refugiados no Egito, para a construção de uma rede que resulta no processo de integração sob análise.

A pesquisa é inspirada no método etnográfico e a coleta de dados se apoia no trabalho de campo com observação participante. A experiência do campo ampliou e aprofundou o olhar sobre a estrutura que resulta dessa agência dos refugiados sírios autoassentados, em meio ao cenário de violência estrutural que hostilizou sua presença, ao invés de proteger e acolher no autossentamento no Egito.

O processo de imersão em campo não foi feito de modo cronologicamente sequencial, devido às dificuldades de acesso, limitações de segurança e restrições de tempo devido à pandemia de Covid-19. Esses momentos foram mais intercalados de acordo com as condições permitidas, entre setembro de 2021 e início de fevereiro de 2022. Porém, de setembro a novembro de 2021, as oportunidades de passar algumas semanas circulando nas ruas e na comunidade de 6 de Outubro foram maiores, pois não houve restrições de acesso. A partir do final de novembro, a situação se tornou mais difícil, devido ao aumento das restrições relativas à pandemia de Covid-19.

O período estudado nesta pesquisa (2011 a 2019) corresponde ao tempo de minhas idas e vindas para o Cairo. Entre 2012 e 2014, eu estava no Cairo e presenciei os acontecimentos em torno das mudanças políticas, como as eleições de 2012 e as mudanças seguintes. Em 2017, desenvolvi vários trabalhos, como voluntária, na assistência de famílias refugiadas na cidade de 6 de Outubro e presenciei o endurecimento de leis e medidas securitizadoras, de perto (ver Cap. 2). Mesmo sem o envolvimento como pesquisadora, naquele período, tive contato direto

com as áreas com maior fluxo de sírios autoassentados e com questões do autoassentamento. A região de 6 de Outubro, em *Giza Governorate*, ficou com uma porcentagem enorme (80% desse fluxo), mas também em vários outros bairros do Grande Cairo era possível ver as famílias sírias trabalhando nas ruas.

Após ter vencido as eleições, o presidente Mohamed Mursi manteve as portas do Egito abertas à entrada dos sírios. Muitas declarações foram feitas em público, por este governo, apoiando os sírios, como demonstrado no Capítulo 2. Porém, este apoio não durou e em pouco tempo outra reviravolta ocorreu, ou seja, outra mudança radical de regime. Em pouco tempo, houve mudança do discurso e declarações sobre ‘portas abertas’ aos sírios. Em menos de um ano, houve a retomada de violência e repressão, nas ruas e por toda parte. As ruas ficaram inseguras e era impossível caminhar livremente em áreas da cidade que antes eram seguras. Junto com o enrijecimento das leis para os cidadãos egípcios manifestantes, houve um amplo enrijecimento no processo de proteção e acolhimento ao refugiado. Essa situação foi vivenciada por esta pesquisadora enquanto residente no Cairo.

Naqueles anos, trabalhei em organizações locais de assistência, desenvolvimento comunitário e assistência ao migrante forçado, participei como ouvinte de alguns encontros e conferências para desenvolvimento e de mediação de conflito nas áreas urbanas do Grande Cairo. O contato diário com famílias e trabalhadores de auxílio ao refugiado, as conversas informais e a observação aumentaram minha curiosidade e me levaram a perceber a situação de extrema vulnerabilidade social, política e econômica em que os sírios foram autoassentados no país.

Nos anos seguintes, percebi que o quadro estava ainda mais caótico, pois a situação prolongada de refúgio dos sírios, aliada à violência policial e às barreiras legais, e as limitações das soluções duráveis para os refugiados, os deixaram em insegurança humana, marginalidade e incerteza.

A situação dos sírios no Egito, como explicado no Capítulo 2, mudou completamente. O governo egípcio e seu exército, com seu aparato de segurança nacional, pautados em políticas de repressão camuflada, violenta e repressiva, deixaram os sírios no ‘limbo’ da espera e na imprevisibilidade, nas mãos da proteção de Acnur e com um débil apoio legal. Foi nesse período que o problema de pesquisa começou a incomodar esta pesquisadora.

Os refugiados estavam sofrendo com a vulnerabilidade social e econômica que afetava sua qualidade de vida. A partir dessas percepções, fui estimulada a entender melhor esse cenário, considerando que estudar o contexto egípcio como um centro urbano do Sul Global e

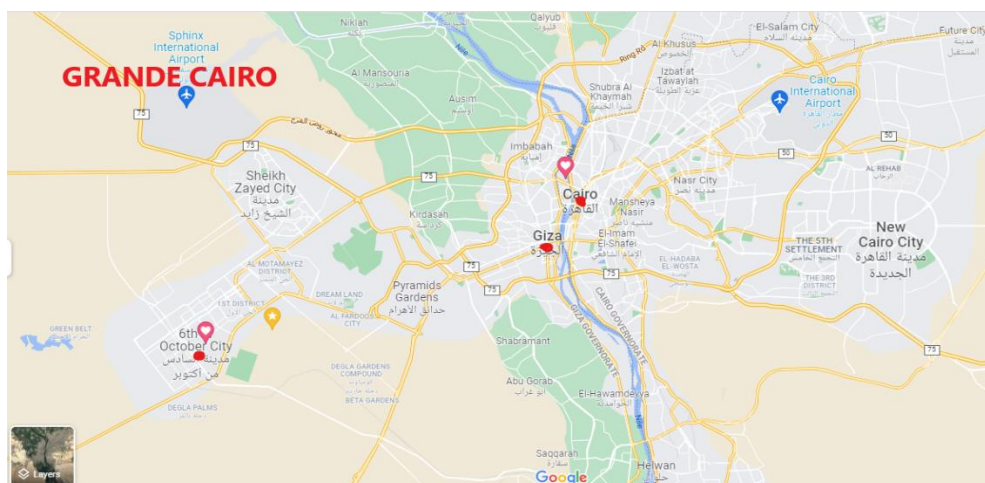
uma área geográfica fora do escopo ocidental seria relevante para a análise de um contexto não ocidental. Assim, decidi estudar especificamente a forma como os sírios produziram suas estratégias de enfrentamento diárias para a sobrevivência em um contexto de repressão, violência e marginalidade.

Na fase de levantamento bibliográfico, compreendi ainda mais esse cenário, percebendo as peculiaridades na agência do refugiado sírio, sob a violência estrutural, em meio a uma crise política, social e econômica no país acolhedor. *A priori*, pode-se constatar que a dinâmica dos sírios demonstra uma versão de refugiado diferente das versões convencionais – que geralmente veem os refugiados como vítimas, recipientes de ajuda ou fardos a serem compartilhados regional e internacionalmente.

No caso dos sírios, mesmo inseridos em um contexto de extremas restrições, perseguições e negligência, seu modelo de agência e estratégias de enfrentamento desafia modelos tradicionais de soluções duráveis e até o próprio conceito tradicional de integração local, que está baseado na dicotomia legal e ilegal, formal e informal, cidadão e não cidadão.

Em agosto de 2021, retornei ao Cairo na condição de mestrandia do Programa de Pós-Graduação de Relações Internacionais da UEPB. Portanto, o olhar para a população refugiada se apropriou dos requisitos da pesquisa acadêmica. Minha residência estava situada no Maadi, um bairro ao sul do Grande Cairo, onde há um número significativo de refugiados de diversas nacionalidades. Esse bairro fica distante de 6 de Outubro, onde se concentram 80% dos sírios autoassentados no Egito. Então, para cruzar a cidade, eu utilizava transportes locais regulares, como metrô, transportes alternativos (van e *tuk-tuk*), vivenciando desafios e dificuldades de mobilidade no dia a dia da cidade.

**Figura 5 - Mapa do Grande Cairo**



Fonte: Google Maps (202).

A pesquisa etnográfica oportuniza uma relação próxima aos interlocutores. Assim, ao me estabelecer no Cairo (agosto, 2021), retomei meus contatos, inicialmente, com meus ex-alunos (sírios e sudaneses, que tive oportunidade de dar aula de espanhol e inglês básico no ano de 2018) e colegas de trabalho na *Refuge Egypt* (2018) e na *Commming Genaration Organization* (2017-2018). Essas pessoas tornaram-se interlocutoras importantes na fase de coleta de dados, via observação participante, criaram oportunidades, fazendo conexões com novas famílias e me ajudando em vários aspectos, como contato com mesquitas, mobilidade, segurança e acessibilidade às áreas restritas.

As três semanas iniciais serviram para observação e contribuíram para retomar o contato com a vida diária, ajudando-me a reduzir receios quanto ao tempo e à mobilidade na cidade, e a priorizar locais durante a fase de campo, como: horários de abertura e fechamento das lojas; horários de pico dos cafés; experiência de caminhada em mercado e locais de entretenimento; etc. No decorrer do trabalho de campo, os interlocutores foram variados e me ajudaram em grande parte das visitas, principalmente as visitas às famílias sírias.

O trabalho contou diretamente com a interlocução feita por oito pessoas: quatro egípcios, três sírios e um sudanês. Essas oito pessoas me ajudaram de diversas formas, inclusive, acompanhando-me nas incursões em áreas específicas da cidade. Quatro deles foram meus interlocutores principais, duas garotas sírias, de 20-21 anos; um egípcio de 30 anos; que trabalhava uma ONG local; e um jovem sudanês, de 23 anos. Eles me acompanharam em quase todas as visitas desta pesquisa.

Além de ampliar o acesso a áreas importantes e às redes, esses interlocutores foram cruciais em muitos aspectos, principalmente, em situações inesperadas em que caminhávamos e, de repente, conseguíamos um espaços para visitas: em mesquitas, escola pública e privada nas áreas dos distritos 5 (*El hai el khamis*) e 6 (*El hai el Sedes*), áreas não muito acessíveis, devido à segurança e com grande concentração de refugiados de várias nacionalidades, dentro do município de 6 de Outubro, no Grande Cairo.

A segurança foi um dos desafios enfrentados na fase de coleta de dados em campo, pois o GE controlava de forma camuflada áreas dentro de *Governorates* (cidades), dificultando o acesso às áreas '*Sha'bia*' (uma expressão utilizada pelos egípcios para indicar "local"). Essas são áreas vulneráveis ou bairros populares com mistura de etnias, além de concentrar um alto número de população baixa renda – como 6 de Outubro, onde muitos refugiados de baixa renda se autoassentaram e se instalaram a baixo custo.

Em uma das minhas visitas a *Abu El waffa*, fui interceptada por um “morador” que, de acordo com um dos interlocutores, ele era um dos “*baltagy*” (como descrito no Capítulo 2), mas, nesse caso, atuava como uma polícia ‘extraoficial’ e era pago pelo governo para vigiar a comunidade e impedir manifestações e ativismo político, bem como perceber visitas impróprias. Ele me fez algumas perguntas e me deixou seguir adiante.

A partir dessa intervenção, passei a desenvolver também estratégias de ‘sutileza’ para ter acesso a algumas áreas estratégicas e passar despercebida. Muitas das pessoas se dirigiam a mim falando em árabe, pensando que eu era egípcia ou de algum país árabe. Dessa forma, percebi que isso me ajudava a passar ‘despercebida’, especialmente quando não falavam inglês.

Nesses casos, eu optava por falar em árabe, ainda com vocabulário restrito, o que me ajudou a ser mais aceita e ter acesso a outras áreas da cidade bastante ‘protegidas’ das rotas turísticas, como cidade dos mortos (áreas em que pessoas moram dentro das tumbas estão espalhadas pelo Cairo), cidade do lixo (também um bairro do Grande Cairo, onde a comunidade cristã se instalou, os ‘Zabaleens’ coletam e reciclam o lixo da cidade, trabalhando e morando nesse espaço) e outros bairros da cidade que também fizeram parte da observação.

Ao negociar o preço do Tuk-tuk (transporte de baixo custo e uma ótima estratégia para se locomover dentro das *Sha’bias*), fui orientada, várias vezes, pelos meus interlocutores, a não falar inglês, assim, eles não cobravam mais caro ao descobrirem que eu era estrangeira. Utilizando essas estratégias de acesso, fui aprendendo a sobreviver e me locomover – ao longo da minha observação e convívio com egípcios, sírios e sudaneses – e ampliando os locais de observação, como *shoppings* e mercados, principalmente, na rotina.

Isso me deu a chance de observar, experimentar e ter contato com vários indivíduos em áreas de fora de 6 de Outubro e Giza (onde há um maior número de sírios), ampliando a compreensão da geografia física e social das redes (LIDERACH, 2012) e tendo oportunidade de conhecer empreendimentos de famílias sírias em diversas áreas da cidade, ampliando minha compreensão sobre a questão da agência dos sírios e ajudando a entender conexões e redes sociais estudadas nesta pesquisa.

Outros pontos importantes a ressaltar, antes de seguir adiante, é a complexidade e a dinâmica diária de mudanças, que precisou ser feita a cada incursão. Em muitos momentos, precisei readaptar-me às oportunidades oferecidas pelos meus interlocutores locais, devido à disponibilidade de cada um.

Essa readaptação não afetou a dinâmica em campo negativamente, ao contrário, contribuiu e enriqueceu as observações. Eu me permiti ser conduzida pela ótica e pelas dicas

dos meus interlocutores e da própria comunidade. Em algumas circunstâncias, o momento abriu oportunidades de entrar em lugares a que não teria acesso, se eu estivesse sozinha.

Geograficamente, as oportunidades de observação, tiveram seu foco inicial na cidade de 6 de Outubro, mas não se restringiram a essa área. Também visitei as áreas no centro de Giza (Grande Cairo) e outros bairros do Grande Cairo, como: *Shoubra, Ein Shams, Old Cairo: Attaba, Khan El Khalil Market, Sakanat Maadi e Hadayek El maadi*. Nesse processo, também observei a mobilidade e a relação do sírio com a cidade, a estrutura de segurança “improvisada”, escolas, hospitais, área de lazer e outros.

O acesso às áreas *Sha'bias* específicas, como *Abo El waffa e Beit El Aila* (áreas de 6 de Outubro, onde se concentram muitos migrantes e refugiados de baixa renda), teve que ser feito com a ajuda dos interlocutores que conheciam bem essas áreas, devido à segurança. Na companhia deles, fiquei mais à vontade e tive mais oportunidade de sentar à mesa de algumas famílias, caminhar pela comunidade, observar e interpretar detalhes como conflitos de rua, batida policial em metrô e horário das orações muçulmanas, bem como sentar em cafés, ter conversas informais com garçons e vendedores, acesso à *Cairo University, shoppings centers*.

Por fim, aos poucos, por meio de abordagem aproximada, foram ficando claras a multifatorialidade e a multiplicidade de atores envolvidos no processo de integração local dos sírios, o que me levou a refazer e a repensar a forma como organizaria este capítulo. Foi observado mais de perto que as estratégias de sobrevivência baseadas em uma agência invisível, silenciosa e perspicaz eram conscientes para alguns, mas não para todos (dentro do escopo do universo observado).

Foi, também, observado que estas estratégias estão na base do autoassentamento do sírio, dessa rede invisível de trocas de informações e bens e em várias áreas e necessidades específicas, como: acesso a ONGs, escolas, trabalho, clínica médica, alimentação e moradia. Aos poucos, a observação foi direcionada para dar um maior foco à invisibilidade intrínseca no processo. Como dito, essa pesquisa foi sendo construída com um diário de campo, que ajudou a conectar os fatos e a interpretá-los com a ajuda dos interlocutores, na construção deste capítulo.

### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS REDE INVISÍVEIS E DOS ATORES**

O autoassentamento do sírio no Egito é marcado por uma agência orgânica, que se fundamenta na experiência e surge de demandas diárias para responder às necessidades

individuais, que a longo prazo estabeleceu uma estrutura alternativa de redes dinâmicas, complexas, invisíveis (fora do radar do GE), que, por sua vez, veio suprir lacunas deixadas pelas soluções duráveis do sistema convencional vigente. Essa agência, que atua de forma flexível e orgânica, vem-se construindo ‘de baixo para cima’, ou seja, tendo o refugiado como o núcleo das construções das mudanças sociais.

Para ajudar a compreender a estrutura criada pelo refugiado sírio no Egito, foi usada a concepção de Lederach (2012) sobre o processo de formação das redes e seu modelo observacional. Para Lederach (2012), tanto a observação, quanto o diagnóstico de uma rede constituída (nesse caso, para a integração *de fato*) precisam levar em consideração a geografia física e a social. A geografia física está relacionada a uma localidade e ao espaço físico em que os eventos acontecem. A geografia social é mais complexa e envolve vários níveis de interação entre atores, instituições e poderes.

Essa dinâmica depende de vínculos e conexões, construindo, assim, um ‘espaço relacional’ com códigos e símbolos específicos que precisam ser entendidos em amplitude e profundidade. Esse ‘espaço relacional’ não se restringe à geografia física, pois, muitos refugiados, mesmo morando em uma localidade específica, descobrem oportunidades vindas de conexões virtuais, de amizades e de vínculos familiares e comunitários, que, muitas vezes, estão espalhados pela cidade. Assim, essas geografias estão concentradas nas dinâmicas sociais e estão circulando simultaneamente ‘aqui’ e ‘lá’, ‘dentro’ e ‘fora’, como aponta Lederach (2012).

Dessa forma, inspirando-se nos modelos observacionais de Lederach (2012), Magani (2002) e Gueertz (1971), esta pesquisa acompanha o movimento de algumas famílias no autoassentamento, o que ajudou a identificar certos padrões básicos de comportamento dessas redes e as ‘estruturas relacionais complexas’ – que se desenharam ao longo desses dez anos de integração de fato. O ‘espaço físico e simbólico’ é o lugar onde as relações acontecem, utilizando-se de redes virtuais e conexões sociais. Nesses espaços, os refugiados se utilizam do vínculo familiar, étnico, social e religioso para construir essas redes, elas, são ‘interligações relacionais’, criadas para atender as demandas, e o sujeito é o centro que a constrói e a reconstrói, de acordo com a necessidade.

Desse modo, a observação em campo foi direcionada para entender os agentes sociais (‘quem’) e o processo (‘como’) na agência diária e invisível dos refugiados sírios, que aos poucos formaram essas teias relacionais discretas e flexíveis e ampliaram o espaço relacional com atores e instituições para um campo além da estrutura convencional (de Acnur, GE e

parceiros internacionais de implementação). Procurou-se compreender também como essas redes mantêm uma dinâmica relacional multidimensional, complexa e orgânica, que garante a subsistência de milhares de pessoas, ao mesmo tempo em que se mantêm na ‘invisibilidade’ e ‘às margens’ da sociedade, sob um cenário hostil de violência estrutural no contexto egípcio.

Ao acompanhar alguns indivíduos e famílias, em suas estratégias de enfrentamento diárias, foi percebido que essas teias são flexíveis porque redefinem constantemente suas prioridades e hierarquias, constituindo uma mudança flexível, de acordo com a necessidade, oportunidades e meios que a rede oferece para benefício dos agentes (o refugiado) que as desenvolvem.

Essas são redes estabelecidas com vários motivos e diferentes grupos. Redes com familiares; redes sociais com a comunidade local (ONGs locais, mediadores); com instituições internacionais (Acnur e parceiros oficiais de implementação: Caritas, CRS, ONGs formalizadas ou não); redes religiosas (mesquitas, igrejas); étnicas; comerciais; e de segurança. Todas elas entrelaçadas e simultâneas, tendo como núcleo a necessidade do indivíduo (refugiado) que atua como protagonista para sua construção, a fim alcançar estabilidade, provisão, direitos e segurança, bem como adquirir meios de subsistência e acumular recursos.

A dinâmica da agência do refugiado sírio no Cairo cria uma ampla ‘teia de conexões’ que parte de cada indivíduo ou família. Suas necessidades se tornam o ‘centro’ dessas teias. Diariamente, para suprir suas necessidades, o indivíduo busca, organiza e compartilha os contatos, criando, assim, uma dinâmica de trocas simultânea e solidária. Os agentes acionam as redes que lhes convêm, ou seja, essas relações discretas variam de acordo com as necessidades e com a oportunidade oferecida, contando com a perspicácia e a criatividade de cada refugiado.

Como apontou Lederach (2012), a geografia social é mais complexa e envolve vários níveis de interação entre atores, instituições e poderes. Para cada família ou indivíduo acompanhados, os tipos de conexões e barganhas entre atores diversos e instituições foram identificados.

Saliente-se que a relação e o nível de influência entre os atores dessas redes são condicionais e mudam o tempo todo, quanto ao papel que desempenham para determinada família ou indivíduo. Exemplificando: os líderes de mesquitas ou padres são acionados quando há necessidade ou há alguma oportunidade que trará benefícios para a família ou indivíduo. Caso estes atores não tenham como suprir a necessidade do momento, eles são mantidos na rede, mas substituídos por outro que o faça. Assim, o agente busca a conexão com outros atores



à medida que esses atores entrem para suprir essa necessidade, o que vai ampliando cada vez mais o espaço relacional de cada agente.

Ao me aproximar e acompanhar a rotina de alguns indivíduos e suas famílias, percebi que o modelo de ‘infiltração invisível’, descrito por Bayat (2001; 2010), é utilizado pelos refugiados como estratégia e estimula o desenho dessa estrutura de invisibilidade, estabelecendo também uma relação bastante condicional com o GE e com a comunidade local.

Essa estrutura criada também se baseia em uma ‘barganha invisível’, como descrita por Pugh (2021), pois a atuação é condicional entre atores. Ou seja, o refugiado autoassentado é o núcleo das redes, mas sua liberdade de atuação é condicionada. O silêncio político e social e o engajamento em produzir economicamente são o ‘passaporte’ para a vida fluir na ‘marginalidade’. Para serem tolerados e terem sua mobilidade nos espaços geográficos e sociais, os refugiados negociam muita coisa, entre elas, sua identidade e autonomia. Esse assunto será discutido mais profundamente nos tópicos seguintes.

É importante ressaltar aqui que, em se tratando dos refugiados estudados nesta pesquisa, mesmo quando mudavam a posição e a importância dos atores acionados em suas redes, bem como as prioridades de acordo com sua necessidade, os atores e as instituições que constituíam essas redes permaneciam os mesmos. Por exemplo, para a família de uma das interlocutoras, as principais conexões dessa rede eram as mesquitas, as ONGs e redes sociais, por meio de atores diversos dentro delas. Para a família de outra interlocutora, essa hierarquia de prioridades mudava: eram ONGs criadas por refugiados de outras nacionalidades, empresários que desempenhavam um ‘papel-chave’ em suas redes de apoio às suas estratégias de enfrentamento. Para a de um terceiro interlocutor, igrejas, parentes, amigos e ONGs formavam suas conexões.

Assim, o que se pode identificar é que, para os agentes, esses atores, apesar de serem os mesmos dentro do escopo geral dos atores que compõem as redes, na invisibilidade, variam sua influência em uma complexa e fluida dinâmica local, em que o espaço relacional muda de acordo com necessidade, segurança, confiança e oportunidades.

O mais importante aspecto dessas relações é que elas têm seu ‘eixo de conexões’ no próprio agente (o refugiado) que busca uma mesma estrutura de rede para se apoiar, ainda que não conte com alguns atores com os quais, no padrão ‘convencional’, deveriam contar (como Acnur, GE e outros parceiros formais do Acnur, como Caritas).

Nessa dinâmica marginal e invisível, a influência que as instituições exercem também é determinada pelos critérios dos indivíduos e famílias, de acordo com a necessidade e oportunidades oferecidas. Por exemplo, algumas famílias não mantinham nenhum contato

direto ou indireto com Acnur ou Cáritas, exceto quando precisavam. Assim, as condições para essas instituições serem procuradas está relacionada à confiança, segurança, necessidades, ou se essa organização oferece oportunidade ou ajuda relevante para aquele momento.

Os principais atores dessas redes são as instituições internacionais formais, a sociedade civil e as ONGs, formais e informais, e mediadores diversos refugiados. Os refugiados e os migrantes se conectam a esses atores, independentemente de ‘*status*’ e nacionalidade, para ativar suas estratégias de enfrentamento, pois necessitam do apoio dessas conexões para sua subsistência na invisibilidade.

As instituições formais e informais, internacionais e locais, de ajuda constituem grande parte dessa rede de apoio estabelecida entre refugiados, comunidade de acolhimento e GE. São nessas instituições que os refugiados conseguem complemento financeiro, via ajudas assistenciais; educação complementar, como capacitação profissional, línguas e reforço para crianças; saúde; empregos temporários; e mediação de conflitos. Nos últimos anos, o número de organizações que prestam alguma assistência aos refugiados aumentou significativamente, porém, a partir de 2015, o GE passou a controlar e intervir nos recursos financeiros vindos do exterior e nas organizações com foco político e direitos humanos (MAHMOUD,2017).

De acordo com Mahmoud (2017), a maioria dessas organizações locais formais e informais, que se multiplicam, é criada pelos próprios indivíduos (migrantes, refugiados e egípcios). No entanto, devido à natureza fluida das populações de refugiados e os problemas com angariação de fundos, muitas delas têm vida curta. A maioria dos programas são operados por ONGs de igrejas, são mais estáveis e com foco comunitário, voltados para assistência imediata, oficialmente visando reassentamento e repatriação, mas contribuem indiretamente para a integração *de fato*.

São muitas as instituições internacionais e regionais que atuam localmente. Dessas instituições, as principais que prestam serviços aos refugiados e são parceiras de implementação do Acnur no Egito são: Caritas e *Catholic Relief Serviços* (CRS), que têm acesso direto ao Acnur e ao GE, além de instituições religiosas (principalmente igrejas e mesquitas) e algumas ONGs sediadas no Grande Cairo. Entre as ONGs que visitei para esta pesquisa, há *Refuge Egypt* (também parceira de implementação do Acnur), *StARS*, *Comming Generation Organization* e algumas ONGs informais que pediram para não serem citadas, por atuarem extraoficialmente.

Somente os refugiados registrados no Acnur têm acesso a essas organizações. A maioria das ONGs formais exige documentação regularizada (os cartões amarelos ou azul) para que os refugiados tenham acesso aos recursos e ajudas oferecidos por elas, o que gera distanciamento

e diminuição da procura por refugiados, por migrantes não documentados, exceto as ONGs de pequeno porte e as que atuam na invisibilidade, na sua maioria para cobrir as lacunas de assistência.

As ONGs locais de pequeno porte, com foco nos refugiados têm uma acessibilidade maior aos refugiados não documentados e ajudam no processo de integração com a comunidade de acolhimento, conectando-os e ampliando a geografia social dentro do espaço físico. As necessidades-chave que motivam tanto os refugiados não documentados quanto os documentados a optarem por estas instituições locais, mais do que pelas grandes instituições, são a segurança, a acessibilidade burocrática e o fato de se sentirem mais incluídos, compreendidos e assistidos.

Essas instituições de pequeno porte (regularizadas ou não regularizadas) se tornam cada vez mais atores importantes na articulação das redes, fortalecendo a parceria entre sociedade civil e refugiado. Apesar das limitações de recursos, elas são mais acessíveis, pois fornecem serviços para as populações não documentadas, que não têm acesso ao sistema formal, como Caritas e CRS, e contribuem com a vida dos sírios e outras nacionalidades desprovidas em áreas variadas: de saúde, educação, emprego, ajuda financeira, treinamento e profissionalização; e de outras áreas, como cuidado reforço educacional infantil e línguas estrangeiras.

De acordo com o relato de alguns interlocutores refugiados, se não fossem esses recursos e oportunidades oferecidos por esses meios menos burocratizados que não criminalizam, muitos deles não teriam sobrevivido. Se dependessem somente dos programas ‘convencionais’ e formais de Acnur, GE e ajuda humanitária, eles estariam totalmente desprovidos. Ao descrever os programas convencionais de apoio e proteção, eles criticavam sua distância, sua omissão, sua obsolescência e sua falta de comunicação. Explicar-se-á melhor esse ponto nos tópicos a seguintes.

As ONGs locais de iniciativa da sociedade civil e dos próprios refugiados passam por muitas limitações, ao oferecerem ajuda humanitária e/ou desenvolvimento humano. Elas contam com ajuda de voluntários sírios, egípcios e de outras nacionalidades e atendem ‘aos necessitados’, que podem ser sírios ou de qualquer nacionalidade e até egípcios que necessitam. Essas ONGs se caracterizam por serem menos especializadas, têm visão e missão híbridas e às vezes são um pouco confusas, e com burocracia flexível. Elas também são flexíveis quanto à sua rede de voluntários e seu público-alvo também (GRABSKA, 2006<sup>a</sup>; MAHMOUD, 2017).

Uma das grandes dificuldades encontradas nessas ONGs locais, principalmente as que não são autorizadas, ressaltadas por alguns interlocutores, é que, mesmo sendo as mais

acessíveis aos refugiados não documentados, o atendimento oferecido é frágil e restrito, devido às limitações dos recursos financeiros, e, por não estabelecerem contato com outras ONGs, tornam seu serviço enfraquecido. Um outro fator que enfraquece os serviços oferecidos é que focam mais na demanda por assistência, perdendo-se em seus alvos. Mesmo se criada com um fim ou um público-alvo específico, acabam ampliando sua forma de funcionamento e seus beneficiários, o que, até os trabalhadores reconhecem, enfraquece a qualidade do serviço oferecido.

Das sete ONGs locais visitadas, três delas eram legalizadas com autorização oficial do GE, incluindo as parceiras do Acnur, já citadas, e quatro delas funcionavam extraoficialmente. Muitas tiveram suas causas sob suspeita do GE, por isso tiveram sua documentação negada, reabrindo com outro nome e continuando a oferecer serviços sem autorização legal. Outras eram conectadas a igrejas e mesquitas.

Em quase todas, observei o mesmo padrão: missão confusa, visão muito abrangente e confusão de público-alvo específico. Por exemplo, uma delas trabalhava há anos com sudaneses e refugiados africanos e agregava uma longa experiência com esse grupo, mas, devido à demanda, passou a assistir sírios também, trazidos pelos mediadores e pelas redes, por causa da necessidade de ajuda. Ocorre que muitos trabalhadores não conhecem a história e a realidade dos sírios no Egito, contribuindo para a superficialidade da ‘ajuda’ oferecida e comprometendo a qualidade serviço.

Algumas delas desejavam trabalhar com desenvolvimento humano, mas acabaram precisando fortalecer a frente de assistência, distribuindo alimentos e ajuda financeira para as famílias, trazendo implicações para a qualidade do serviço oferecido.

Em outra ONG local a que tive acesso, ficou muito difícil de entender a conexão entre sua missão e visão, em seus programas de atendimento ao público. Quando procurei, por exemplo, o objetivo de alguns projetos desenvolvidos no momento, eles não tinham clareza quanto aos alvos, às metas e à estratégia para suprir a necessidade do momento. Ela era confusa quanto ao objetivo do seu programa de desenvolvimento humano, de curto, médio ou longo prazo, seus trabalhadores demonstravam poucas habilidades profissionais e pouca consciência das reais necessidades dos sírios, porém, um desejo forte de ‘ajudar’.

Em outra ONGs não regularizada, percebi grande hesitação quanto à presença de uma ‘estranha’. Somente depois que fui introduzida por uma das interlocutoras principais – que me acompanhava nesse dia e que era membro ativo dessa ONG – consegui ter acesso aos programas que também eram tão indefinidos que foi difícil de compreendê-los. Porém, a maioria dos

refugiados assistidos por ela se sentiam contemplados e assistidos com seu serviço e recomendavam para outros dentro de suas redes discretas, segundo interlocutores (Diário de Campo, OLIVEIRA, 2021).

A irregularidade na documentação e a atuação discreta deixaram um vácuo relacional que enfraquece a rede com as grandes organizações, como CRS e Caritas e o próprio Acnur. No geral, muitas dessas instituições de pequeno porte formais e informais locais se entrelaçam em parcerias e treinamentos com ONGs internacionais de grande porte (como *Save the Children* e *Oxfam*). Em geral, elas enviam indivíduos para participarem de treinamentos oferecidos, que vão como profissionais independentes e aplicam seu conhecimento na ONG em que trabalham. Muitas delas, apesar de ‘boas intenções’, tornam-se ineficazes para as necessidades de longo prazo dos sírios e, ao invés de ajudá-los para mudar sua situação de ‘invisibilidade’ e ‘marginalidade’, ajudam a manter esse estado por não terem força política suficientes (Diário de Campo, OLIVEIRA, 2021; GRABSKA, 2006 a; GOZDZIAK E VALTER, 2011).

Importa saber que, nessas ONGs de apoio que atuam na ‘marginalidade’ e ‘invisibilidade’, ao contrário da burocracia exacerbada do sistema convencional – que restringe um número alto de refugiados por não possuírem documentação oficial, do Acnur, elas dinamizam um nível de relações que aproxima os refugiados e gera confiança, respeito e autonomia. Inclusive, quando não documentados, tratam eles sem discriminação ou marginalização. Ao mesmo tempo, devolvem a voz e autonomia para esses agentes e abrem pontos de acesso para as grandes organizações de ajuda que, aos poucos, vêm perdendo a conexão com seu público e se tornando obsoletas.

Ao acompanhar diálogos nas páginas do *Facebook* da CRS, por exemplo, identifiquei refugiados reclamando de contato, acessibilidade, *e-mails* não respondidos e rejeição em cursos profissionalizantes devido à documentação. Isso também acontece com outras organizações parceiras do Acnur, e com o próprio Acnur, deixando essas organizações cada vez mais distantes e inacessíveis, devido à rígida burocracia, para refugiados ou não documentados em busca de ajuda.

Em um dos casos, eu participei como voluntária de três dias de registros para o curso de línguas em uma dessas ONGs e vi muitos refugiados autoassentados não conseguirem acesso aos cursos por não possuírem documentação do Acnur, embora comprovando sua situação de espera e suspensão documental.

As redes de refugiados, familiares e étnicas são inclusivas e solidárias e ampliam o espaço relacional na comunidade de acolhimento. Elas funcionam no nível dos próprios

refugiados sírios, e refugiados e migrantes de outras nacionalidades também. Elas são fortes atores nessas redes. Como supracitado, esses indivíduos dinamizam e criam ONGs, formam grupos de *WhatsApp*, *Facebook* e outras redes acessíveis. Os motivos familiar-étnico-religiosos se misturam, fortalecendo a solidariedade, na sua maioria, sem discriminação.

O contato com outros indivíduos e o vínculo familiar e étnico são ‘chaves’ para algumas famílias. Pois, em situações de dificuldade, eles entram em contato com amigos que conhecem outros amigos que têm contato com outras ‘pessoas-chave’, o que abre oportunidades de responder suas necessidades, em situações específicas, como problemas de saúde física e mental, moradia, segurança e educação. Isso caracteriza essas conexões como orgânicas, flexíveis e dinâmicas.

Os ‘*Brokers*’ ou mediadores, são outros ‘atores-chave’ nessa rede. Esses mediadores são indivíduos que, por motivos diversos, mercenários ou altruístas, atuam como ponte entre o indivíduo, sua necessidade e a oportunidade de mudança. As redes estabelecidas com os ‘mediadores’ variam de acordo com a procura e serviço oferecido, o que também é diverso. Dentro das *Sha’bias*, essa ‘ponte’ é essencial, informal e irregular.

Os serviços identificados nesta pesquisa são diversos, desde conseguir moradia mais barata e negociação com proprietários, até a provisão de documentos ilegais. Muitos refugiados procuram esses mediadores para conseguir visto e enfrentar a burocracia nos escritórios administrativos do governo, como o *General Administration of passport, immigration and nationality*, que substituiu o antigo *Mogamma* para requerimento de vistos e residência. Os mediadores enfrentam filas, pegam *tickets* e preenchem os formulários de requerentes, por terem mais experiência em lidar com as burocracias.

Outro serviço oferecido pelos ‘mediadores’ são contatos com assistência financeira, ajuda para educação e matrícula; ajuda na área de saúde e empregos etc. Alguns mediadores atuam como ‘assistentes sociais’ movidos pela religião, outros pela empatia e outros por recursos financeiros. Alguns são membros de igrejas ou mesquitas com o intuito de ajudar e fazer caridade.

Em uma visita, em 6 de Outubro, eu tive a oportunidade de acompanhar uma mãe de um garoto de 13 anos, que sofria com um problema de saúde mental ainda não diagnosticado e precisava de um psiquiatra. Esse mediador entrou em contato com o médico psiquiatra (que era cristão) e conseguiu uma consulta gratuita para, a partir daí, ver como seriam os próximos procedimentos. Não fui autorizada a entrar no consultório. O mediador me pediu para esperar no carro. Quando voltaram, ele me falou que a família havia conseguido as próximas consultas

por um terço do preço e o médico iria tentar encaminhá-la para ajuda fisioterapêutica, pois a garota também tinha problemas de locomoção. A família também conseguiu os exames neurológicos por meio de (parceiros) da igreja que se uniram para pagar pelos exames.

De acordo com interlocutores, esses mediadores também podem ser os próprios refugiados ou egípcios que fizeram das necessidades dos imigrantes e refugiados um negócio. Por já conhecerem alguns procedimentos e processos, utilizam-se da sua rede de contatos para oferecer algum tipo de serviço, alguns são pagos, porém não usam meios irregulares. Em outros casos, há ilegalidade, por exemplo, no caso da documentação (algumas delas falsas).

Em um dos casos que acompanhei, uma garota síria de 21 anos precisava de documentação e investiu todo o seu salário para que um ‘mediador’ conseguisse providenciar toda a documentação. Ela casou *online*, seu noivo estava na Síria e ela estava correndo para conseguir viajar para a Síria, para encontrá-lo. Ela estava ‘ansiosa’ com seu retorno, porque ia deixar sua família, universidade e seu emprego parcial, em um consultório de prótese odontológica, para passar sua lua de mel na Síria, porém, não queria perder a oportunidade de voltar. Segundo ela, foi pago um valor de 4.000 EGPs ao mediador que estava fazendo o procedimento.

Esses mediadores também oferecem serviços ilegais. Em um dos casos observados, que exemplifica bem essa situação, um jovem de 27 anos, conseguiu um passaporte (falso) com dupla nacionalidade, para ensinar inglês em uma escola americana, que pagava um alto salário e era bastante criteriosa. Ela conseguiu essa documentação por meio de um ‘mediador’ e pagou valor exacerbado por ela. Conheci também vários apartamentos alugados por ‘*brokers*’ e sublocados para jovens trabalhadores em situação não documentada ou que utilizavam documentação falsa.

Líderes de mesquita e padres também atuam como mediadores e há outros ‘mediadores’ locais voluntários que assumem esse papel de mediação circunstancialmente, conseguindo moradia e mediando conflitos entre comerciantes e a polícia de fiscalização, questões relacionadas à saúde e outras formas de assistência para as famílias. Em linhas gerais, na prática, as mesquitas e as igrejas são instituições importantes nessas redes e atuam em várias dimensões de influência, inclusive, como mediadores entre refugiados e GE (Diário de Campo, Oliveira 2021). Como é o caso do El Hossary, em 6 de Outubro, que se tornou o centro das relações entre sírios. A região em torno do El Hossary ganhou o nome de ‘*little Damasco*’ como explicado no início deste capítulo.

Quanto às características da forma de atuação dessas redes desenvolvidas pelos sírios, pode-se destacar a atuação na ‘invisibilidade’ e na ‘marginalidade’. A ‘invisibilidade’ é consequência do medo e da insegurança e está contida na agência diária dos refugiados, não reduzindo sua capacidade de atuar, mas forçando-os a atuar por meio dessas conexões ‘marginais’.

Outras características dessas redes é que são dinâmicas, porque mudam as prioridades e hierarquias na busca por ajuda; são complexas e multidimensionais porque atuam em diferentes esferas sociais, ativam diferentes atores e diferentes motivos; são orgânica e intuitivamente orientadas, baseadas na experiência que se desenvolve na rotina e nas relações que acontecem enquanto são testadas; e, não seguem uma metodologia, uma única técnica específica, nem uma liderança coordenando as ações.

Elas são redes invisíveis, pois utilizam formas discretas e camufladas para passarem despercebidas, evitando modelos conflituos de resistência e ativismo público. Como descrito, essa agência em rede se configura a partir da necessidade e das oportunidades advindas de indivíduos e famílias que ampliam seus contatos e conexões, gerando um imenso capital social, baseado em vínculos de amizade, familiares, religiosos e étnicos.

Encontrar formas de moradia, estudo, saúde, lazer e trabalho sem documentação dentro do país de acolhimento é um verdadeiro malabarismo. Dentro desse cenário, a maior rede estabelecida está concentrada na necessidade de emprego ou qualquer outra forma de sustento financeiro. Conseguir recursos ou um bom salário para si próprios é uma das maiores estratégias de sobrevivência na ‘invisibilidade’ e, aos poucos, se tornou uma estrutura alternativa criada ‘de baixo para cima’. A fragilidade no sistema de proteção deixa os refugiados vulneráveis aos mais diferentes tipos de exploração do trabalho.

De acordo com interlocutores locais, a comunidade síria é uma ‘família’, dentro dos espaços relacionais observados. Apesar de todos falarem bem dos egípcios, nota-se que eles não desenvolveram muitos amigos fora do escopo dos próprios sírios, mesmo os jovens que frequentam universidades e trabalham em outras partes da cidade. Muitos sírios, principalmente os que tiveram condições financeiras para empreender novos negócios, investem com mais frequência nos próprios sírios. Seus vínculos familiares, étnicos, culturais e religiosos são muito profundos, mas isso não significa que eles não tenham um bom relacionamento com outras nacionalidades e com egípcios. Após os anos de propaganda e criminalização dos sírios, o relacionamento com egípcios tem sido reestabelecido com a ajuda desses atores e da forma



como os sírios ‘barganham’ nessa estrutura construída na invisibilidade (PUGH,2018; HASSAN, *et al.*, 2018)

Em observações realizadas em estabelecimentos comerciais sírios dentro de *centers* e áreas populares em 6 de Outubro, foram identificadas redes de supermercados e outros estabelecimentos comerciais sírios, que dão prioridade aos compatriotas. Na opinião de alguns interlocutores sírios, é seu dever aliviar o sofrimento da espera dos ‘irmãos sírios’. Esse tipo de vínculo ajuda, principalmente, aos sírios que estão desprovidos de documentação. Ao revisitar o local e outras lojas do mesmo supermercado, vi que os sírios que trabalhavam lá estavam bem satisfeitos e observei as mesmas conexões étnicas e familiares entre empregados e empregadores, em outras áreas comerciais onde prevaleciam os estabelecimentos de sírios (Diário de Campo, OLIVEIRA, 2021).

Para Ayoub e Khalaf (2014) e Mahmoud (2017), os sírios com maior poder aquisitivo que chegaram no Egito com provisões, e que abriram seus próprios negócios, respeitam e priorizam esse vínculo, quando vão contratar, fortalecendo as redes entre eles. As conexões baseadas em etnia, famílias, amizades, religião se diversificam e funcionam como um forte mecanismo de comunicação entre grupos que buscam proteção, alertas de situações perigosas, novos empregos, possibilidades de treinamento profissionalizante e outras formas de evitar o risco e de se expor. As informações circulam baseadas nos vínculos de confiança, pela necessidade de se proteger, visando preservarem-se de situações de risco, serem enganados, explorados ou criminosos. Na maioria das redes a que tive acesso, esse mecanismo de proteção funciona muito bem.

Em algumas situações, é nessas redes que a exploração acontece, pois, pelo fato de funcionarem sem nenhuma regulação ou liderança, também acabam sendo um espaço em que criminosos e exploradores atuam. Muitas delas tiveram efeitos colaterais, contribuindo para a exploração e insegurança, ao invés de proteção. Nesses casos, essas redes serviram como um espaço em que os empresários sondaram os necessitados e ofereceram salários baixos e empregos perigosos, ampliando a rede de exploração.

Nas áreas comerciais, descobri que alguns grupos de *WhatsApp* são utilizados por vários empresários para encontrar trabalhadores sírios de “perfis ideais”, que são indivíduos vulneráveis, que estão em péssimas condições financeiras, desesperados por qualquer tipo de emprego e aceitando qualquer remuneração.

Algumas famílias entram ‘inocentes’, confiando no vínculo familiar, étnico e religioso, em busca de oportunidade. Porém, descobrem que esses empregadores, mesmo dando

prioridade aos refugiados não documentados e compatriotas, não têm boa intenção, os deixam em condições precárias (com relação aos direitos e à segurança).

Muitos desses empresários também enfrentaram vários desafios de fiscalizações, altos custos e encargos sobre seus negócios. Minhas várias incursões nas áreas *sha'bia*, na 'Syrian Street' – rua onde prevalecem os estabelecimentos sírios e considerada uma área de lazer e entretenimento para os sírios de 6 de Outubro, acrescentaram muita compreensão sobre os desafios e os problemas enfrentados por microempresários migrantes no Cairo e suas maneiras de resolvê-los.

Alguns cafés que visitei já tinham mudado de dono mais de três vezes devido à dificuldade de lidar com a fiscalização local, algumas vezes corrupta, exigindo multas e taxas exorbitantes ou ameaçando fechar estabelecimentos não regularizados. Assim, para fugir de multas e da possibilidade de perder seu negócio, muitos deles entram na dinâmica de subornos.

Nessas áreas, também foram encontrados muitos egípcios que trabalhavam para empresários sírios, juntamente com sírios que trabalhavam para empresários egípcios, desenvolvendo uma relação amigável que, de acordo com Hassan *et al.* (2018), vai além da parceria comercial, estendendo ao vínculo social, cultural e religioso. Em uma tarde, eu estava sentada em um dos cafés na 'Pequena Damasco' e observei o horário da oração. O chefe estendeu o tapete e me pediu educadamente para esperar, se precisasse pedir algo, pois seus garçons precisavam ausentar-se para seu momento de oração. Eu respondi que tudo bem. Então, na frente ao café, ele mesmo preparou tudo, para que seus trabalhadores participassem, juntamente com ele, do momento sagrado.

Outro aspecto que motiva e caracteriza a criação dessas redes é a enorme teia que conecta trabalhadores informais nas ruas. Estes indivíduos criam estratégias para enfrentar os inúmeros desafios de segurança e instabilidade diários. Ao acompanhar algumas famílias e indivíduos em sua rotina de trabalho de rua, observando a dinâmica de camelôs não regularizados das áreas de *Shoubra*, *Attaba*, centro de Giza e centro de 6 de Outubro, eu percebi dinâmicas específicas que caracterizam os camelôs no Egito, não somente para refugiados e migrantes, mas também para os próprios egípcios.

Antes mesmo que a fiscalização do GE os recolha, ruas e áreas não permitidas se tornam aglomerados de vendedores de todos os tipos e, na disputa por espaços públicos, calçadas, esquinas e praças tornam-se locais de conflito para alguns, sem mediação ou qualquer tipo de organização oficial. Uma multidão de homens e mulheres, de várias idades e regiões do Cairo, toma as ruas de forma tão rápida que o local muda a característica, em questão de horas, ficando

intransitável, com uma mistura de carros e gente, deixando a visão caótica. Minha primeira impressão foi de que aquela confusão não tinha nenhum tipo de coordenação.

Vendedores de frutas e legumes misturados com roupas e todos os tipos de utensílios domésticos. Um verdadeiro camelódromo espontâneo toma as ruas. Ao gastar mais tempo observando e visitando locais específicos, como *Shoubra*, *Attaba* e o centro de 6 de Outubro (áreas distintas do grande Cairo), pude entender que havia várias conexões e coordenadores ‘invisíveis’. Em áreas como *Shoubra e Attaba* (perto do centro do Cairo), por exemplo, foi encontrada uma diversidade de nacionalidades.

Em 6 de Outubro foi comum ver egípcios misturados com sírios e várias outras nacionalidades, como sudaneses e eritreios, a maioria ambulantes. Com a ajuda de interlocutores, pude ter acesso a muitas informações e observações, o que levou a ampliar a minha compreensão sobre as redes físicas e virtuais de segurança entre refugiados e a própria comunidade. Uma das primeiras coisas observadas é que os grupos mudavam: ao retornar nos dias seguintes, nas mesmas áreas, não era possível encontrar o mesmo grupo. Descobri que muitos deles mudam por segurança, devido à irregularidade do negócio.

De acordo com Grabska (2006a), essa insegurança, no Egito, não representa a possibilidade de *refoulement*, entretanto, o que constatei é que essa dinâmica pode resultar em prisões ou perda dos seus produtos, assim, as ruas são locais de vulnerabilidade em que os refugiados utilizam sua rede para descobrir e se articular quanto aos riscos do dia. A situação é instável, porém, para os migrantes e refugiados não documentados é ainda mais arriscada, de acordo com interlocutores. Muitas dessas redes funcionam via grupos de *WhatsApp*, o um dos mecanismos utilizados para compartilhamento de áreas mais seguras para expor seus produtos.

Um outro aspecto observado, que caracteriza e motiva a forma como essa estrutura funciona, é a necessidade de se manterem seguros, diminuindo riscos de perder seu negócio ou produtos, atuando em casa ou via aplicativos. Em visitas a famílias sírias, observei negócios funcionando dentro dos espaços domiciliares, que eram utilizados como comércio informal.

Em uma das minhas visitas em um apartamento no distrito 6, da cidade de 6 de Outubro, tive oportunidade de ser recebida por uma família síria para o café da manhã, que normalmente varia entre o horário 10:30 a 12h e, logo depois da oração islâmica, ao meio-dia, preparam-se para começar a rotina de trabalho. Após o café, fiquei para observar a casa sendo transformada em local de trabalho, para iniciar a produção de quentinhas. Os homens da casa saíram para trabalhar na rua com suas ferramentas e, aos poucos, chegaram as vizinhas para completar a equipe. As duas vizinhas, uma de 29 anos e a outra de 43, não eram parentes e vinham todas as

manhãs para rodar o empreendimento. Enquanto estavam sentadas à mesa cortando os ingredientes para o cardápio, observei como se organizavam. Elas preparavam por dia cerca de 35 quentinhas e deixavam comida extra para os pedidos de última hora. Uma delas anotava todos os pedidos feitos, na maioria, por telefone, ou feitos pelo famoso aplicativo de entrega *Talabat*.

Essas três mulheres que estavam ali não se conheciam na Síria, viviam em cidades diferentes, e, devido a um treinamento de culinária e *bussiness* que receberam em uma ONG local, se conectaram e resolveram trabalhar juntas. Elas também ampliaram essas conexões entre as mulheres que se ajudavam via um grupo de *WhattApp* e ONGs locais, onde recebiam treinamentos e cursos profissionalizantes. Uma característica importante é que outras nacionalidades acabam sendo incluídas, por se conectarem por meio das necessidades.

Essa visita, além de esclarecer muito sobre as redes, também trouxe muita informação sobre suas situações emocionais, frustrações, medo e incertezas. Enquanto trabalhavam, recebi uma enxurrada de perguntas sobre o Brasil. Elogiaram-me, como estratégia para perguntar sobre minha vida pessoal, se eu era casada, se tinha filhos, como fui parar no Egito, se era jornalista, mesmo já me tendo apresentado. Quando me senti à vontade, observei algumas fotos penduradas na parede. Nas fotos havia uma moça bonita que estava pousada em pé em um escritório, que também parecia bem localizado, com uma bela vista no *background*.

Descobri que era a filha, de 27 anos, da dona da casa, que trabalhava como administradora na Síria nos anos antes da guerra, mas agora estava vivendo na Alemanha, pois tinha conseguido ser reassentada. Observei que, quando falava sobre sua filha, a dona da casa encheu seus olhos de lágrimas. Mais tarde descobri que essa mãe já havia tentado se unir à filha várias vezes, sem sucesso.

Muitos refugiados reclamavam que tiveram o pedido de reassentamento negado, acreditavam que não eram reassentados devido à idade, utilidade, formação etc. Alguns interlocutores reclamaram dizendo não ser nada fácil, pois eles selecionavam muito e a burocracia era bem pesada e longa. Muitas vezes, quando conseguiam, já estavam estabelecidos e não queriam mais deixar suas casas, amigos e família.

Os negócios domiciliares e familiares, de acordo como Montaser (2019), constituem uma estratégia de invisibilidade comum entre os sírios, pois trabalhar em casa ou com membros da família e oferecer os produtos pela Internet se torna uma atividade econômica mais segura. O grande problema observado é que o mesmo espaço onde dormem, se alimentam e se reúnem como família, para assistir televisão à noite, também é seu local de trabalho. Esse é um cenário

que se tornou rotina na vida de muitos interlocutores que me ajudaram nas observações, que viviam no distrito 6, de 6 de Outubro, e que viviam essa mesma dinâmica em casa ou conheciam várias famílias que viviam o mesmo dilema diário.

Em uma outra visita familiar, a um homem de 39 anos, pai de quatro crianças, em 6 de Outubro (uma área mais rural), acompanhei o horário de entrega dos produtos da safra de morangos e outras frutas. Eles dividiram os membros em grupos que iriam para áreas diferentes das cidades de Giza e Cairo. A estratégia era se instalarem em frente às estações de metrô, esperando os horários de pico, em que os guardas da fiscalização já se haviam recolhido. Essa também era uma estratégia para diminuir os riscos. Em uma das incursões ao centro de Giza acompanhando um deles, encontramos o seu vizinho sírio de 17 anos vendendo frutas, que mostrou o passo a passo de como sua rede virtual atuava para identificar e coordenar as áreas de maior segurança.

Esse tipo de trabalho aumenta o nível de ansiedade por causa das inúmeras instabilidades e inseguranças enfrentadas devido ao caráter clandestino desses negócios, que não somente enfrentam desafios de segurança e de mobilidade. Um alto nível de precariedade foi identificado, nas condições de transporte desses produtos para o local de venda. Em uma das famílias acompanhadas, ficou claro o quanto o trabalho informal em casa e nas ruas era emocionalmente desgastante, cansativo e arriscado. Entretanto, mesmo sendo um grande desafio para os migrantes e os refugiados, é uma estratégia inteligente que exige uma dinâmica ativa entre eles para prover e aumentar os recursos financeiros da família.

Isso contribui para a grande rede de comunicação entre os ambulantes, que avisam uns aos outros quando a situação pode-se transformar em insegura, com a chegada da fiscalização. Dentro do metrô, presenciei várias expulsões de vendedores, por policiais, que em algumas situações atrasavam o horário de saída no metrô para efetuar a 'batida' policial.

Um outro fator que motiva e caracteriza as redes é o acesso à educação. O fato de a educação ser regulamentada para os refugiados não diminui as dificuldades de acesso. O nível de gestão das escolas públicas egípcias é um fator muito apontado pelos refugiados sírios, há uma grande lacuna no acesso e na qualidade do ensino, que é difícil até para o próprio egípcio. No caso da educação, as redes são estabelecidas para ajudar no acesso e para reforçar o sistema educacional, que é precário. São muitas as iniciativas, mas o número de atendimentos, na prática é muito pequeno e torna-se precário em meio às questões estruturais. As escolas criadas pelos próprios sírios não têm autonomia para fornecer certificados. Assim, os estudantes frequentam a escola pública egípcia para conseguirem certificados. Já nas universidades, os sírios têm

acesso como os egípcios, passando pelo mesmo processo seletivo e exames nacionais, mas, para isso, precisam ser documentados.

Em uma das ONGs não regulamentadas com foco na educação básica, que visitei, criada pelos próprios sírios para ajudar no processo educativo, grande parte da conexão era feita através de *WhatsApp* e comunicação oral. Em conversas com interlocutores, para compreender melhor como a rede de educação complementar funciona, eles explicaram que as ONGs eram descobertas por conexões na própria comunidade, que se iam divulgando entre eles por meio de amigos, parentes e até egípcios, que também desfrutavam dessas iniciativas, em alguns casos, e se tornavam parceiros voluntários.

A busca por moradia a baixo custo, decente e em áreas seguras também caracterizava essas redes, uma vez que atuavam sem autorizações, sem uma estrutura de proteção e sob vulnerabilidade política social e econômica. A exploração na habitação se torna um fator que determina a busca entre as redes por áreas seguras e de baixo custo. A insegurança é um fator-chave nessa busca e muito mais apontada nas áreas do distrito 5, onde há comunidades como *Abo El waffa e Beit El Eyla*, comunidades, da cidade de 6 de Outubro.

Nas minhas observações em campo, também tive oportunidade de contatar os corretores de imóveis por telefone e marquei algumas visitas, para entender o efeito do fluxo de sírios sobre os aluguéis de casas e os preços, em 6 de Outubro e outras áreas próximas. Os aluguéis em 6 de Outubro variavam entre 800 (50\$) Le a 2000 Le (120\$)

O preconceito e a discriminação também foram identificados no processo de conseguir moradia. A nacionalidade também ajuda a determinar o preço. Muitos corretores agem com resistência ao descobrir que os locatários são refugiados ou migrantes africanos. Já em outra situação, de acordo com a nacionalidade, os preços variam. Em um dos casos em que fiz uma simulação, para alugar o mesmo apartamento, que seria alugado por um sírio por 2.000 Le (120\$), triplicou o preço para 6.000 Le (360\$), quando o proprietário descobriu que eu era brasileira. Quando perguntei por telefone, pedi para uma amiga falar em árabe, logo depois liguei falando inglês e descobri que, para mim, o preço havia triplicado. Assim, muitos deles utilizam um amigo ou mediadores para alugar o apartamento, muitas vezes, com ajuda de familiares, para fugir da exploração.

Para evitar o aumento dos custos de subsistência, famílias sírias adotam muitas estratégias. Nas visitas às famílias tive oportunidade entender melhor como funciona e quem faz a mediação quando a situação do *status* não está legalizada. Muitos sírios, como apontado por Montaser (2019), dividem a casa com familiares para conseguirem alugar e pagar o aluguel.

Isso ficou bastante claro em um das minhas visitas a uma outra família, que abriu oportunidade para participar do ‘café da manhã’.

Nesse apartamento, no terceiro andar, em um prédio situado no distrito 5 de 6 de Outubro, fui recebida pela família para o café da manhã, que revelou muitos aspectos das lutas diárias de uma família síria. Com muito carinho e respeito, a mesa posta no chão da sala de estar logo ficou rodeada por sete pessoas da casa. Quatro eram membros da família que havia alugado o apartamento, com a ajuda de um *Imã* (que é membro da mesquita), e três pessoas que estavam na mesa eram familiares distintos que vieram morar com eles para dividir os custos. Havia um tio recém-chegado de uma das cidades do sul do Egito, Luxor, sua esposa e um dos seus filhos, ou seja, um total de duas famílias. O apartamento tinha dois quartos e as mulheres dormiam com as filhas nos quartos. Os homens, à noite, dividiam a sala que, durante o dia, transformava-se em local de trabalho e, na segunda refeição, em sala de estar novamente. A adaptação e a flexibilidade do espaço de moradia também ficaram muito aparentes nessa visita.

Em uma outra visita, na família de uma das minhas ex-alunas, pude passar um dia inteiro com eles e à noite fui convidada para dormir na casa, para participar da rotina de trabalho do dia seguinte. Em um apartamento de dois quartos, em 6 de Outubro, duas famílias e mais dois sobrinhos vindos recentemente da Síria moravam juntos, fazendo um total de oito membros.

Nesse dia, participei do café da manhã e da rotina de trabalho das mulheres, que transformaram a sala da casa em local de consertos de roupas, com duas máquinas de costura, foi quando pude ajudar, cortando as linhas, e no que precisava. Os homens desempregados saíram em busca de serviços temporários mediados pela mesquita local.

No final do dia todos foram voltando, aos poucos, para a grande sala, que mais cedo havia servido como local de trabalho e, naquele momento, transformou-se em sala de estar novamente, com a mesa posta no chão para a refeição (que nesse caso foi as 19:00), permanecendo lá, após a refeição, para que os homens se reunissem para o chá, que significa mais um momento de lazer entre os homens da família. Enquanto nós, mulheres, nos reuníamos no quarto, elas tiraram seus *hijabs* (lenços para cobrir o cabelo) para ficarem mais à vontade, é importante acrescentar, que em algumas famílias essa separação entre homens e mulheres na hora de reunir a família não existe, todos sentam juntos e não há separação. Na hora de dormir, um pouco mais de meia-noite, pude ajudar e ver o processo de preparação dos cômodos. Como o apartamento se transformou novamente, dessa vez em dormitório, móveis foram desmontados para que os colchões se espalhassem pela casa, mulheres dormissem no quarto e homens na sala.

Nesse dia, minha compreensão foi ampliada, quanto as frustrações e inconveniências encontradas nesse tipo de moradia compartilhada, observei como o mesmo apartamento foi utilizado para funções diferentes em apenas um dia, e como as pessoas fizeram concessões e adaptações para conviver de forma saudável e respeitosa. A alegria de me receberem não escondeu o constrangimento em me explicar como era incômodo viver daquele jeito. A face da dona da casa mudava em expressões de desconforto e preocupação com o bem-estar dos membros da família. Também notei o inconveniente dos véus, pois, pelo fato de haver homens com parentesco distante, como os dois jovens, as mulheres não podiam ficar sem seus véus. Aos poucos, o incômodo dessa situação ficou muito aparente.

Nessa curta estadia, pude acompanhar essa família em momentos de alegria, brincadeiras e prazer, e, ao mesmo tempo, o seu desdobramento para que tivessem o mínimo de subsistência. Muitas famílias de baixa renda utilizavam essa estratégia de compartilhamento para que a renda familiar alcançasse os custos básicos, de alimentação, aluguel e transporte.

A criatividade e a adaptabilidade foram aspectos fortes observados em algumas casas visitadas, em que o espaço físico, além de abrigar um grande número de membros (agregados), também era um espaço de trabalho, como explicado, para produção de quentinhas, costura, artesanato, ferramentas de marcenaria e bancas de camelôs. O desgaste emocional ia ficando mais claro a cada visita feita e a situação de precariedade e desgaste físico e psicológico, na rotina, principalmente, das mulheres, que, de acordo com a cultura e a religião, precisam cuidar de todos os membros da família.

A segurança é outro fator que motiva a agência invisível e as redes relacionadas a moradia. A maioria das famílias que moram em *Abu Al Waffa e Beit El Ayla* e em outras partes dos distritos 5 e 6 de Outubro reclamam da segurança. Muitos se conectam para improvisar grades entre os prédios e câmeras para evitar roubos. Uma visão bem comum, ao caminhar pela área, são as cercas de arame farpado para tentar impedir pequenos furtos nos apartamentos térreos. Muitos moradores sofrem também com o descaso da segurança pública, unindo-se à comunidade de acolhimento para pagar seguranças privados.

Nas áreas de lazer, o controle da polícia com relação aos jovens também é constante. Em alguns pontos, nos distritos 1 e 5 em 6 de Outubro, era comum sempre que havia uma aglomeração de jovens, principalmente, ver homens vestidos com roupas “à paisana”, sentados às mesas e disfarçados, ouvindo conversas para sondar se havia algum tipo de motim ou assuntos políticos.



Alguns jovens já os conheciam e sabiam quem eram. No *Mac Donald* e *KFC*, na área da ‘Pequena Damasco’, todas monitoradas “camufladamente”, a maioria dos interlocutores principais que me acompanharam, em 6 de Outubro, reconheceram os policiais. Depois de retornar algumas vezes, percebi que eles sempre estavam no mesmo posto, mudando de roupa apenas para disfarçar, porém, sempre os mesmos homens. Eu mesma fui interceptada, em uma de minhas incursões em *Abu Al waffa*, quando esperava meus amigos. O policial, sem trajés formais, me fez uma série de perguntas e pediu para ver minhas fotos e registros no celular, mostrei e ele checkou minhas fotos, não entendi exatamente o que ele estava procurando, em seguida me devolveu o celular e me liberou.

Para evitar esses constrangimentos e não ficar sob suspeitas, as redes de conexão entre os jovens funcionam muito bem, eles têm grupos no *WhatsApp* e *Facebook* (com perfis disfarçados), que relatam os perigos nessa área. No *Facebook* e no *Instagram*, meninas sírias também compartilham abusos, desrespeitos e situações, especialmente em áreas, em 6 de Outubro, por onde não devem transitar, principalmente, quando vão estudar juntos ou fazer trabalhos da universidade, porque não são seguras.

### **3.2 ESTRUTURA CONVENCIONAL, REDES INVISÍVEIS E INTEGRAÇÃO DE LOCAL**

Ao longo desses dez anos no Egito, os refugiados sírios ativaram todas as estratégias de enfrentamento que puderam, em busca de integrar-se e de viver de forma digna dentro das cidades do País. Em alguns casos, sem sequer passar pelas redes da estrutura convencional. Esse fato conduziu minha observação a ficar atenta para entender que fatores contribuíram para a estrutura convencional ‘de cima para baixo’ se tornar ineficaz e obsoleta ao longo desse período e a estrutura ‘de baixo para cima’ se tornar tão forte.

Na esteira das soluções duráveis, a estrutura convencional ‘de cima para baixo’, está longe de atender à necessidade dos refugiados. Essa estrutura é controlada pelo GE, mas delegada ao Acnur e suas parceiras de implementação, ONGs locais, e instituições locais como igrejas e mesquitas. Essa estrutura não oferece o aparato necessário defendido pelo Acnur para a autossuficiência do refugiado no processo de integração, tornando-se ineficaz na prática.

Esse fato é expressado por Grabska (2006a) como uma questão extremamente negligenciada ou mal gerida pelas instituições convencionais. A questão da autossuficiência dos refugiados passa a ser limitada pelo sistema vigente, quando se trata da abordagem para

desenvolvimento dos projetos, programas e políticas, criados pelas instituições de ajuda que atuam no campo da migração no Egito. De acordo com Sperl (2001 p.3),

*[t]he UNHCR policy on refugees in urban areas has two principal objectives: to promote the self-reliance of refugees and avoid their dependency on UNHCR assistance; and to discourage the irregular movement of refugees between countries by limiting the assistance made available to them. In doing so, the policy affirms that “the overriding priority remains to ensure protection and, in particular, non-refoulement and treatment in accordance with recognised basic human standards”.*

Nos parâmetros do Acnur, esses programas deveriam ser inclusivos e aumentar a autossuficiência entre os refugiados, diminuindo a dependência de assistência em dinheiro por meio de atividades, como microcrédito, colocação de emprego e treinamento vocacional que conduza ao emprego (GOZDZIAK E VALTER, 2011).

Em sua pesquisa *Who asked them anyway? Rights, Policies and Wellbeing of Refugees in Egypt*, Grabska (2006) enfatiza alguns pontos importantes que deveriam ser considerados nesses programas. Primeiro, que os refugiados são de fato autossuficientes, o que já é uma realidade em suas rotinas diárias, e a dependência da assistência financeira recebida do Acnur é mínima, constituindo uma pequena porcentagem de seus orçamentos.

Em segundo lugar, os refugiados têm procurado ativamente soluções para seus problemas, inventando estratégias criativas de autossuficiência. E, por fim, é preciso fornecer condições para a autossuficiência, pois diminuir a ajuda financeira, e não dar condições legais para essa autossuficiência, tem deixado os refugiados em um profundo estado de vulnerabilidade econômica, política e social.

Na perspectiva dos refugiados, as permissões legais são cruciais para sua autossuficiência, porém, isso não tem sido levado em consideração pelas instituições convencionais. Nesses dez anos de refúgio, ao elaborarem novos projetos que conduzam à autossuficiência, muitos deles já perderam até a esperança de alcançarem seus direitos, liberdade e mobilidade (DIÁRIO DE CAMPO OLIVEIRA, 2021; GRABSKA, 2006a, p. 42).

Na perspectiva dos refugiados, de acordo com Grabska (2006 a), os programas não atendem às suas necessidades no autoassentamento e são ineficazes para a realidade da vida diária deles, porém, isso não os impede no processo de integração nas comunidades de acolhimento. Eles consideram esses programas incompatíveis, pois são focados no reassentamento e em uma futura repatriação, e não nos desafios da integração. Esses programas não levam em consideração que muitos refugiados desejam residência, trabalho formal e estabilidade, pois já criaram vínculos econômicos e sociais.

Muitos deles alegam que, ao invés de se concentrar em ajuda e projetos irrelevantes, o Acnur e ‘essas instituições de ajuda’ deveriam concentrar seus esforços junto ao GE para promover seus direitos e documentação necessários. Por falta desses direitos, o que resta aos refugiados é se infiltrar por “conta própria” nas comunidades e criar suas formas de sustento na ‘irregularidade’ e na ‘marginalidade’, o que expõe a contradição existente nas abordagens das instituições convencionais.

Neste processo de buscar ser orientado para promover a autossuficiência, organizações parceiras, como a CRS, e outras parceiras de implementação do Acnur, por exemplo, tentam criar programas que, de acordo com alguns trabalhadores do campo e refugiados, tornam-se paliativos, pois não oferecem soluções para o cerne do problema das soluções duráveis.

Elas promovem capacitação para organizações comunitárias de refugiados (CBOs) e associações de base comunitária (CBAs). A maior parte da implementação e da operação dos parceiros do Acnur criam suas políticas de assistência com base na necessidade percebida por eles e não pelos refugiados e comunidade de acolhimento. Como explicado por Grabska (2006 a) e Gozdziaik e Walter (2011), há uma distância significativa entre os programas oferecidos pelas instituições de ajuda, principalmente as de grande porte, que não baseiam suas percepções nos refugiados, o que leva essa estrutura ao distanciamento do seu público, sendo criticada por seus projetos e programas hierárquicos, distantes e ineficazes (GRABSKA, 2006a).

Uma outra crítica tecida pelos refugiados, com relação a esses programas oferecidos tanto pelas instituições de ajuda, quanto pelo Acnur, é que, mesmo com uma política voltada para a geração de emprego, seu modelo de gerenciamento é ‘de cima para baixo’, muito técnico e burocrático (BERGLUND, 2016).

De acordo com Grabska (2006 a), os refugiados reclamam também que esses programas e projetos são superficiais, pois na prática não lidam com necessidades reais, acessibilidade aos direitos e autorizações, segurança humana e desafios de documentação, necessárias para a vida diária dos refugiados, que sofrem inúmeras barreiras burocráticas, por exemplo, para o setor de emprego formal.

Na perspectiva de alguns interlocutores, burocracia e exigência de documentação, autorizações oficiais de trabalho, altos níveis de desemprego local e falta de qualificação da maioria da população refugiada tornam a situação difícil para os refugiados. A insegurança e a falta de proteção aos empregados não documentados também são problemas sérios enfrentados no dia a dia:

[...] como a maioria dos refugiados trabalham no setor informal, eles geralmente recebem um salário mais baixo do que os egípcios e não têm recursos legais se forem

maltratados pelo empregador (Al Sharmani 2004; Grabska 2005). No entanto, alguns refugiados, especialmente aqueles com habilidades especializadas, encontram acesso a empregos formais e altamente qualificados (Grabska 2005, p. 42).

Assim, os refugiados reivindicam que deveria haver uma ênfase maior na criação de canais legais oficiais para os refugiados terem acesso ao trabalho, sem exploração salarial, com igualdade de turnos e outros detalhes relativos a segurança no trabalho, e que eles deveriam ter tratamento igual ao dos egípcios. Em outras palavras, essas instituições com maior acesso ao GE deveriam estar mais concentradas em prover direitos para uma real autossuficiência, ao lutar pela aplicação das leis e políticas de proteção, incluindo eles no processo decisório, se não como atores centrais, pelo menos como sujeitos alvo desses projetos.

Ainda observando a estrutura convencional, vale a pena lembrar que o GE entregou a responsabilidade maior para o Acnur e as instituições parceiras e, de acordo com os refugiados, eles não têm gerenciado de forma eficaz e inclusiva essas questões, deixando-os de fora, como os maiores interessados (GRABSKA, 2006 a, PASCUCCI, 2014). O refugiado percebe e ressalta a distância e a incapacidade do Acnur e, por mais que a Agência seja uma instituição que luta para promover reformas internas, ainda reflete contradições sistêmicas, e uma política ‘de cima para baixo’.

Na prática, a autossuficiência proposta se reduz a diretrizes no papel e as parcerias com organizações ainda refletem o modelo desenvolvimentista e distante do refugiado. Nesse caso, o Acnur perpetua o modelo burocrático tradicional, refletindo a ambivalência do GE e a ineficiência das instituições parceiras de implementação, perdendo a confiança dos refugiados.

Quando se trata da abordagem em campo do Acnur, a distância entre as diretrizes previstas em políticas, programas e projetos para autossuficiência do refugiado é nítida. Como explicado, no Egito o Acnur terceiriza grande parte do seu trabalho, investe em treinamentos e outras formas financeiras nas instituições formais locais, como ONGs, CBOs (organizações de base comunitárias).

Uma grande parte das instituições parceiras do Acnur está concentrada em burocracia, medidas administrativas e assistência financeira, mesmo oferecendo uma série de ajudas de diversas formas: treinamentos, *workshops* e outras iniciativas para recrutamento que, mesmo agregando conhecimento e certo empoderamento, ainda estão longe de incluir a percepção dos beneficiários na participação dos programas de ajuda (PASCUCCI, 2014).

De acordo com Grabska (2006 a), isso gera vários efeitos colaterais, como a reprodução do paradigma desenvolvimentista e colonial de ver sempre as soluções e as respostas partindo das instituições para o refugiado, engessando as possibilidades. Lederach (2012) critica essa

visão dos aparelhos convencionais e a descreve como linear e excessivamente técnicos, que despreza a diversidade de atores e a multiplicidade de possibilidades que podem surgir nessas teias relacionais.

Para Grabska (2006 a), essa visão ‘de cima para baixo’, que está contida na cultura das instituições que trabalham para promover soluções duráveis, acaba sempre concentrada no reassentamento e em uma possível repatriação. Berglund (2016) considera que esse modelo de gestão ‘de cima para baixo’ se revela na hierarquia de programas e projetos (local e nacional) e reflete na exclusão e na relação entre instituições e os refugiados. Para Pugh (2021), tornam-se excludentes, a ponto de anular a identidade e a subjetividade do sujeito e, como consequência, perdem a comunicação com os mesmos.

Ao ressaltar o desenvolvimentismo de programas e projetos, que exclui a percepção dos refugiados do processo decisório, Grabska (2006) descreve o descontentamento dos próprios refugiados com esse modelo exploratório e excludente. Os refugiados percebem essa exclusão, alguns conscientes e outros intuitivamente e, mesmo assim, utilizam esses programas e assistências financeiras.

Ao mesmo tempo, utilizam outras vias informais e outros mediadores locais para acrescentar benefícios. Porém, seus mecanismos ‘extraoficiais’ são criminalizados, considerados escusos e ilegais por muitas dessas instituições e pelo GE, resultando na criminalização da estrutura. Ao criminalizarem as iniciativas dos refugiados, tanto o GE quanto as instituições formais perdem a comunicação, diminuindo o acesso local (PUGH, 2021).

Em uma conversa com interlocutores em 6 de Outubro, ficaram claros vários aspectos dessa separação e exclusão. Um deles é quando se trata de trabalhar ou buscar ajuda nessas ONGs, quando descreveram a relação do seu trabalho voluntário e remuneração, por exemplo, sentiam-se usados ou negligenciados. O salário é baixo, mas o voluntariado é mantido na expectativa de obter um autodesenvolvimento e sair da situação de vulnerabilidade social, política e econômica. Alguns sonham em trabalhar em ONGs internacionais ou até mesmo com a oportunidade de reassentamento (GRABSKA, 2006<sup>a</sup>, OLIVEIRA, 2021).

Dentro desse modelo convencional desenvolvimentista, Pascucci (2014) identifica e critica as bases do modelo neoliberal de exploração do trabalho utilizado nos “espaços da ajuda”. O que a autora se refere a ‘espaço de ajuda’ físico e simbólico é o local de atuação dessas instituições de ajuda, onde atuam para fornecer ajuda; espaços estes que deveriam acolher e proteger o refugiado. Porém, de acordo com Pascucci (2014), no Egito, esses espaços estão concentrados no recrutamento para gerar mão de obra a baixo custo para sustentar ‘a

indústria do desenvolvimento’, ou até mesmo para o mercado de trabalho, e atender as parcerias com empresas privadas. Seus programas são desenvolvimentistas e mantêm uma estrutura colonial exploratória que exclui, ao invés de integrar.

Essa questão é destacada na pesquisa de campo de Pascucci (2014), que expõe uma característica comum no modelo convencional utilizado pelas ONGs e CBOs convencionais, e esse modelo é também percebido e criticado pela maioria dos interlocutores (trabalhadores locais) em campo, principalmente refugiados, que percebem a diferença no salário, a desproteção com relação aos seus direitos do trabalho, e a insegurança salarial.

Mesmo conscientes das diferenças salariais, contudo, eles se voluntariam ao emprego na esperança alcançar melhor situação. Em uma das ONGs visitadas, os voluntários (professores e servidores) recebiam 150 Egp (10\$, mensalmente), referentes a 20 horas de trabalho semanal, o que não paga nem mesmo o transporte. Muitos deles permanecem no emprego porque acreditam que o acesso a determinada rede pode abrir caminho para o reassentamento ou outras formas de trabalho mais dignas (Diário de Campo, Oliveira, 2021).

De acordo com Pascucci (2014, p.108), “[h]oje, em nível global, a grande maioria dos trabalhadores empregados na ‘indústria da ajuda’ são recrutados localmente e, na maioria dos casos, precariamente empregados”. No caso do Egito, muitos refugiados vivem essa mesma dinâmica, principalmente, entre os muitos jovens refugiados educados e multilíngues. Para Pascucci (2014), essa relação de trabalho reproduz duas contrastantes subjetivações políticas que moldam o contexto e revelam as bases das políticas de proteção e segurança humana:

Por um lado, o emprego dentro do Setor de ONGs - e a promessa associada de inclusão em um setor de orientação internacional e ambiente socioeconômico cosmopolita - levam ao surgimento de subjetividades que abraçam os valores de autossuficiência e empreendedorismo promovido pelo desenvolvimento neoliberal. Por outro lado, reproduzindo legados coloniais (Kothari, 2011; Eriksson Baaz, 2005), hierarquias geopolíticas e padrões locais de exclusão sócio espacial, as relações de trabalho dentro da indústria de ajuda desmentem o ética humanitária de 'cuidado' e as narrativas de empoderamento sobre as quais os projetos humanitários internacionais e de desenvolvimento são baseados, causando descontentamento [...] (PASCUCCI, 2014, p. 107).

Assim, nesse processo de integração *de fato* vivido pelo refugiado, lidar com o modelo institucional vigente, hierárquico e exploratório, que subjuga o sujeito, faz-se necessário e constante, a busca por outras formas ativas, em que os sujeitos políticos possam sair dessa rede de exclusão e encontrar caminhos para garantir sua subsistência e direitos (ISIN, 2008). Dentro do “espaço de ajuda”, Pascucci (2014) inclui o Acnur, pois, mesmo sob seus princípios que visam à autossuficiência do refugiado, no contexto egípcio gerencia esse espaço de ajuda sob o mesmo formato desenvolvimentista e neoliberal, exposto também por Grabska (2006 a).

Nesse ponto, fica claro como ‘o direito de ter direitos’, pontuado por Isin (2007), está no cerne da agência diária dos refugiados e na forma como eles buscam seus direitos, mesmo que muitos não tenham conhecimento dos seus direitos, como ressalta Pascucci (2014), e Grabska (2006 a), ou estejam conscientes das limitações impostas pela ‘barganha de invisibilidade política e social’, pontuada por Pugh (2021).

Assim, como Grabska (2006 a) lembra, se as instituições convencionais não levarem em consideração a agência ativa e a percepção dos refugiados com relação aos seus direitos e as suas próprias respostas aos problemas, terão que lidar com as consequências da ineficácia e a obsolescência de muitos dos seus programas e projetos, que se tornarão cada vez mais distantes do seu público (refugiados), afetando o desenvolvimento econômico e social das comunidades de acolhimento e os alvos de desenvolvimento do país.

No contexto egípcio, essa distância entre essas estruturas já é um fato. Ao lidar com a inacessibilidade devido às barreiras burocráticas e administrativas, os refugiados incluem na sua rede atores diversos e que estão fora do escopo convencional (MONTASER, 2019; MAHMOUD, 2017). Como apresentado no início deste capítulo, sua rede conta com atores diversos: mediadores (legais e ilegais); empresas privadas; ajuda religiosa; e instituições locais, formais e informais que, mesmo limitadas financeiramente e em seus programas, acabam sendo mais próximas da sua vida diária.

A necessidade de desenvolver sua agência em redes dentro do autoassentamento, em que a proteção é precária e não há um sistema organizado de acolhimento, leva a estratégias diversas, como apresentado no tópico anterior, e, em todas elas, é possível identificar que a ‘invisibilidade’ é um mecanismo estratégico e necessário para se proteger da violência intrínseca na estrutura e na cultura institucional que atua no Egito.

Como aponta Montaser (2019), esses exemplos supracitados são estratégias inteligentes e criativas que partem de migrantes e refugiados em busca de garantir seus direitos e acessos para uma subsistência digna. É importante ressaltar que essa atuação é ativa e individual, sem pretensões de ativismo público e ação coletiva, também sem liderança organizada, mas que tem, aos poucos, garantido sobrevivência e ganhado espaços sociais e políticos, estabelecendo, assim, uma estrutura com apoio da sociedade civil. (HASSAN ET AL., 2018; MONTASER, 2019; BAYAT, 2010).

Os sírios atuam, dinamicamente, driblando a estrutura institucional convencional e desafiando os conceitos tradicionais de agência e cidadania, formalidade e legalidade. Dessa forma, eles desenvolvem uma estrutura alternativa que resulta nessa dinâmica agencial que, por

sua vez, força a estrutura para uma mudança social construtiva (LEDERACH, 2012) e reconfigura as dinâmicas institucionais, formando uma governança paralela e um vasto espaço de integração.

### **3.3 – POTENCIALIZANDO INTEGRAÇÃO LOCAL**

Sob essa estrutura convencional do país de acolhimento, os refugiados se infiltram, se autoassentam e se integram de acordo com suas possibilidades. Alguns guiados pela consciência dos seus direitos, outros guiados pela intuição, interesse, ou oportunidades, mas sempre com o objetivo de suprir suas necessidades mais urgentes, com muita criatividade e habilidade constante de se adaptar. Ao longo desses dez anos, no Egito, eles mostram alcançarem o mínimo de dignidade.

Os sírios vêm adaptando sua agência diária e suas redes, que aos poucos acumulam um vasto capital social. Essa rede, com o tempo, tem ganhado força e apoio da sociedade civil e de outros atores comunitários, transformando-se em uma ‘estrutura invisível e marginal’ que funciona paralelamente, redefinindo a hierarquia da proteção e assistência aos refugiados de várias nacionalidades que estão em ‘estado de espera e suspensão’ no contexto egípcio, como alega Pascucci (2014).

A força dessa estrutura ‘complexa’ que atua ‘de baixo para cima’, desenvolvida pelos refugiados, vem do cansaço da espera e da incerteza, que geram uma reação ativa à negligência e à omissão contidas da estrutura convencional e violenta do GE, e é reificada, de forma indireta, pelas grandes instituições de ajuda responsáveis pela proteção.

Esse estado descrito por Pascucci (2014), em que o “tempo suspenso” gera uma integração incerta e insegura construída na ‘espera e provisoriedade’, foi um dos pontos ressaltados em campo e pelos interlocutores nas comunidades de acolhimento. Segundo eles, o tempo de espera e a insegurança estão entre as maiores frustrações, tanto para os refugiados quanto para muitas ONGs locais que tentam inseri-los no mercado de trabalho e ajudá-los a viver uma vida digna. Muitos refugiados alegam que a condição prolongada de refúgio e a vida na invisibilidade em condições irregulares drenam suas forças e os desgastam emocionalmente. Para muitos deles, a condição indefinida de espera por soluções é o cerne da violência estrutural (Diário de Campo, OLIVEIRA, 2021; PASCUCCI, 2014).

Utilizar a invisibilidade para se integrar não é uma estratégia nova. Muitos refugiados, principalmente no Sul Global, escolhem essas medidas para, de alguma forma, permanecerem



no país, para serem aceitos ou passarem despercebidos. De acordo com Pugh (2021), ‘barganha de invisibilidade’ é uma medida desenvolvida pelo migrante ou refugiado como uma estratégia para ser tolerado no país. Por ser não escrita, invisível, ou um acordo condicional, na prática, essa barganha funciona mais que leis e políticas convencionais vigentes implementadas pelas instituições formais do governo acolhedor e da sociedade civil.

Na análise de Pugh (2021), no caso do cenário estudado por ele (América do Sul), há um alto nível de cobrança por parte do Estado e da sociedade acolhedora para com o migrante ou refugiado, estabelecendo critérios de invisibilidade política e social não escritos, para que sejam tolerados e aceitos no país.

A expectativa do país de acolhimento quanto à invisibilidade política significa que os “migrantes devem fazer reivindicações ou demandas políticas ao governo, especialmente usando ações públicas e coletivas para exigir direitos” (PUGH, 2018, p. 983). Por invisibilidade social, ele se refere à “expectativa de que as características e práticas dos migrantes que são distintas das normas definidas pela sociedade de acolhimento – incluindo idioma, religião, costumes ou mesmo diferenças raciais visíveis – devem ser minimizadas ou ocultadas em público”. Isso seria o que comumente se discute como “assimilação cultural” (PUGH, 2018, p. 984). Ou outros tipos de estratégias de invisibilidade em que o migrante é forçado, é ‘compungido’ pelas forças sociais a utilizar. Na perspectiva de Pugh (2018, p. 984),

[s]ob esta barganha da invisibilidade, os julgamentos sociais sobre as ações e identidades dos migrantes determinam sua relação com o Estado e seu direito de existir em paz. Em lugar do contrato social de cidadania, a relação informal de dependência mútua que conecta os migrantes ao Estado de acolhimento afeta sua segurança, subsistência e aceitação como membros da comunidade política (Bosniak 2006).

No Egito também se identifica essa barganha, entre refugiado e GE. Ao analisar com essas lentes a relação constituída pelos sírios com a estrutura convencional no Egito, no seu processo de integração, a ‘barganha de invisibilidade’ se torna uma estratégia essencial diante do cenário de violência estrutural em um Estado autoritário.

Os mecanismos de resistência e agência variam de acordo com o nível de repressão, negligência e apoio da sociedade civil local. Grabska (2006 a), ao analisar a agência dos sudaneses no Egito, também ressalta que, de certa forma, há uma condicionalidade para o refugiado ser tolerado, o “bom comportamento” político, social e econômico.

Bayat (2001, 2010) ressalta que, além da condicionalidade, essa necessidade dos ‘informais’ de permanecerem ‘fora do radar’ do Estado se torna urgente, quando se trata de

Estados autoritários que não permitem qualquer tipo de agência relacionada ao ativismo ou reivindicação coletiva e pública, levando os marginalizados ao ‘*Quiet Encroachment*’, a ‘infiltração silenciosa’ para se integrarem e aos poucos sutilmente, garantirem seus direitos e acessos, bem como constituírem seus espaços de ações políticas e ampliem suas redes sociais.

Montaser (2019), ao estudar os autoassentamento dos sírios no Grande Cairo, descreve essas estratégias como meios de conquistar e reconfigurar seus direitos, porque demarca novas fronteiras para a cidadania além do ‘*status*’, mesmo não desfrutando de cidadania oficial. Assim, eles lutam pelo ‘direito de ter direito’, como aponta também Isin (2007).

A agência dinâmica e invisível dos refugiados gera uma nova estética social, econômica e política de atuação dentro dos espaços relacionais criados e desafia a estrutura convencional que tem uma atuação engessada e ‘de cima para baixo’. Suas redes de interações, que são mais intuitivas e orgânicas, não seguem os padrões de gestão convencional –tecnicistas e legalistas, mas um modelo de gerenciamento de recursos ‘de baixo para cima’, que, nos espaços relacionais, atuam com mais horizontalidade, articulando atores e instituições de diferentes níveis hierárquicos, sendo acionada multilateralmente, a partir das suas necessidades e oportunidades, com caráter adaptativo e atuando de forma orgânica e flexível. (LIDERACH, 2012; PUGH, 2021).

Eles contornam as regras implícitas nas estruturas convencionais, sugerem seus próprios meios, desenvolvem a habilidade de discernir caminhos entre as normas e leis, colocando suas necessidades e suas ações no centro, criando meios que os levam a soluções práticas e eficazes na rotina da cidade, sem, contudo, desafiar publicamente o sistema legal do país, em forma de ativismo público. Assim, quando são avaliados pela sociedade de acolhimento, não encontram o mesmo nível de criminalização que encontram na estrutura convencional.

A sociedade de acolhimento egípcia – mesmo com toda a campanha feita pelo GE entre 2012 e 2014 para criminalizá-los, associando-os a conflitos – tem participação ativa nessas redes. Para um cidadão egípcio, as ações dos refugiados em busca de sobrevivência são perfeitamente justificáveis. Sendo assim, aos olhos de um egípcio de baixa renda, que enfrenta a mesma violência estrutural, ou até mesmo aos olhos dos egípcios que acompanharam o processo através dos ‘olhos das mídias’, as estratégias para se integrar passam a ser compreendidas como saídas necessárias. Além disso, os egípcios percebem os sírios como parceiros histórico-étnico-religiosos. Os sírios também são respeitados pela ‘barganha invisível’ por movimentarem a economia local como agentes ativos no desenvolvimento da comunidade e país (HASSAN et al., 2018; PUGH, 2021).

Como descrito por Pugh (2021), a ‘barganha da invisibilidade’, mesmo com todas as limitações, é sustentada por uma teia relacional com atores alternativos, na sua maioria não estatais, entre refugiado, sociedade civil e ONGs de ajuda de pequeno porte. Isso fortalece o vínculo e dá força política. Mesmo sem intencionalidade de reivindicação, os sírios reconquistaram o apoio da sociedade civil, em contraposição à criminalização da estrutura convencional. Uma rede complexa passou a se estruturar a partir dessa agência.

Na visão de Lederach (2012), essas redes geram uma ‘energia social’ por meio das relações e dos vínculos que, por sua vez, mudam o espaço relacional: “as relações criam e emanam energia social, e são lugares para onde essa energia retorna para o senso de propósito e de direção”. Para ele (2012), “uma das chaves para a mudança social construtiva reside naquilo que define o tecido social”.

O capital social e o capital cultural que surgem e fortalecem a sociedade em torno, à medida que as relações e os vínculos vão-se expandindo, são baseados no respeito mútuo. A mudança social vai acontecendo nas áreas onde atuam e projetando os refugiados como atores ativos em busca de uma ‘cidadania’ intrínseca no ‘direito de ter direito’ (PACÍFICO, 2008; ISIN, 2008, MONTASER, 2019). Assim, as redes se tornam o núcleo de produção dessa mudança (LIDERACH, 2012). Mas, essa mudança nem sempre agrada, pois ativa ‘todos os tipos de atores’ e estratégias variadas, inclusive, as consideradas ilegais.

Na perspectiva dos refugiados, o comportamento das instituições convencionais é entendido como ineficiente e omissivo. Para eles, a negligência do GE é percebida como insensibilidade e descaso também por parte do Acnur e de seus grandes parceiros de implementação. A falta de participação na estrutura os leva a desenvolver uma percepção de que estão sendo excluídos das instituições formais. Com esse sentimento de exclusão política, social e econômica, sentindo-se sozinhos e vulneráveis, eles precisam prover seus próprios meios de sobrevivência, sendo liderados pelo medo e forçados a lidar com a negligência a longo prazo.

Ao contrário dos migrantes estudados por Nyers (2010), que lutam ativamente e publicamente pelos seus direitos no Canadá, Bayat (2001, 2010) acrescenta que, em contexto de governos autoritários e de constante vigilância, em que as vozes são caladas, é necessário criar meios de garantir a sobrevivência e esses meios se tornam essa agência política invisível possível, tomando seu espaço ‘sorrteiramente’, a ponto de desafiar a estrutura tradicional e recriar um modelo alternativo de soluções.

Pugh (2021) associa o nascimento desse tipo de agência à deficiência na comunicação entre as partes, que se torna comum em áreas em que a relação entre refugiado, Estado e instituições de ajuda formais internacionais e locais enfraquece. Ele argumenta também que os migrantes se submetem a essa ‘vida na marginalidade’ política e social de fato, por necessidade, atendendo a critérios implícitos para serem aceitos.

Assim, sua agência, mesmo sendo extremamente criativa, intuitiva e realística a ponto de criar uma estrutura alternativa, nem sempre gera resultados positivos, pois também os deixa expostos a todos os tipos de mediadores, empresas e outros atores que querem tirar vantagem da sua situação vulnerável e instável, assim como negociam suas identidades e autonomia, passando a viver para ‘agradar’ ou ‘não perturbar’.

Na fase de campo, foram observadas muitas situações de ‘desgaste’, como o comércio informal. O fato de serem identificados como refugiados, em algumas situações observadas, os deixavam em desvantagem, principalmente os não documentados. Em uma das visitas ao distrito 1, da cidade de 6 de Outubro, presenciei um conflito entre camelôs, um homem sírio e outro egípcio que disputavam um espaço público não autorizado.

Durante o conflito, ao notar que a polícia local foi acionada, o sírio precisou recuar e ceder discretamente, antes mesmo de a polícia chegar, pois não portava documentos, e pediu por favor para que o egípcio ficasse com o lugar para que a polícia não viesse “mediar” a situação.

Com o esclarecimento de um interlocutor, o fato ficou ainda mais claro, o comerciante egípcio tomou a vantagem por ser um cidadão local e ficou com o lugar em que o sírio tinha chegado primeiro. Os dois estavam sem autorização para o negócio, mas o sírio tinha “dupla irregularidade”, pois nem tinha documentação, nem autorização para exercer o seu negócio. Nesse caso, não poderia protestar e não poderia buscar seus direitos. Ele chorou em voz alta, sentindo-se injustiçado, enquanto líderes da mesquita próxima tentavam acalmá-lo, falando palavras religiosas.

Essas são situações diárias que surgem como efeito dessa ‘marginalidade’ que nega a representatividade e autonomia política e social. O migrante cede seu espaço e subjetividade para sobreviver, evitar conflito, permanecer invisível, passar despercebido e poder ser tolerado no país. O grande problema é que esse tipo de postura, aos poucos, corrói não somente a identidade política e social do sujeito, mas também causa inúmeros danos emocionais e psíquicos.

Outro caso presenciado na “Pequena Damasco”, na cidade de 6 de Outubro, foi um conflito semelhante ao supracitado –um conflito comum de se ver, ao caminhar pelos bairros populares do Grande Cairo, mesmo antes de a fiscalização recolher – uma disputa por espaço público entre camelôs. Nesse caso, os dois comerciantes eram refugiados não documentados, não eram portadores de autorização para o negócio e não podiam recorrer à polícia, então, recorreram a um dos líderes da mesquita, que de forma amigável conseguiu resolver a questão.

O que pude observar, nesse segundo evento, é um outro aspecto da invisibilidade, em que o migrante ou o refugiado não pode contar com a segurança pública, pois qualquer conflito é um risco de prisão ou perda dos seus produtos adquiridos a muito custo. Isso os leva a viver na camuflagem, sobrevivendo a esse tipo de situação, mas, muitas vezes, contrariados e extremamente desgastados emocionalmente. Ao descrever o sentimento, um dos interlocutores principais que me acompanhavam fazia expressões de repúdio, tristeza e indignação, repetindo “isso é muito injusto”, contando outros casos que havia presenciado.

No Cairo, nota-se que há parceria na comunidade acolhedora, nas áreas vulneráveis como Distritos 6 e 5, em que refugiados e migrantes de outras nacionalidades e egípcios de baixa renda, sob o mesmo sistema de vigilância e autoritarismo, sofrem quase no mesmo nível com a violência estrutural, protegendo nas redes invisíveis e utilizando-se dos mesmos mecanismos ‘ilegais’.

Essas medidas, porém, podem ser consideradas criminosas em muitos casos, e são “ilegais”, em se tratando da invasão de espaços públicos e quebra de leis e normas vigentes na cidade, como camelôs que invadem espaços públicos; provisão ilegal de água, energia elétrica; segurança privada promovida por “mercenários” locais e até redes de documentação ilegal.

Nas observações, eu identifiquei vários meios ‘escusos’ de suprir necessidades, como prover energia ilegalmente, com “arranjos elétricos” em que a energia é utilizada, mas não é paga na conta mensal. O mesmo com a utilização de água. Nas saídas criadas para segurança, em comunidades como *Abu El waffa*, considerada uma das áreas mais vulneráveis em segurança, da cidade de 6 de Outubro, foram identificadas câmeras instaladas e portões improvisados, fechando áreas de casas para autoproteção, que são estratégias criadas junto com a comunidade local para a proteção de todos. Há também os ‘seguranças’ privados.

Esses fatos trazem várias consequências negativas, para ambos os lados, tanto para o GE e sua estrutura convencional, quanto para refugiados, tornando a agência do refugiado sírios no Egito perigosa e estressante em muitos aspectos. As estratégias vindas da necessidade de uma vida na invisibilidade e na marginalidade garantem a sobrevivência, mas têm seus efeitos

colaterais, além de comprometer a qualidade de vida e a dignidade. Essas estratégias criativas e as soluções para subsistência ajudam quando se trata de sobrevivência a curto prazo, ou seja, como soluções temporárias, porém, desgastam-se a longo prazo, forçando-os a negociar suas identidades, permanecendo nessa invisibilidade e marginalidade de forma prolongada.

No cerne dessas estratégias, sejam ‘barganhas invisíveis’ ou ‘agência oculta’ e ‘infiltração silenciosa’, como apontam Pugh (2021), Pascucci (2014) e Bayat (2010), está a negociação da identidade. A negociação da identidade não é facilmente percebida, no caso do Egito. Entretanto, esse problema vai-se tornando aparente quanto se busca distinguir quem é sírio e quem não é, no dia a dia, em ruas, universidades, supermercados e outros ambientes.

Para lidar com a vida na marginalidade, o medo gera a cautela e a necessidade é o motor que os impulsiona na busca, mas o resultado acaba sendo o mesmo o desgaste físico, mental e emocional. Como afirma Pugh (2018, p 979), “[o]s migrantes enfrentam esses desafios sociais e também buscam estratégias políticas que contam com redes informais e negociação com atores locais não estatais, em vez de contestação pública aberta e demandas do governo”.

Essa invisibilidade social e política a longo prazo gera ‘silêncio’ do cidadão estrangeiro que luta pelos seus direitos, que se utiliza dessa rede paralela e, como resultado, ao invés de contribuir para o desenvolvimento social, econômico e político saudável do país, faz o oposto, levando a pequenos conflitos locais, aumento das áreas de habitação informal, comércio e economia informais.

Pugh (2021) também acrescenta que é nessa ‘lacuna’ onde o Estado de acolhimento perde, ao desprezar ou simplesmente não considerar a possibilidade dessas duas estruturas trabalharem juntas. Para ele, as instituições convencionais poderiam interagir com essas redes invisíveis de forma mais adaptativa. Entretanto, a agência dos refugiados, ao invés de ser estudada, entendida e potencializada, é negada, negligenciada e criminalizada. Esse processo resulta em ausência de diálogo com as instituições formais governamentais e não governamentais, perda da confiança por parte dos refugiados na proteção vinda dessas instituições, insegurança e aumento das vulnerabilidades econômicas sociais e políticas.

Isso contradiz o principal objetivo da integração, como consta nos fundamentos do Acnur, que é gerar autossuficiência e promover dignidade (SPERLS,2001). Do contrário, gera um movimento ineficaz que não promove a proteção e a segurança humana, contradiz acordos internacionais e as próprias metas de desenvolvimento do GE, que deveria aproveitar esse potencial da agência e das redes criadas e estabelecidas no processo de autoassentamento, para o seu desenvolvimento social local e nacional. Mas, ao invés disso, o GE insiste em sustentar

uma política de ambivalência e “Estado substituto”, restringindo liberdades (KAGAN, 2011; NORMAN, 2017)

De acordo com Norman (2017), essa ambivalência nega indiretamente os acordos internacionais, embora mantenha uma aparente fama de “país acolhedor”. Entretanto, na prática, afasta cada vez mais o Estado egípcio da população de refugiados e migrantes e abre espaço para outros atores atuarem na proteção e acolhimento ao refugiado:

Na medida em que uma política ambivalente exige que outros atores intervenham para realizar o engajamento em nome do Estado. Essa forma indireta de engajamento é exclusiva da pura negligência, pois o Estado está ciente da presença de migrantes e refugiados, mas se abstém de uma participação prática. Por outro lado, a ausência de engajamento, ou “não fazer nada”, significa que um Estado não só não tem relação direta com os migrantes ou refugiados em seu território, mas também não tem relação com as organizações internacionais ou sociedade civil atores que prestam serviços a esses grupos” (NORMAN, 2017, p. 15)

Grande parte dessas redes construídas pelo refugiado ‘de baixo para cima’ se concentra localmente, gerando uma governança que desenvolve uma dinâmica espiral, desafiando o sistema convencional a considerar e a reconhecer esse movimento discreto. Essa dinâmica causa mudanças reais no cenário econômico, sócio-cultural e político, porém, está longe de afetar, de forma prática, a estrutura legal do GE em nível nacional (MAHMOUD, 2017; GRABSKA, 2006 a).

De acordo com Norman, a distância da participação do Estado na relação estabelecida nessa rede entre refugiado-sociedade civil-instituições enfraquece sua participação, diminui as possibilidades de liderança e abre mais espaço para autoritarismo e violações dos direitos. E, como apontam também Pugh (2021) e Grabska (2006 b), políticas, programas, e projetos de assistência, proteção ou segurança humana que excluem seus interlocutores e população alvo da participação, tornam-se obsoletos e sem relevância para responder às necessidades dos refugiados e migrantes.

De acordo com Pugh (2021), esse cenário se torna comum nos países do Sul Global, que recebem um alto fluxo de refugiados na atualidade, nas áreas com uma forte presença de atores não estatais e instituições internacionais, em que o governo tem uma presença fraca, as redes que conectam os diferentes tipos de instituição emergem de forma mais adaptativa.

Essas redes são complexas e, mesmo com conflitos de interesses e missões entre os atores, tendem a ampliar os pontos de acesso a essa rede, que muitas vezes é invisível e de difícil acesso. É por meio dessas redes que os migrantes e refugiados buscam recursos necessários, encontram resiliência e autossuficiência para integração e elas podem-se tornar pontos de acesso para uma atuação mais democrática do Estado acolhedor.

Portanto, desprezá-las é uma atitude bastante displicente, por parte do governo acolhedor. Para Pugh (2021), essa rede pode dar ao governo acolhedor e às instituições formais um potencial de acesso nas áreas onde o Estado não atua. Vale ressaltar que esse acesso não é para a cooptação de atores ou exploração como uma nova roupagem neocolonial, ou seja, para que o Estado ‘use’ o refugiado para seu benefício, mas para que haja, de fato, um espaço para a participação do refugiado na criação de programas e políticas que beneficiem os dois lados.

Assim, essas redes construídas pelos refugiados têm um papel-chave não só para as soluções duráveis convencionais, como também abrem espaço para criar um modelo mais autossuficiente e abrangente de participação, como descreve Pugh (2021, p.48):

Redes de governança compostas por instituições estatais, não estatais e internacionais que compartilham informações, equilibram poder e incentivos políticos e negociam o enquadramento de desafios de migração compartilham pontos de acesso indireto para migrantes que buscam coexistir em paz e participar de decisões que os afetam sem violar invisibilidade política ao fazer demandas coletivas abertas ao Estado.

Para Pacífico (2013), essas redes de diversos atores podem ser coordenadas e conectadas pelo Acnur, e de fato redefinir o modelo de participação nos procedimentos legais e sociais. Inserir a agência do refugiado na construção dos programas e projetos que partem ‘de cima para baixo’ não é algo simples, mas pode ser o começo de uma grande mudança estrutural e que afete o nível nacional (GRABSKA, 2006 a; PUGH, 2021; GOYDZYAK E WALTER, 2011)

Potencializar esses atores e criar uma ponte de comunicação entre eles, tanto os formais como os informais, governamentais e não governamentais, aproximando-os cada vez mais da visibilidade e participação política, social, econômica e cultural, devolvendo a voz e a atuação consciente, pode trazer resultado eficaz (PUGH, 2021; PACIFICO, 2013). Para Grabska (2006 a, p.33), o que garante um sistema eficaz é a inclusão da percepção de direitos dos refugiados:

Enquanto as políticas internacionais ou nacionais são criadas e implementadas predominantemente por países de acolhimento e governos doadores, organizações internacionais e ONGs internacionais e locais, o sucesso dessas políticas depende daqueles a quem se dirigem. Uma série de estudos no desenvolvimento e a literatura sobre refugiados apontam para o fato de que os próprios refugiados são atores no processo de implementação de políticas, como sua aceitação ou rejeição de certos programas pode determinar o destino dessas políticas.

O sucesso das políticas depende do quanto o público as percebe e as aceita, bem como tem acesso a elas. Para muitos refugiados, as principais questões de preocupação são a proteção e segurança eficazes: “Os refugiados veem sua proteção não apenas em termos de estarem livres de prisões aleatórias e deportação, mas ligada à provisão de direitos humanos básicos, como acesso à educação, trabalho, habitação e serviços de saúde” (GRABSKA, 2006<sup>a</sup>, p. 33).



Portanto, tudo que os refugiados esperam – principalmente os que estão em situação prolongada de refúgio – é que esses programas e projetos resolvam seus problemas de direitos, não apenas ‘mudar seu status’ mas também criar possibilidades para que, de fato, possam sair da ‘invisibilidade’ e da ‘marginalidade’, não somente no papel, mas na prática diária.

Assim, possivelmente, a forma mais eficaz de fazer essas duas estruturas trabalharem para o mesmo fim, ou seja, atender às necessidades dos dois lados, o bem-estar do refugiado e o desenvolvimento local e nacional, no contexto do Egito, seria considerar essa governança local em rede, quebrando o ciclo de violência contido na cultura institucional que reflete uma estrutura “de cima pra baixo” desenvolvimentista e colonial, inserindo os principais beneficiários a partir das suas percepções e iniciativas.

O fim seria descriminalizar e incluir as redes desenvolvidas pelos próprios migrantes e refugiados na agendas, programas e projetos das instituições formais estatais e não estatais, unindo atores e aproveitando os acessos criados pelos mesmos para a construção de um desenvolvimento saudável local e nacional a longo prazo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como propósito geral, a pesquisa buscou entender o processo de integração do refugiado sírio no Egito, as características dessa integração e sua configuração no contexto interno. Assim, o objetivo foi analisar o processo de integração dos refugiados sírios no Egito entre 2011 e 2019, com a finalidade de compreender como se construíram as dinâmicas do processo de integração em um contexto de hostilidade e violência estrutural e analisar a agência informal destes refugiados e como contribuíram para a construção de novos processos sociopolíticos no país.

Para tanto, a pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e antropológica, que mesclou a pesquisa documental bibliográfica com o método com inspiração etnográfica. No trabalho de campo, a coleta de dados se apoiou na observação-participante. Assim foi-se construindo paulatinamente um entendimento mais aprofundado da realidade estudada. A proposta foi analisar também os efeitos da violência estrutural nas ‘estratégias de enfrentamento’ dos refugiados sírios no país e o modelo de ‘agência na invisibilidade’ criado por eles em meio a um cenário de acolhimento urbano e hostil, que resultou em uma forma específica de integração local de fato.

É importante considerar que os refugiados sírios enfrentaram, desde sua chegada ao Egito, a partir de 2011, uma longa espera, sob uma ideia ilusória de acolhimento nacional e promessas de proteção e cuidado que nunca se cumpriram. Com as mudanças políticas, econômicas e sociais no país, entre 2012 e 2019, eles sofrem com vulnerabilidade social e econômica que afeta sua qualidade de vida, em quase dez anos em situação de refúgio. Desde então, enfrentam limitações legais, políticas sociais e econômicas, como consequência de políticas evasivas e ambíguas e um acolhimento desordenado e mal gerido por parte do Governo Egípcio, que delega toda responsabilidade ao Acnur.

O sistema securitizado egípcio contribuiu para uma cultura de marginalização do refugiado sírio que, nos anos iniciais (2011-2014), se tornou senso comum entre a sociedade civil e as instituições parceiras do Acnur, que acreditaram na associação dos sírios aos terroristas, interferindo na relação e na participação política, social e econômica do sírio no Egito.

O GE, para manter-se aparentemente hospitaleiro aos olhos da comunidade internacional, e ao mesmo tempo manter o controle sobre os “revoltosos” internos, nem

expulsou, nem acolheu os sírios, deixando-os em uma espécie de ‘limbo’ de ‘espera e provisoriamente’.

Assim, mesmo após as mudanças internas de regime, alcançando certa estabilidade (no governo Abdel el Fattah al Sisi), o GE manteve suas práticas políticas ambíguas, que deixa os refugiados vivendo às margens da participação e na invisibilidade. Essa ambiguidade se reflete em várias práticas institucionais. A negligência também está na essência das práticas políticas do GE, que delega toda a responsabilidade de proteção e assistência nas mãos do Acnur e seus parceiros de implementação.

As práticas repressivas sustentam uma cultura do medo e de vigilância e refletem a discriminação, na separação entre “nós” e “eles”, de forma implícita e indireta, deixando o refugiado à margem e deteriorando sua capacidade de produzir suas próprias saídas de sobrevivência, afetando sua autossuficiência.

O Acnur define integração como “um processo complexo e gradual com dimensões legais, econômicas, sociais e culturais. Além disso, impõe demandas consideráveis ao indivíduo e à sociedade que o acolhe”, que culminará na aquisição de nacionalidade. (ACNUR, 2021). A integração local faz parte de uma das três soluções duráveis e o Acnur tem consciência de que esse processo de integração é complexo e multifatorial, porém, mantém uma abordagem burocrática, distante do refugiado e, em muitos aspectos, securitizada.

De acordo com os alvos estabelecidos pelo Acnur, o resultado da integração local deveria ser a aquisição do *status* de ‘cidadania nacional’, o que, na maioria dos casos, não acontece. Isso levanta a discussão sobre o conceito tradicional de ‘cidadania’ e ‘nacionalidade’, que contrasta com as necessidades contemporâneas de entender e aplicar uma nova perspectiva do conceito de ‘cidadania’ e ‘nacionalidade’ às políticas públicas. O ‘ato de cidadania’ ou a ‘agência’ produzida pelo refugiado e migrante forçado, na busca por se integrar no país de acolhimento, reflete um modelo ‘de baixo para cima’ de aquisição de cidadania, que pode ou não resultar na nacionalidade almejada pelo Acnur, mas isso depende de se esse modelo será criminalizado ou não.

No caso do Egito, o ‘*status*’ regularizado foi alcançado por pouco mais de 120 mil refugiados, e não trouxe o resultado esperado, quando se trata dos direitos previstos no Regime Internacional de Refugiados. Para o restante dos refugiados sírios, que entraram no país e que não conseguiram nem regularizar o seu ‘*status* de refugiados’ via Acnur, a situação se tornou mais excludente. Diante desse fato, nota-se que o discurso de autossuficiência do refugiado defendido pelo Acnur colide com a estrutura das instituições convencionais – aqui entendida

como as instituições do GE; instituições responsáveis pela aplicação do RIR; Acnur e seus parceiros de implementação; ONGs locais e internacionais, que se mostram engessadas e burocraticamente excludentes, excluindo a participação de refugiados e migrantes forçados.

Por meio de contato com refugiados autoassentados no grande Cairo, observei como se configurou a integração local no Egito. Apesar de que enfrentado a violência estrutural e de tentativas de criminalização, por parte do GE, que resultou em medidas securitizadoras (fechamento de fronteiras, leis anti-protestos), os refugiados sírios desenvolveram conexões com a comunidade local e ampliaram seu ‘espaço relacional’ garantindo sua integração. Essa agência ampliou suas redes, o que com, o tempo, se tornou uma estrutura alternativa que deu suporte às estratégias de enfrentamento para prover necessidades, direitos, liberdade e inclusive deu certa autonomia para a mobilidade dentro do país, garantindo, inclusive, o acesso à educação, saúde, emprego, habitação digna e outros direitos previstos pelo Regime Internacional de refugiados.

Como demonstrado nas pesquisas de campo de Mahmoud (2017), Montaser (2019) e Hassan *et al.* (2018), os sírios criaram e aplicaram estratégias práticas de enfrentamento e têm garantido sua participação na transformação social, econômica e política das comunidades egípcias onde se instalaram. Segundo Montaser (2019), os aspectos dessa integração são caracterizados pelo autoassentamento na marginalidade e na invisibilidade política, social e econômica, encaixando-se na descrição de Pascucci (2014, p.142) de ‘tempo suspenso’, e de Montaser (2019), de ‘agência oculta’, em que vivem sob insegurança, instabilidade, provisoriedade e espera.

Nesse contexto, a vida do refugiado sírio no Egito, em situação prolongada de refúgio, cria um perfil de sobrevivência diária e peculiar, pautado em uma agência invisível e discreta ou, como Bayat (2010) chama, um “*Quiet Ecroachment*” (invasão ou infiltração silenciosa). A ‘invasão ou infiltração silenciosa’, descrita como uma agência discreta e que parte do indivíduo marginalizado, podendo ou não se tornar coletiva, ressalta que a necessidade de sobreviver é imprescindível e conduz a outras necessidades, como a de negociações discretas ou “barganhas de invisibilidade” (PUGH, 2021), com atores de múltiplos *status* sociais e instituições de diferentes esferas (formais e informais, governamentais ou não governamentais, internacionais e locais) como meios de buscar subsistência e garantir direitos.

Assim, os refugiados atuam sem passar pelas redes do Estado e, muitas vezes, também das redes de ajuda internacional. Pugh (2021) ressalta que é nessa situação de exclusão e

ausência do Estado que os acordos não escritos com atores diversos formais e informais, criminosos e não criminosos da comunidade acolhedora surgem.

No processo de entender a extensão em que os sírios foram integrados no Egito e a caracterização dessa integração, alguns pontos se destacaram a respeito do perfil da integração por meio da agência e das redes invisíveis:

- Essas redes invisíveis são ‘interligações relacionais’ e o sujeito é o centro;
- Elas são inúmeras conexões, que se entrelaçam, em trocas contínuas e simultâneas de informações, serviços, produtos, ajuda, educação, moradia, entretenimento e segurança;
- Suas ligações são pautadas em vínculos familiares, em solidariedade étnica e cultural, e laços religiosos (igrejas, mesquitas), sociais e institucionais;
- As redes garantem autonomia e desenvolvem agência política, ampliam seus laços sociais com a comunidade local e, ainda que informalmente, desenvolvem economicamente certas áreas do país;
- Os espaços em que as redes atuam vão além da geografia física, são ‘espaços físicos e simbólicos’ em que as relações acontecem utilizando-se de ferramentas virtuais e/ou conexões sociais por meio de vínculo comunitário e familiar;
- São redes complexas e multidimensionais em suas relações de trocas entre os indivíduos e instituições que atuam, criam e recriam essas ‘parcerias invisíveis’, que se tornam difíceis se serem rastreadas;
- Elas são dinâmicas e flexíveis, pois são baseadas em prioridades e necessidades dos seus articuladores.

Acompanhar alguns indivíduos e famílias na rotina do autoassentamento ajudou a identificar certos padrões básicos de comportamento das redes na invisibilidade e como estas ‘estruturas relacionais complexas’ se desenharam e agiram ao longo desses dez anos de integração de fato, em que o refugiado, como explicado, utiliza-se de vínculo familiar, étnico-cultural, social, religioso e institucional para construí-la.

O ponto crucial para compreender o movimento dessas ‘redes’, que atuam dentro dessas ‘teias relacionais’, é que elas são inclusivas. Os agentes e os atores, de diferentes esferas sociais, ONGs locais e internacionais, igrejas, mesquitas, familiares, mediadores e refugiados de outras nacionalidades, se envolvem nessas redes por diferentes motivos e fornecem elementos importantes para suprir as necessidades reais, como: ajuda financeira, segurança, moradia, emprego, acesso à saúde, educação, documentação e até viagens clandestinas.

Essas redes formam uma estrutura ‘de baixo para cima’ – para dar suporte à sua própria integração local, e expõem o modelo ‘de cima para baixo’ do sistema convencional, como sua gestão desenvolvimentista, colonial e exploratória, deixando a relação com os refugiados ainda mais unilateral. Elas expõem também a obsolescência da estrutura convencional que se tornou irrelevante, ineficaz e distante do seu público. Mesmo sem ativismo publicizado, as ações dos refugiados, tanto os africanos, como os sudaneses, e os sírios, têm exposto a carência do sistema de proteção e acolhimento nacional.

Falta, para esta estrutura convencional, flexibilidade e adaptabilidade para interagir com o refugiado. A ausência de diálogo das instituições convencionais os leva a criar programas e políticas focados na ajuda e no assistencialismo, deixando os refugiados de fora do processo. Esquecendo que eram cidadãos em seus países de origens, antes de serem ‘refugiados’, assim, como cidadãos, eles desejam conscientemente que seus direitos sejam assistidos.

Suas reivindicações são legítimas, quando eles pedem inclusão no processo decisório, reclamam da distância institucional e criticam o tempo de espera nas autorizações e documentos. Muitos deles, ao reivindicarem a participação no processo decisório das instituições que os têm como público-alvo, alegam que isso ampliaria a eficácia de programas, projetos e políticas no país de acolhimento. Mas acontece o contrário: as instituições convencionais afastam a participação dos refugiados, deixando-os sentirem-se excluídos.

Mesmo com todos efeitos positivos, dessa agência produzida, fazendo o refugiado atuar na ‘invisibilidade’ e na ‘marginalidade’ sob um manto de criminalização, foram identificados, nesta pesquisa, vários efeitos colaterais desta relação entre a estrutura criada pelo refugiado no processo de autoassentamento e acolhimento.

A invisibilidade política e social e a invasão silenciosa dos espaços públicos da cidade, bem como outras estratégias para prover suas necessidades de forma ‘marginal’ não substituem o direito de trabalhar, de ir e vir, de participar das decisões. Ao contrário, essa ‘marginalidade’ os leva a negociar diariamente sua identidade, liberdade e dignidade, além de lidar diariamente com o desgaste emocional, o medo, a espera, a provisoriedade e a incerteza.

A integração do refugiado sírio é fundamentalmente fruto do seu próprio esforço, ao longo desses dez anos de refúgio. Nota-se que o cansaço da espera já afetou a resiliência deles, quando algumas famílias alegam que prefeririam seus documentos e autorizações do que ajuda financeira, ficando claro o quão ativos eles são, e o quão limitados estão pela estrutura convencional, que não sofreu quase nenhuma mudança significativa nessa quase uma década. Apesar de o GE reprimir, vigiar, negligenciar ou postergar sua proteção, a integração dos

refugiados está acontecendo, sob um sistema estrutural e culturalmente violento, e contradiz propostas de integração e autossuficiência defendidas pelo Regime Internacional de Refugiados.

Na visão de Lederach (2012) e Pugh (2021), o GE e as instituições de apoio estão perdendo muito ao manter essa relação ‘surda e muda’ com o refugiado. Essas redes têm um enorme potencial para desenvolvimento, pois geram ‘energia social’ e um grande potencial de desenvolvimento saudável, por meio das relações e vínculos.

Para Lederach (2012), a mudança social construtiva parte do tecido social construído. Neste caso, os refugiados trabalharam todo esse tempo na construção desses vínculos, ou seja, o capital social e cultural que surge e fortalece a sociedade em torno. Em outras palavras, os refugiados já produziram o necessário para estabelecer essa mudança, basta observar como essas relações e vínculos se expandem e reconfiguram mudanças e relações do refugiado com a sociedade de acolhimento onde se instalaram. Os refugiados foram-se projetando como atores ativos e as redes se tornam o núcleo de produção dessa mudança (LEDERACH, 2012; HASSAN *et al.*, 2017).

A vida na marginalidade é cansativa, insegura, desgastante e gera um nível alto de *stress* físico e emocional, que aos poucos fragiliza os indivíduos. Além disso, essa agência diária também abre um grande espaço para a atuação de atores criminosos, com suas estratégias ilegais, que, ao invés de contribuir para a melhoria da vida e para o desenvolvimento local e nacional, podem trazer prejuízos incontáveis, como documentos falsos, uso de energia e água irregular, segurança privada oferecida por mercenários, gangs e outras formas de extorsão e conflitos.

Assim, um dos pontos importantes ressaltados por esta pesquisa é que a ‘lacuna’ deixada pela estrutura convencional precisa ser entendida, potencializada e reestruturada. O GE pode considerar a possibilidade de essas duas estruturas se trabalharem juntas, levando as instituições representantes do governo e a rede de apoio do Acnur a interagirem com essas redes de forma mais adaptativa.

A agência dos refugiados pode ser estudada, entendida e potencializada, ao invés de ser criminalizada e mantida à margem das decisões políticas e sociais. Esse processo pode resultar em um diálogo com as instituições formais governamentais e não governamentais, retorno da confiança por parte dos refugiados na proteção vinda dessas instituições, aumento da segurança (PACÍFICO, 2013; PUGH, 2021), atingindo, assim, o principal objetivo da integração local,

como defendida nos fundamentos do Acnur, que é gerar autossuficiência e promover dignidade, e nos centros urbanos diminuir a dependência financeira dos refugiados.

Esse movimento pode promover uma restauração no sistema de proteção e segurança humana do Egito e o cumprimento mais aproximado dos acordos internacionais das metas de desenvolvimento do GE, aproveitando o potencial da agência e das redes criadas e estabelecidas no processo de autoassentamento, para o seu desenvolvimento social local e nacional.

Assim, essas redes construídas pelos refugiados têm um papel-chave não só para as soluções duráveis convencionais, mas também abrem espaço para criar um modelo mais autossuficiente e abrangente de participação, incluindo todos os atores envolvidos no processo e tirando o refugiado da invisibilidade e da marginalidade, contribuindo para sua dignidade e liberdade, ao mesmo tempo em que enriquecem a estrutura de desenvolvimento.



## REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. **The limitations of mainstream International Relations Theories for understanding the politics of Forced Migration**. In: LECTURE AT CENTRE FOR INTERNATIONAL STUDIES, 2008, Oxford University. *Ed.* Oxford: Refugee Studies Centre, 2008, p.1-14. Disponível em: <<<http://docplayer.net/47001137-The-limitations-of-mainstream-international-relations-theories-for-understanding-the-politics-of-forced-migration.html>>>. Acessado em: 30/09/2021.

ALJAZEERA. Interview with UNHCR- Egypt Representatives. Hundreds Killed in Egypt Crackdown on Morsi Supporters. 2013. Disponível em: <<<http://america.aljazeera.com/articles/2013/8/14/egypt-military-raidpromorsicamp.html>>> Acessado em: 10/12/2020.

AYOUB, M.; KHALAF, S. Syrian refugees in Egypt: challenges of a politically changing environment. **The Center for Migration and Refugee Studies (CMRS)**, AUC, Cairo, n. 7, p. 01-33, 2014.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Report 2013**. We cannot live here anymore refugees from Syria in Egypt. 2013. Disponível em: <<<https://www.amnesty.org/en/documents/mde12/060/2013/en/>>>. Acessado em: 07/10/2021.

AUF, Yusef. The state of emergency in Egypt: an exception or rule? **Atlantic Council Online**, 02 de fev.2018. Disponível em: <<<https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/the-state-of-emergency-in-egypt-an-exception-or-rule/>>>. Acessado: 21/09/202.

AZIZ, A. N. Surviving in Cairo as a closed-file refugee: socio-economic and protection challenges. **Center for Migration and Refugees Studies (CMRS)**. AUC, Cairo, n.10, p. 01-41, 2017.

BACZKO, A. et al. Building a state in a time of civil war. **Carnegie Endowment for International Peace**. Middle East., p.1-30, April, 2013.

BADAWY, Tarek. **Egypt and the 1990 Convention on the protection of migrant Workers**. **CARIM Analytic and Synthetic Notes**, Legal Module, Robert Schuman Centre for Advanced Studies and European University Institute, Cairo, p. 1-10, 2010.

BALANCHE, Fabrice. Sectarianism in Syria's Civil War -A geopolitical Study. **The Washington Institute for Near East Policy**. p. 3-94, 2018.

BAYAT, A. From 'Dangerous Classes' to 'Quiet Rebels', Politics of the Urban Subaltern in the Global South. **International Sociology AUC**, v.15 n.3, p.533-557., v.15 n.3, p.533-557. 2000.

\_\_\_\_\_. **Life as Politics: How Ordinary People Change the Middle**. Ed. ISIM / Amsterdam University Press, Amsterdam, 2010. Cap.1-3.p. 1-65.

BANKS, N. et al. Urban Informality as a Site of Critical Analysis. **The Journal of Development Studies**, v.56, n.2, p.223-238, 2020.

BETTS, A. International cooperation in the global refugee regime. **Global Economic Governance Programme (GEG)**, University of Oxford, Oxford, n.44, p. 1-22. 2008.

BIDINGER, S. et al. **Protecting Syrian Refugees: Laws, Policies, and Global Responsibility Sharing. Middle East Law and Governance.** Boston University School of Law, p. 76-107. 2014.

BRAY, 2008. Constructivism what it is (not) and how it Matters. In: DELLA PORTA D.; KEATING M. (Ed.), **Approaches and Methodologies in the Social Sciences.** Cambridge: Cambridge University Press, p. 80-99.

BROWN, N. J. Egypt's Failed Transition. **Journal of Democracy.** George Washington University, v.24, n.4, p.1-16, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia.** Renato Ortiz (Org.). São Paulo: Ática, 1983b.

\_\_\_\_\_. As Formas de Capital. In: RICHARDSON, J. G. (ed.) **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education.** Nova York: Greenwood Press. 1986. Cap.9, p.241-258.

CASTLES Stephen, KORAC Maja, VASTA, Ellie. VERTOVEC Steven. **Integration: Mapping the field Report.** University of Oxford Centre for Migration and policy Research and Refugee Studies Centre, p.112-132, 2002.

CHATTY, Dawn. Anthropology and Forced Migration. In: **The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies.** Oxford: Oxford University Press. p. 1-10, 2014.

CRISP, Jeff. The local integration and local settlement of refugees: a conceptual and historical analysis. **UNHCR**, Working paper 102, p.1-7, 2004.

DAHI, Omar. Syria in Fragments: The Politics of the Refugee Crisis. Dissident. **Carnegie Endowment for International Peace.** Carnegie Middle East Center, p.1-5, 2014. Disponível em: <https://carnegie-mec.org/2014/01/03/syria-in-fragments-politics-of-refugee-crisis-pub-54182> Acessado em 08/07/2021.

DUNNE, Michele. Fear and learning in the Arabic uprisings. **Journal of democracy,** National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press, v.31, n.1, p. 182-192. 2020. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2020/01/15/fear-and-learning-in-arab-uprisings-pub-80811>. Acessado em 08/07/2021.

ELIE, Jerome. Histories of Refugee and Forced Migration Studies. In: FYDDIAN-QASMIYEH, Elena. LOESCHER. Gil, LONG, Kate. SIGONA. Nando (ed.). **The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies,** Oxford: Oxford University Press, p.23-35 (Pdf) 2014.

EL DABH, B. Morsy addresses the Arab League. **Daily News Egypt,** 2012. (Retrieved. October 1, 2014). Disponível em: <<https://dailynewsegypt.com/2012/09/05/morsy-addresses-the-arab-league/> Acessado: 10/10/2021>.

FIERKE, K. M. Constructivism. In: DUNNE, T.; TURKI, M.; SMITH, S. (Ed.). **International Relations Theories: discipline and diversity**. 3. ed, Oxford: Oxford University Press, 2007, cap.10, p.187-201.

FURTADO Gabriela et al. A guerra civil síria, o oriente médio e o sistema internacional. **Série Conflitos Internacionais**. v.1, n. 6 - Dezembro de 2014. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/a-guerra-civil-siria-final>>.pdf. Acessado: 23/06/2021.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, v.27, n.3, pp. 291-305 1990.

GONÇALVES, I. d'Avila L.N. **A voz de um povo: os refugiados sírios no Brasil**. in: Entre o local e o global. n. 2. UFRJ Nova Iguaçu.2015, anais do XVII encontro de história. Rio de Janeiro, Anpuh-Rio. 08-11 de agosto 2016, p.1-4. Disponível em: <[http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465613896\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnaisANPUH\\_IsadoraGoncalves2016.pdf](http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465613896_ARQUIVO_ArtigoAnaisANPUH_IsadoraGoncalves2016.pdf)>. Acessado: 04/09/2021

GOTTWALD, Martin. Burden Sharing and refugee Protection. In:FYDDIAN-QASMIYEH, Elena. LOESCHER. Gil, LONG, Kate. SIGONA. Nando (ed.).**The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**, Oxford: Oxford University Press, p.1-10.2014.

GRABSKA, Katarzyna. Marginalization in Urban Spaces of the Global South: Urban Refugees in Cairo. **Journal of Refugee Studies**.v. 19, n. 3, p. 287-307, 2006.

GUERRA, I. C. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso – Sentidos e formas de uso**. 1.Ed. Portugal. Príncipe Editora, 2006.

GUZZINI, Stefano. Uma reconstrução do construtivismo nas relações internacionais. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.2. n.3, 2013 Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/3109>>. Acessado em: 30/09/2021.

HALL. Clement M. **The history of Syria from 1900-2012**. Ed.Charles River. 2013

HAMMOND, Laura. ‘Voluntary’ Repatriation and Reintegration. In:FYDDIAN-QASMIYEH, Elena. LOESCHER. Gil, LONG, kate. SIGONA. Nando (ed.).**The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**, Oxford: Oxford University Press,p. 1-10. 2014.

HARRELL-BOND, B., VOUTIRA, E. In Search of ‘Invisible’ Actors: Barriers to Access in Refugee Research. **Journal of Refugee Studies**. v. 20 n.2, p.281-298. Oxford: OUP. 2007.

HASSAN, Mazen et al. **When Syria was in Egypt’s Land Egyptians Cooperate with Syrians, but less with each other**. Faculty of Economics and Political Science, AUC, Cairo, p.1-44. 2018.

HOVIL, Lucy Local Integration. In: FYDDIAN-QASMIYEH, Elena. LOESCHER. Gil, LONG, kate. SIGONA. Nando (ed.).**The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**, Oxford: Oxford University Press, p. 1-10, 2014.

HRW Egypt. **Report 2014**. Rab'a killings likely Crimes against Humanity. Human Rights watch website news. Ago, 2014. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2014/08/12/egypt-raba-killings-likely-crimes-against-humanity>> acessado em: 31/07/2020.

ICRC. **Report, 2021**. A decade of loss: Syria's youth after Ten years of crise. 2021.

Egypt: hostile environment for Syrian refugees. How long will the international community remain indifferent? **International Federation for Human Rights [FIDH]**, Cairo, Set. 2013 (Retrieved June 18, 2014). Disponível em: <<http://www.fidh.org/en/north-africa-middle-east/syria/egypt-hostile-environment-for-syrianrefugees-how-long-will-the-13984>>. Acessado em: 10/10/2020.

President Mohamed Morsi's speech at Cairo University. **IKHWANWEB**. Cairo, Jul. 2012. (Retrieved October 1, 2012). Disponível em: <<http://www.ikhwanweb.com/article.php?id=30156>>. Acessado 10/10/2021.

JACOBSEN, K. Refugees and asylum seekers in urban areas: a livelihood perspective. **Center for Migration and Refugee Studies (CMRS)**. AUC, School of Global Affairs and Public Policy, Cairo, v. 19 n. 3, p. 273-286, 2006.

\_\_\_\_\_ et al. Remittances to transit countries: The impact on Sudanese refugee livelihoods in Cairo. **Center for Migration and Refugee Studies (CMRS)**. AUC, School of Global Affairs and Public Policy, Cairo, v. set.2012, n.3, p. 1-57. 2012

KHADDOUR, K. The Assad Regime's hold on the Syrian State. **Carnegie Endowment for Peace**. Disponível em: Carnegie Middle East Center, Washington, D.C, p.1-20. 2015. <<https://carnegie-mec.org/2015/07/08/assad-regime-s-hold-on-syrian-state-pub-60608>>. Acessado em: 24 jul. 2021.

KNELL, Yolande. **BBC News**. Cairo, 25 de Janeiro de 2012. **Egypt's revolution: 18 days in Tahrir Square**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-16716089> Acessado em: 15/07/20.

KRATOCHWIL, Friedrich. Constructivism what it is (not) and how it Matters. In: DELLA PORTA D.; KEATING M. (Ed.), **Approaches and Methodologies in the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 80-99

LINDO, Flip et al. **The concept of integration: Theoretical concerns and practical meaning**. In: Asselin et al. **Social Integration and Mobility**. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, p. 7-20, 2005.

LONG, Katy. Rethinking 'durable' solutions. In: FYDDIAN-QASMIYEH, Elena. LOESCHER, Gil, LONG, kate. SIGONA, Nando (ed.). **The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies**, Oxford: Oxford University Press, 2014.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológico**, USP, Porto Alegre, RS, ano 15, n. 32, p. 129-156, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/6PHBfP5G566PSHLvt4zqv9j/?lang=pt&format=pdf>>. Acessado em: 24 jul. 2021.

MAHMOUD, M. M. **The economic and social integration of the Syrian migrants and refugees in El Rehab city in Egypt**. p.1-124 (Thesis Submitted to Master of Arts in Sociology-Anthropology ) - Department of Sociology, Anthropology, Egyptology and Anthropology (SEA), *School of Humanities and Social Sciences (HUSS)*, AUC, Cairo-Egito. 2017.

MONTASER, M. S. Investigating self-settled Syrian refugees' agency and informality in southern cities greater Cairo: a case study. *Review of Economics and Political Science*, **Emerald Publishing Limited**. Department of Political Science CU, p. 1-18. 2019. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/REPS-10-2019-0137/full/html>>. Acessado em:30/09/2021.

MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de Integração local. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 22, n. 43, p. 85-98, 2014.

MURRAY, Don. **Refugees in Egypt risk all on deadly sea crossing to Europe**. UNHCR online news. 2016. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/eg/10581-refugees-in-egypt-risk-all-on-deadly-sea-crossing-to-europe.html>> acessado em: 31/07/2020.

NORMAN, K.P. **Reluctant Reception: Understanding Migration and Refugee Policy in Egypt, Morocco and Turkey** .2017. 217 f. (Doctor of philosophy in Political Science.) - Department of Political Science, University of California, Irvine, 2017.

O'BAGY, Elizabeth. Syria's political struggle. **Backgrounder**. The Institute for the Study of War. P.1-11. 2012. Disponível em: <[http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Backgrounder\\_SyriasPoliticalStruggle\\_Spring2012.pdf](http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Backgrounder_SyriasPoliticalStruggle_Spring2012.pdf)>. Acessado em: 05/06/2021.

OLIVEIRA, C.M.M. *Diario de Campo*. Cairo, 2021

ONUF, N. Worlds of Our Making: The Strange Career of Constructivism in International Relations. In: Donald J. Puchala (Ed.) **Visions of International Relations** Assessing an Academic Field. Columbia: University of South Carolina Press, p. 1-13, 2002.

OHCHR. **Increasing airstrike casualties in Syria being ignored**. Geneva, jul. 2019. Disponível em:<<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=24851&LangID=E>>. Acessado em: 05/10/2021.

PACÍFICO, A. M. C. P. A necessidade de criação de um regime ambiental internacional: o caso dos deslocados ambientais. **Cosmopolitan Law Journal**, v. 1, n. 1, p. 165-182. 2013.

\_\_\_\_\_. A network society communicative model for optimizing the Refugee Status Determination (RSD) procedures. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 22-39, 2013.

\_\_\_\_\_; GAUDÊNCIO, M. R. B. Proteção dos deslocados ambientais no regime internacional dos refugiados. **REMHU** - Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 133-148, jul./dez. 2014.

PASCUCCI, E. **Beyond depoliticization and resistance: refugees, humanitarianism, and political agency in neoliberal Cairo**. 2014. 237 f. (Tese PHD in Human Geography) - University of Sussex. Sussex, UK. 2014.

\_\_\_\_\_; HÄKLI, J.; KALLIO K. P. Becoming Refugee in Cairo: The Political in Performativity. **International Political Sociology**, v.11, n.2, p. 185–202.2017.

PUGH, Jeffrey D. **The Invisibility Bargain: Governance Networks and Migrant Human Security. Ed.1**. Oxford University Press, Cap.1-5. P.1-113. 2021.

\_\_\_\_\_. Redes de Migrantes y Refugiados en Ecuador: Un Estudio De Quito, Lago Agrio, Esmeraldas, e Ibarra. **Centro de Mediación, Paz, y Resolución de Conflictos – Internacional (CEMPROC)**. p. 1-20. 2015.

\_\_\_\_\_; Negotiating Identity and Belonging through the Invisibility Bargain: Colombian Forced Migrants in Ecuador. **University of Massachusetts**, v. 52 n.14. p. 1-33. Boston, 2018.

PUREZA, José Manuel. O desafio crítico dos estudos para a paz. **Revista de Relações Internacionais**, Lisboa v. dez, 2011, n.32, p. 05-022. 2011.

RIGG, Jonathan. The Global South. **Concepts of the Global South – Voices from around the world**. Global South Studies Center, Universidade de Colônia, Alemanha, 2015.

SAID, Atef. The Paradox of Transition to “Democracy” under Military Rule. **Social Research**, v.79, n. 2, p.1-38, 2014.

SALLOUM, Mariam. **The Securitization of Refugees and Asylum Seekers – The Case of Egypt and Lebanon**. AUC Refugees Study Center. Cairo. 2014. p. 1-12. Disponível: <[https://www.academia.edu/22610774/The\\_Securitization\\_of\\_Refugees\\_and\\_Asylum\\_Seekers\\_The\\_Case\\_of\\_Egypt\\_and\\_Lebanon](https://www.academia.edu/22610774/The_Securitization_of_Refugees_and_Asylum_Seekers_The_Case_of_Egypt_and_Lebanon)>. Acessado em 30/09/2021.

SAYIGH, Yezid. **Dilemmas of reform. Policing in Arab Transitions**. Carnegie Endowment for International Peace. Middle East center, p. 1-50. 2016. Disponível em: <<https://carnegie-mec.org/2016/03/30/dilemmas-of-reform-policing-in-arab-transitions-pub-63090>> Acessado em 24/06/2021.

SILVA, S. F.L. **A integração local dos migrantes forçados venezuelanos na Paraíba (2018 – 2020)**. 2021. 140 f. (Tese mestrado em Relações Internacionais) -Universidade Estadual da Paraíba, Joao Pessoa, PB, 2021.

TADROS, Mariz. Backstage Governance. IDS Bulletin. **Institute of Development Studies Oxford**, v.43 n.1. P.62-70, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Political settlements lens onto Egypt’s critical junctures and cyclic violence (2011–2014)**. **Conflict, Security & Development**, King’s College London, UK. v.17. n.3, p. 265-286. 2017.

\_\_\_\_\_. **Joint Assessment for Syrian Refugees in Egypt 2013**. Reliefworld OCHA service. 2013. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/egypt/joint-assessment-syrian-refugees-egypt-november-2013>>. Acessado em: 06/10/2021.

UNHCR. **Vulnerability Assessment Framework (EVAR) Syrians Refugee in Egypt 2017**. EGYPT, 2017.

\_\_\_\_\_, Egypt. **Regional Refugee & Resilience Plan-3RP 2020. Regional Strategic Overview**. Egypt. 2019.

\_\_\_\_\_. Egypt. **Regional Refugee Response 2013**. Disponível em: <http://www.unhcr.org/50d192fd9.html>. Acessado em: 06/07/2021.

\_\_\_\_\_, EVAR. **Vulnerability Assessment of Syrian Refugees**. Egypt 2017.

\_\_\_\_\_, EVAR. **Vulnerability Assessment of Refugees in Egypt: Risks and Coping Strategies**. Egypt, 2019. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/eg/wp-content/uploads/sites/36/2021/01/Vulnerability-Assessment-of-Refugees-in-Egypt-Risks-and-Coping-Strategies-April-2019.pdf>>. Acessado em: 06/10/2021.

\_\_\_\_\_, DATA FINDER. **Portal operacional**. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/?url=E1ZxP4.>> Acessado em 10/03/2021.

\_\_\_\_\_, ONLINE NEWS. **After 9 years of tragedy, resilience and solidarity, the world must not forget displaced Syrians**. Turkey, 2020. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/tr/en/23523-9-yillik-trajedi-gosterilen-dayaniklilik-ve-dayanismanin-ardindan-dunya-yerinden-edilmis-suriyelileri-unutmamali.html>>. Acessado em: 05/06/2021.

\_\_\_\_\_, ONLINE NEWS. **Decade of death, destruction and displacement must not sap our solidarity with Syrians**. Turkey, 2021. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/tr/en/27701-a-decade-of-death-destruction-and-displacement-must-not-sap-our-solidarity-with-syrians.html>>. Acessado em: 05/06/2021.

\_\_\_\_\_, ONLINE NEWS. **A decade of death, destruction and displacement must not sap our solidarity with Syrians**. Turkey, 2021. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/tr/en/27701-a-decade-of-death-destruction-and-displacement-must-not-sap-our-solidarity-with-syrians.html>> Acessado em: 05/06/2021.

\_\_\_\_\_, ONLINE NEWS. **After 9 years of tragedy, resilience and solidarity, the world must not forget displaced Syrians**. TURKEY. 2020. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/tr/en/23523-9-yillik-trajedi-gosterilen-dayaniklilik-ve-dayanismanin-ardindan-dunya-yerinden-edilmis-suriyelileri-unutmamali.html>> Acessado em: 05/06/2021.

VOUTIRA, Eftihia. DONÁ, Giorgia. Refugee Research Methodologies: Consolidation and Transformation of a Field. *Journal of Refugee Studies*, 20 (2), p.163-171, 2007.

WAHBA, Mariham Iskander. **The State of Statelessness: Justice, Violence, Subjectivity, and Urban Asylum Seeking and Refugee Women in Cairo.** 2010. P.1-140. (Master Arts in Gender and Women's Studies in the Middle East and North Africa). AUC. School of Global Affairs and Public Policy. Cairo, 2010.

WIMMEN Heiko. Syrian's path from civic uprising to civil war. *Carnegie Endowment for Peace*.p.1-30. 2016.

ZAHREDDINE. Danny. Crisis in Syria (2011-2013): A Multifactorial Analysis. **Conjuntura Austral.** Vol. 4, n°. 20. 2013.